

EM BUSCA
DO DESENVOLVIMENTO
RURAL DO CEARÁ

COLETÂNEA DE ARTIGOS

PEDRO SISNANDO LEITE

**EM BUSCA
DO DESENVOLVIMENTO
RURAL DO CEARÁ**

COLETÂNEA DE ARTIGOS

**FORTALEZA – CEARÁ
2006**

© 2006 copyright by Pedro Sisnando Leite
Impresso no Brasil/Printed in Brazil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Carlos Alberto Alexandre Dantas

REVISOR

Floriano Lopes de Jordão

BIBLIOTECÁRIA

Tereza Cristina Bessa Raupp. CRB 3/839

L387b Leite, Pedro Sisnando

Em busca do desenvolvimento rural do Ceará:
coletânea de artigos/Pedro Sisnando Leite. – For-
taleza: LCR, 2006.
230p.

1. Desenvolvimento agrícola 2. Economia
agrícola 3. Política agrícola I. Título.

CDDir – 338,1

Deve haver alguma razão para que a terra tenha recebido a faculdade maravilhosa, abençoada, de dar frutos. Todos os grupos humanos incapazes de fazer com que ela exerça essa faculdade estão perdidos.

ALEXANDRE SOLJENISTSIN

Dedico este livro aos agricultores cearenses, inclusive meus pais, e aos meus colaboradores, técnicos e funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará.

Nunca esquecerei o apoio incondicional e amizade desse grande homem que é Tasso Jereissati.

AO LEITOR

O caro amigo leitor tem em suas mãos uma coletânea de artigos selecionados sobre a agricultura e a economia rural cearense. Foram escritos, na quase totalidade, nos anos de 1995 a 2002. Este foi o período em que estive como Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, na administração do Governo Tasso Jereissati.

Todos esses artigos foram publicados pelos jornais O Povo, Diário do Nordeste e Gazeta Mercantil. Agora estão sendo editados em forma de livro por sugestão de colegas da academia e do Instituto Geográfico, Histórico e Antropológico do Ceará, do qual sou membro efetivo.

Minha primeira impressão sobre este livro, ao organizá-lo inicialmente, foi de que alguns assuntos tratados estavam repetitivos e precisavam ser suprimidos, providência que adotei quanto a alguns deles. Na verdade, os temas abordados foram sendo relatados enquanto os fenômenos ocorriam e sempre eram novidade naquele momento, razão por que a imprensa considerou de interesse divulgá-los.

A vida no campo é bastante repetitiva, como diz o Eclesiastes, na Bíblia: Há tempo para tudo. Tem a época da preparação da terra, da sementeira, da colheita, da comercialização, e assim por diante. Cada inverno, seca e atividade produtiva, entretanto, têm suas características, peculiaridades e história própria. Desse modo, revendo os referidos acontecimentos nos relatos, pode-se não perceber bem o círculo do processo de evolução, caso não se esteja atento a essas realidades.

Assim, cada artigo deste livro conta um fragmento de um evento original e único, no momento em que ele aconteceu. Têm um conteúdo emocional e político próprio, até se tratando do mesmo problema, em tempo diferente. Parece filosofia, mas é apenas a realidade da vida e do acontecer da sociedade rural, em qualquer lugar do mundo.

Tenho a esperança de que as observações, análises e comentários contidos neste livro sejam uma fonte de pesquisa, lições e orientações para evitar erros e indicar rumos para um futuro melhor da agricultura e do meio rural do Ceará.

Por fim, chamo a atenção do leitor para o Apêndice, onde se encontram detalhes sobre o Programa Seguro Safra. Trata-se de uma iniciativa concebida no Ceará no ano 2001 e posteriormente estendida ao Nordeste por lei aprovada no Congresso Nacional. No governo atual, esse programa é denominado Garantia Safra, mas preservou todos os elementos da política anterior.

O AUTOR

PEDRO SISNANDO LEITE é economista, formado pela Universidade Federal do Ceará, com pós-graduação em economia rural e planejamento regional em Israel. Foi técnico em desenvolvimento econômico do Banco do Nordeste do Brasil e, durante muitos anos, chefe da Divisão de Estudos Agrícolas desse Banco. Lecionou, como professor adjunto e titular de desenvolvimento econômico, nos cursos de graduação e de mestrado em Teoria Econômica (CAEN) e de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Na administração universitária foi Pró-Reitor de Planejamento em duas gestões, nos períodos de 1983-87 e 1991-95. Dedicou grande parte de sua vida acadêmica e profissional estudando experiências de desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e emergentes, visitando mais de vinte nações com esse objetivo. Publicou vinte estudos e livros didáticos sobre problemas do desenvolvimento econômico, planejamento e desenvolvimento regional. Tem contribuído com muitos artigos e ensaios para jornais e revistas. Pertence, como membro efetivo, da Academia Cearense de Ciências, da Academia de Ciências Sociais do Ceará e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e, como membro da Sociedade Internacional de Economia Rural, tem participado como conferencista convidado de vários encontros internacionais. Foi bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (1988-1992). Ocupou a função de Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará, em duas administrações do Governador Tasso Jereissati, em 1995-98 e 1999-2002.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PERFIL DA AGRICULTURA CEARENSE	20
PROBLEMAS E METAS PRINCIPAIS	22
PRESSUPOSTOS BÁSICOS	24
AÇÃO PLANEJADA	25
DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO	27
NOVA ESTRATÉGIA RURAL	30
EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO	34
ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES	36
DESENVOLVIMENTO SEM AGRICULTURA	38
A CHAVE DO PROGRESSO RURAL	41
OPÇÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL	43
INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL	47
REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL	50
URBANIZAÇÃO RURAL	62
O ÊXODO RURAL	64
A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA	67
O MELHOR REMÉDIO PARA A POBREZA	72
ESTRUTURA AGRÁRIA	75
NOVA POLÍTICA AGRÁRIA	78
A VEZ DA AGRICULTURA FAMILIAR	80
AGRICULTURA FAMILIAR DO CEARÁ	82
A TÁBUA DE SALVAÇÃO	84
MODELOS DE REFORMA	86
REFORMA AGRÁRIA ALTERNATIVA	88
JUSTIÇA E PAZ NA TERRA	92
REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA	96
FRUTICULTURA IRRIGADA	99
O OURO BRANCO CEARENSE	102
A QUESTÃO RURAL	104

RUMO AO DESENVOLVIMENTO RURAL	106
A NOVA AGRICULTURA CEARENSE	108
REFORMA DO ESTADO NA AGRICULTURA	112
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	114
DESENVOLVIMENTO RURAL COM MENOS	
POBREZA	118
PLANO DE SAFRA DO CEARÁ EM 2001	122
NÃO BASTA PRODUZIR	124
BOA SAFRA COM VERANICO	128
ALGODÃO ENFRENTA A SECA	130
OS RESULTADOS DAS SAFRAS 2000/2001	132
DA ENXADA À MATRACA	135
ENFRENTANDO A INCERTEZA	146
O CONVÍVIO COM AS MÁS NOTÍCIAS	148
CRÍTICAS INJUSTAS	150
A CONJUNTURA DA SAFRA 2001	152
PIOR É O CLIENTELISMO	154
A NOVA EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ	157
CRESCIMENTO DA AGROPECUÁRIA E O INVERNO	160
MILHO É SUCESSO NO CEARÁ	166
A AGRICULTURA DEPENDE DAS CIDADES	170
CRESCIMENTO DESIGUAL	172
O PROJETO (SÃO JOSÉ) QUE AJUDA OS POBRES	
DO CEARÁ	174
A QUESTÃO REGIONAL REVISADA	176
CORRER PARA ULTRAPASSAR O ATRASO	179
DIRETRIZES PARA REDUZIR A POBREZA RURAL	181
A AGRICULTURA DO CEARÁ NA VIRADA	
DO SÉCULO	184
CAUSAS HUMANAS E POLÍTICAS DO	
SUBDESENVOLVIMENTO	187
O CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS	189
“WORKSHOP” INTERNACIONAL SOBRE ALGODÃO	191

A ARTE DA AGRICULTURA	193
AVANÇOS DA AGRICULTURA CEARENSE	195
GUERRA À POBREZA	197
A POBREZA É RURAL	199
PECUÁRIA DE LEITE NO CEARÁ	202
AGRICULTORES ALFABETIZADOS	206
A URGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA	208
TRABALHO NÃO AGRÍCOLA NO MEIO RURAL	211
APÊNDICE	
FUNDAMENTOS DO PROGRAMA SEGURO SAFRA	217

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a economia do Ceará sublinham que a agricultura não tem acompanhado o desenvolvimento geral do Estado. As condições de vida do homem do campo estão muito aquém de uma sobrevivência condigna, donde ocorre um forte movimento migratório para as cidades metropolitanas do Estado ou de outras regiões.

Três problemas básicos são apontados para explicar essa paradoxal situação de atraso rural do Ceará. Baixa produtividade da terra e do trabalho, instabilidade e incerteza no processo produtivo decorrentes de secas e falta de organização dos produtores. São referidas também, como entrave do sistema da produção, causas estruturais de propriedade da terra, coadjuvadas pelas deficientes condições educacionais e de capacitação dos produtores agrícolas. As conseqüências disso podem ser observadas na falta de competição da agricultura do Ceará ante outros estados e o exterior. Produtos como arroz, milho e algodão são deficitários localmente e enfrentam sérias dificuldades concorrenciais.

A estagnação da economia brasileira, nos últimos quinze anos, marcada por sucessivas crises políticas e hiperinflação, influenciaram também os produtores rurais que não viam estímulos para investir num setor desprotegido pelo governo federal.

A estratégia para o desenvolvimento rural do Ceará, nos próximos anos, deve levar em conta todos os aspectos da vida rural, mesmo sabendo que os entraves existentes não serão facilmente removidos. A escassez de recursos financeiros e técnicos, por outro lado, indi-

cam que as ações para reorientar o processo de desenvolvimento da agricultura precisam ser seletivas e concentradas inicialmente em áreas geográficas prioritárias. Com base na experiência adquirida e na obtenção de novos recursos, será estendida gradativamente a abrangência dos referidos programas.

A nova política rural precisa contemplar também a organização dos serviços de apoio aos agricultores, especialmente pesquisa, extensão, crédito e comercialização. Finalmente, a organização cooperativa eficaz merece ser estimulada como instrumento para a criação de uma força interna da comunidade rural, infundindo nos agricultores a vontade e a confiança para aplicarem novos métodos e melhoramentos no processo produtivo da agricultura cearense.

O desenvolvimento rural, como está sendo considerado neste livro, é um conceito abrangente. Significa desenvolvimento agrícola e desenvolvimento social, e não se restringe a atividades produtivas de bens originados da terra. O importante a considerar é o espaço rural, onde ocorrem variadas atividades de apoio ao processo produtivo.

Nos últimos anos, vários fatores favoreceram a existência de um ambiente mais adequado ao desenvolvimento rural do Ceará.

Do ponto de vista institucional, o Sistema Estadual de Agricultura passou por uma profunda reorganização em 1996-97. Foi executado um amplo programa de treinamento de qualidade total, abrangendo todos os níveis técnicos e administrativos da Secretaria de Desenvolvimento Rural e das instituições vinculadas: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE) e a Central de Abastecimento (CEASA).

A partir de 1995, foi realizado o planejamento de todas as atividades e ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural. A proposta macroeconômica e de estratégia geral foi delineada no Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural (1995-98), no Rumo ao Desenvolvimento Rural (1995-2002) e detalhadas as ações específicas em minuciosos planos operativos. Esses documentos fundamentaram a ação do Governo do Estado e lançaram as bases para a assinatura de convênios com os bancos oficiais e os órgãos públicos federais. Assim, muitos recursos financeiros foram mobilizados para investimentos produtivos e de custeio, para aquisição de equipamentos de informática, veículos e melhoria das instalações dos prédios do Sistema Estadual de Agricultura.

Vencer o subdesenvolvimento rural é uma meta difícil. Assegurar a equidade tem sido uma tarefa de gerações. Na verdade, são poucas as nações que conseguiram essas duas façanhas. Tais observações servem para advertir-nos da seriedade desse problema. Mesmo assim, tudo indica que a próxima década será dedicada à reversão da situação de pobreza reconhecida como inaceitável nestes dias de globalização e competitividade.

PERFIL DA AGRICULTURA CEARENSE

Como é possível mudar o padrão de desenvolvimento rural do Ceará, tornando-o mais produtivo, estável, empregador de mão-de-obra e rentável? O que fazer para interiorizar mais o crescimento econômico do Estado, reduzindo a pobreza e as emigrações para as grandes cidades? Onde obter recursos para um plano com essa finalidade?

Certamente são essas as preocupações que deverão de desafiar a capacidade criativa dos novos governantes do Ceará nos próximos anos. De fato, é urgente fazer algo para mudar a situação de subdesenvolvimento ainda prevalente no Estado, especialmente no quadro rural.

Estão radicados na zona rural do Ceará cerca de 2,3 milhões de pessoas, correspondentes a 35% da população total do Estado. Não estão incluídos aqui os residentes nos povoados, cidades pequenas e outros aglomerados tipicamente rurais, mas não classificados como tais pelo IBGE.

A população economicamente ativa, de 10 anos e mais, é de 1.200 mil pessoas, aproximadamente um terço de todos que trabalham no Estado. A taxa de ocupação é de 36%, compatível com a estrutura etária e o nível de desenvolvimento do Ceará.

O valor bruto da produção agropecuária tem sido, em ano normal, de aproximadamente um milhão de dólares, em torno de 8% do Produto Interno do Estado. Em 1993, essa proporção foi de apenas 6%, em face da crise pluviométrica desse ano.

Com base nesses dados, é possível estimar uma produção média da agropecuária de 833 dólares por pessoa ocupada. Em contrapartida, essa relação é de 4.870

nas atividades urbanas (indústria e serviços). Portanto, seis vezes mais elevada do que nas atividades agropecuárias. É oportuno observar que os países que desejam desenvolvimento equilibrado entre os setores geralmente assumem como meta a igualdade de rendimentos entre os dois setores. Há nações, entretanto, onde a renda média do quadro rural é superior a dos centros urbanos. Nesses casos, tem-se verificado um movimento migratório de retorno às áreas do interior.

Em virtude da localização em áreas especiais das culturas de maior produtividade e da reconhecida apropriação de parte da renda agrícola por produtores mais ricos, é certo que, em amplas áreas e grupos populacionais, prevaleçam níveis de renda muito baixos. É preciso examinar melhor essa suposição e descobrir alternativas para a rápida redução da pobreza nessas áreas.

As lavouras temporárias e permanentes contribuem com cerca da metade da produção do setor. A produção de carne, leite e derivados, e ovos respondem por 40%, cabendo o restante às extrativas vegetais.

Quanto aos produtos agrícolas, os mais importantes são: feijão, mandioca, milho, banana, arroz e caju.

PROBLEMAS E METAS PRINCIPAIS

O processo produtivo da agricultura, como é conhecido, envolve fatores físicos, econômicos, sociais, motivacionais e de organização. Em área subdesenvolvida, cada um desses aspectos pode ser obstáculo à modernização do setor.

Os estudos e dados existentes sobre a agricultura do Ceará revelam que a produção, por área cultivada, das principais lavouras temporárias e permanentes encontra-se muito aquém dos níveis obtidos em outros estados e mesmo da média nacional. As situações do milho, feijão, mandioca, abacaxi e castanha são exemplares. Esse quadro se agrava ainda mais nos anos de estiagem, quando a produtividade chega a limites insignificantes.

O aspecto muito preocupante é que não há sinal de melhoria nessa situação. Analisando-se o comportamento da produtividade das lavouras num período de vinte anos (1970-1990), verifica-se que, no conjunto do setor, ocorreu uma diminuição dos rendimentos.

A produtividade da mão-de-obra é também deplorável, mesmo sabendo-se que a força de trabalho do campo conta com a contribuição significativa de pessoas de 10 a 15 anos e de mais de 65 anos de idade, em vista do conceito do IBGE sobre o assunto. “Grosso modo”, pode-se dizer que a produtividade de um trabalhador na agricultura é apenas 17% do ocupado nos centros urbanos em atividade industrial e/ou serviços. Em outras palavras, quando o trabalhador sai do campo e vai trabalhar na cidade, sua produção média torna-se seis vezes maior do que era antes...

Em conseqüência, são baixas as remunerações dos assalariados e pequenos produtores agrícolas. Nesse caso, será muito difícil melhorar as condições de vida das pessoas dependentes das lides agrícolas do Estado sem aumento da produtividade ou obtenção de renda adicional de outras atividades econômicas complementares.

A tábua de salvação desse quadro pouco otimista é visualizada nas atividades animal e derivados, correspondentes a cerca de 40-50% do valor da produção agropecuária. De modo geral, a produção desse ramo de atividade tem-se mantido estável e ascendente nos últimos vinte anos, especialmente a avicultura e a produção de leite. Diferentemente das lavouras, essa categoria vem melhorando a produtividade ao longo dos anos com perspectivas promissoras no futuro. Não obstante, é necessário lembrar que a pecuária extensiva é pouco empregadora de mão-de-obra, mesmo que a avicultura contrabalance essa característica.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

A estratégia de desenvolvimento rural equilibrado destina-se a buscar resolver o problema do subdesenvolvimento rural de maneira abrangente. A chave desse enfoque é aumentar a produtividade agrícola, ao tempo em que se fomenta a criação de empregos produtivos na própria zona rural. Nesse contexto, as pequenas cidades do interior exercem um importante papel como centros de serviços e apoio à produção.

Os elementos essenciais dessa metodologia de desenvolvimento harmônico do interior são a mobilização do fator humano e o melhor aproveitamento dos recursos naturais e da infra-estrutura existente nas áreas geográficas prioritárias. A segunda condição é a integração da agricultura, indústria e serviços, no próprio quadro rural, contemplando os aspectos físicos, econômicos, sociais e organizacionais das localidades abrangidas pelo programa.

É necessário que haja o acesso dos produtores, especialmente dos pequenos e menos privilegiados, aos recursos produtivos e aos serviços de suporte indispensáveis à produção. A melhoria das condições de educação, saúde e outras necessidades básicas são requisitos para o aumento da produtividade e qualidade de vida da população pobre residente na zona rural.

Finalmente, é essencial a motivação e mobilização das populações em programas de auto-ajuda e de participação efetiva na determinação das prioridades e no processo de execução dos programas de desenvolvimento local.

AÇÃO PLANEJADA

O desenvolvimento econômico é um processo extremamente complexo do qual compartilham diversas variáveis econômicas, sociais, políticas e institucionais.

A agricultura participa com os outros setores no uso de investimentos e dos demais fatores. Desse modo, os recursos colocados à disposição de programas de desenvolvimento não podem ser alocados sem levar em consideração a dependência existente entre eles. Negligenciar a indústria pode resultar em limitações de mercado para os produtos agrícolas. Por outro lado, promover programas de desenvolvimento industrial sem a devida consideração ao setor agrícola pode motivar uma conseqüente escassez de alimentos, acelerando o processo inflacionário e comprometendo o próprio desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento conjunto dos setores é fundamental e deve ocorrer de maneira harmônica, embora se saiba que os setores normalmente crescem a taxas distintas, de modo especial nos estágios iniciais de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural equilibrado não pode ser realizado simultaneamente em todas as partes, pois seria difícil obter recursos suficientes para isso. Por sua vez, as atividades agropecuárias geralmente são vocacionadas diferentemente de acordo com as condições de solo, clima e outros fatores. Desse modo, é essencial que os programas de desenvolvimento rural sejam planejados e executados segundo zoneamento adequado aos objetivos delineados para cada sub-região.

Outra alternativa de organização que deveria ser examinada é a estruturação de “Corporações de Fomento”, com maior autonomia administrativa, técnica e financeira. Essa modalidade de entidade segue, naturalmente, um nível mínimo de competência e maturidade institucional. É o caso, por exemplo, de regiões onde os níveis de tecnologia agrícola sejam mais elevados e haja um grau de industrialização e serviços de apoio mais desenvolvido. De qualquer modo, a adoção da referida sistemática de organização deve ser gradativa e planejada.

DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

O Banco do Nordeste do Brasil e a Universidade Federal do Ceará mantiveram, durante quinze anos, um programa de cooperação técnica com Israel no campo do treinamento e da pesquisa, com excelentes resultados para o Nordeste.

O programa de cursos de especialização em planejamento e execução do desenvolvimento rural integrado, com duração de seis meses, treinou mais de 500 técnicos de todos os estados do Norte e Nordeste do Brasil. Ao mesmo tempo, várias pesquisas foram realizadas no campo da industrialização rural, cooperativismo e irrigação com a participação de equipes mistas brasileiras e israelenses.

A nova estratégia difundida nesse programa de treinamento destina-se a solucionar o problema da pobreza nas áreas rurais, através de ação simultânea na agricultura, indústria e serviços, em combinação com a interiorização dos centros urbanos. Essa concepção, conforme revela a história econômica, foi utilizada nos países hoje industrializados, especialmente em Israel, que a aplicou planejadamente com grande êxito.

O renomado professor Raanan Weitz, diretor do Centro de Estudos Regionais de Rehovot, explica que os objetivos desse programa de cooperação do seu país com o Nordeste eram ajudar a produzir melhorias na vida diária da gente comum. Com a experiência de ter sido um dos responsáveis pelo pujante desenvolvimento rural de Israel, esclarece o Dr. Weitz que a promoção do desenvolvimento econômico social equilibrado requer capacitação técnica dos planejadores e executores dos referidos pro-

gramas. Daí a insistência dos israelenses em treinamento, tanto em outros países como em Israel. Segundo essa filosofia, não existe país subdesenvolvido, mas recursos humanos não desenvolvidos. De fato, o desenvolvimento do capital humano é o elemento propulsor fundamental do avanço material, social e cultural do homem.

É oportuno lembrar, segundo alguns autores, que as soluções para o desenvolvimento de Israel não são aplicáveis ao Nordeste do Brasil. Outros afirmam ainda que em Israel existe uma mística e vêem nisso um obstáculo ao aproveitamento das experiências desse país.

Não nos parecem objeções justas. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a mística tanto pode ser um produto da fé, como algo que se pode criar. Isto é possível, por exemplo, quando o Estado oferece uma perspectiva de ação racional e o trabalho determinado da população para a obtenção do progresso. Realmente, sem mística não é possível obter o desenvolvimento, razão por que ela é considerada como um requisito desse processo. Sobre o assunto, lembramo-nos do que dizia o eminente Lucas Lopes: “A falta de uma grande bandeira, de um projeto nacional que inspire confiança e popularize esforços da coletividade pode deixar as elites e o povo com uma sensação enorme de frustração e mediocridade.”

A história econômica nos ensina, entretanto, que as soluções nunca podem ser as mesmas para todas as nações. Cada país tem suas peculiaridades quanto à dotação de recursos naturais, condições sociais, políticas e institucionais. Conforme se sabe, Israel conta com uma profícua experiência que reflete circunstâncias únicas, impossíveis de serem reproduzidas literalmente em outros países. Por isso, a experiência de Israel deve ser adaptada para fazer frente às necessidades locais, pois ela não

deve ser transplantada. Não se pode copiar modelos de desenvolvimento econômico, lembrava o professor David Bruhis, mas aproveitar experiências.

Israel, portanto, pode ser uma fonte de inspiração e de exemplo orientador para a concretização das nossas aspirações de desenvolvimento econômico regional. Ali existem vários sistemas econômicos simultâneos, com resultados vitoriosos em cada caso. A organização cooperativa (*moshav*), a forma comunitária de exploração agrícola (*hibutz*), a industrialização rural, a exploração do semi-árido são exemplos com os quais muito se pode aprender para uso no Nordeste do Brasil.

Poder-se-ia dizer, enfim, como o professor Max Rosenfeld: “O enfoque flexível e variado de Israel, com respeito ao desenvolvimento econômico, constitui um protótipo valioso para os países sem desenvolvimento e que enfrentam os mesmos problemas de recursos limitados e de imperante necessidade de mobilizar sua economia.”

Toda essa experiência sobre concepção, estratégia e metodologia de planejamento regional rural integrado indica que o progresso é possível, inclusive quando as condições não são totalmente favoráveis, desde que se conte com uma política firme do Governo, com o apoio dos agricultores e funcionários e uma certa mística ante a tarefa a realizar.

NOVA ESTRATÉGIA RURAL

Agricultura tem ocupado um papel fundamental no desenvolvimento econômico de todas as nações hoje desenvolvidas. Esse setor tem contribuído com a produção de alimentos, matérias-primas, mão-de-obra para o setor urbano e a formação de capital.

No caso específico do Ceará, a participação atual da agricultura na formação do Produto Interno Bruto é de 8,5 a 9%. Mas na economia do interior, essa proporção chega aproximadamente a 30%. Cerca de um milhão de pessoas trabalham no campo, representando um terço de toda a população economicamente ativa do Ceará.

O vigoroso processo de industrialização do Brasil, a partir da década de 60, foi financiado pela agricultura. A política fiscal, cambial, de investimentos públicos de infraestrutura e educacional foram também favoráveis ao setor urbano-industrial. As conseqüências dessa política podem ser observadas no processo de descapitalização e estagnação da agricultura brasileira na década de 80 em diante.

No Ceará, e no Nordeste de modo geral, os efeitos dessas políticas não foram muito diferentes. Os indicadores sociais e econômicos extremamente negativos registrados hoje no Estado comprovam as distorções ocorridas. No tocante ao Nordeste, o Governo Federal tem procurado neutralizar essas tendências de desenvolvimento desequilibrado e concentrador de renda. Para isso foram criados vários programas como o Polonordeste, Sertanejo, Prohidro e outros. Os resultados desses esforços pouco contribuíram para deter os efeitos regressivos

da favelização do crescimento econômico regional. Devem ser registradas algumas poucas iniciativas bem sucedidas no Ceará, mas sem repercussões macroeconômicas de maior significado.

A conclusão prática que se pode tirar da análise dessa situação é que as estratégias adotadas para a agricultura estavam equivocadas ou foram mal conduzidas. Outra interpretação é que os esforços do governo foram insuficientes ou descontinuados para reverter as tendências de aprofundamento da pobreza. Os produtores e as lideranças empresariais e políticas não se motivaram a partilhar do processo de desenvolvimento rural. Diferentemente ocorreu, por exemplo, com os revolucionários fundadores dos Estados Unidos que acreditaram no progresso da agricultura como base de sustentação do notável desenvolvimento econômico desse país. Líderes como Thomas Jefferson, Benjamim Franklin e George Washington estiveram envolvidos pessoalmente na criação, organização e execução de abrangentes projetos de pesquisa e instrução agrícola que fizeram dos Estados Unidos a maior potência mundial da agropecuária. No campo da pesquisa e extensão rural são notórias as contribuições do Land-grant Agricultural Colleges, no início do século XIX, naquele país, e a participação da iniciativa privada e de uma população rural ativa e trabalhadora.

No pertinente à economia cearense, é indispensável levar em conta, na análise dos problemas que afetaram o desempenho do setor agrícola, as questões estruturais e o modelo paternalista que caracterizaram quase toda a história econômica do Estado. Na verdade, a agricultura do Ceará seguiu historicamente um modelo de equilíbrio da ineficiência, como definiu o prof. Theodore Schultz, Prêmio Nobel de Economia. A equação consistia

na produção de grãos para a alimentação e na cultura do algodão arbóreo para o mercado. Completava o sistema a criação de gado de leite e corte para subsistência e a geração de renda dos proprietários. O sistema se apoiava num conjunto de relações sociais cujos atores eram os proprietários de terra e os trabalhadores, parceiros e arrendatários que interagiam num processo aparentemente simples de sobrevivência econômica e relações de produção subdesenvolvidas.

Nos últimos vinte anos, esse sistema foi “desmantelado” pelo sistema previdenciário rural que tornou obrigatório um pesado ônus sobre o proprietário da terra, provocando forte emigração da população do campo. A crise na cultura do algodão mocó selou, complementarmente, a falência do referido modelo.

No contexto dos novos conceitos de desenvolvimento harmônico é inviável uma reestruturação da agricultura cearense nas mesmas bases anteriores: baixa produtividade e relações desigualitárias na apropriação da renda gerada pelo sistema produtivo.

O maior desafio do momento para o Governo Tasso Jereissati é identificar e viabilizar um novo modelo e criar uma nova estratégia capaz de alcançar resultados concretos no setor rural do Estado. A Secretaria da Agricultura do Ceará elaborou o “Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural” com a finalidade de reorientar o crescimento da agropecuária com o aumento da produtividade. O novo enfoque desse plano busca o desenvolvimento agrícola simultâneo com os demais setores econômicos ou, como vem sendo denominado, através dos agronegócios. A finalidade última dessa abordagem é a criação de emprego e renda numa economia sustentável, onde a valorização do homem do interior seja o principal alvo.

A nova estratégia não foi delineada, nem será executada com base em definições apenas acadêmicas ou orientação unilateral do Governo. Os conhecimentos existentes e a experiência até agora acumulada consubstanciaram as propostas formuladas no plano da SEARA. Foram levadas em conta as possibilidades de acesso à pesquisa agrícola e a capacidade de assistência técnica da EMATERCE, as reais possibilidades dos recursos naturais de solo e os recursos financeiros possíveis de serem mobilizados pelos setores público e privado.

A combinação da participação do Governo com a iniciativa privada e a descentralização das ações são a chave para a revolução agrícola que o Ceará necessita. Do mesmo modo, será fundamental a reinvenção do sistema de assistência técnica e extensão rural.

Os feitos do passado e a história de compromissos e dedicação das equipes técnicas da EMATERCE não serão suficientes para a nova etapa do desenvolvimento da agropecuária do Ceará. Agora contam os padrões de eficiência e competitividade a serem obtidos sem paternalismo, tão comum no passado. As prioridades para assistência técnica deverão se pautar por critérios que assegurem a obtenção de resultados concretos. A ênfase de atuação deve ser o de utilização dos recursos públicos na pessoa, no produtor. É necessário preparar toda a população rural contemplada nos programas rurais para que tenha acesso e saiba utilizar os recursos e tecnologias para obtenção da competitividade dos produtos agropecuários. Os modelos de gestão devem ser orientados para a criação de renda e emprego e não para servir as estruturas existentes. Os critérios de análise e decisão das prioridades de ação da assistência técnica devem ser a visão de cadeias ou complexos agroindustriais e não produtos e unidades isoladas, como tem sido até agora.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Os governantes e burocratas dos países pobres geralmente subestimam o valor da educação no processo de desenvolvimento. É comum darem ênfase aos ganhos decorrentes da aplicação do capital, relegando a segundo plano a importância da educação, da redução da criminalidade, da promoção do auto-respeito, além de muitas outras satisfações culturais e sociais que provêm do desenvolvimento de talentos surgidos do processo educacional.

Muitos estudos indicam que o hiato de renda de pessoas de uma região diminui quando aumenta o nível de educação das camadas inferiores. A educação é um importante estímulo para a modernização, e o progresso tecnológico é inútil sem uma população treinada para dele fazer uso.

O maior problema que as áreas subdesenvolvidas enfrentam decorre do fato de que a educação e o treinamento, além de insuficientes, não são compatíveis com as necessidades e as oportunidades oferecidas pelo sistema econômico. A menos que seja encontrada uma forma para treinar a massa de desempregados ou de baixa produtividade, poucas são as esperanças de uma vida melhor para essas pessoas.

Na verdade, um esforço vigoroso deve ser empreendido para elevar a qualidade do sistema educacional existente no Ceará e adaptá-lo às reais necessidades da população pobre rural. A educação realmente deve ser estruturada, em todos os níveis, para o atendimento de uma sociedade democrática e em evolução. Deve tam-

bém acentuar o valor e a dignidade do trabalho e ensinar os que até agora ficaram marginalizados da sociedade a participarem do esforço e dos resultados do desenvolvimento econômico.

A educação “per se”, contudo, não é suficiente para resolver o problema da população de baixa renda, pois também é essencial a mitigação das graves condições de subnutrição, enfermidade e má habitação. O desejo de melhorar essas condições por motivos políticos, econômicos ou humanitários não deve, entretanto, reduzir a premência para o atendimento das necessidades educacionais. Isto por que a educação, embora apresentada muitas vezes como despesa de caráter apenas social, é tão importante para o sistema produtivo como as demais formas de capital diretamente produtivo.

O verdadeiro desenvolvimento econômico não significa apenas o aumento da produção e da riqueza material para poucos, mas, sobretudo, uma verdadeira igualdade de oportunidades que somente a educação viabiliza. Ela é, em síntese, a chave da mobilidade das classes sociais, das transformações econômicas e políticas duradouras e construtivas.

Nenhum Estado, enfim, poderá ser considerado desenvolvido se o problema da alfabetização e da educação das massas não for plenamente solucionado.

ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

A organização cooperativa é, geralmente, mencionada como instrumento apropriado para transformar a população pobre e analfabeta em colaboradora ativa da política de desenvolvimento rural. Os planejadores e o governo esperam que esse sistema seja o veículo capaz de preencher a ausência da iniciativa privada e a organização para fornecer os serviços necessários à produção, administração e repasse de crédito, assim como realizar a comercialização e distribuir mais eqüitativamente a renda. A cooperativa, enfim, é tida como possuidora de vantagens de sua dimensão de escala econômica e tecnológica, constituindo instrumento eficaz para as mudanças da realidade do meio rural.

Mesmo diante dessa confiança no papel do cooperativismo, como fórmula para o atendimento adequado dos pequenos agricultores, a experiência do Nordeste, neste particular, não tem sido positiva como se poderia esperar. Na verdade, o cooperativismo tem encontrado muitos entraves na Região e poucos são os exemplos de pleno sucesso dessas sociedades a despeito do apoio técnico e, principalmente, financeiro, que vem sendo proporcionado pelos órgãos governamentais e bancos oficiais. Aparentemente, parte das razões deste êxito limitado decorre das atitudes, tanto dos responsáveis pela implantação dessas associações como dos próprios agricultores beneficiados.

Não obstante, a experiência internacional de desenvolvimento rural bem sucedido tem demonstrado que a organização dos agricultores, especialmente dos peque-

nos, é uma pré-condição para a transformação do setor. De fato, o pequeno produtor não consegue obter os serviços de que necessita para exploração de sua unidade, porque lhe faltam habilidade, meios e poder de enfrentar os prestadores de serviços. A fim de encarar essa situação, os agricultores necessitam unir suas forças e criar sua própria organização de autodefesa e competição. Tais associações auxiliam também o pequeno agricultor a se adaptar às mudanças no estabelecimento agrícola e na comunidade rural.

Para definir um sistema cooperativo que realmente funcione, em bases democráticas, é preciso, como diz Naphtali Gal, encontrar uma forma apropriada de organização associativa que contemple as aspirações, os ideais e as características culturais próprias dos indivíduos que participem desse processo.

Em síntese, a organização cooperativa é fundamental para o desenvolvimento rural do Ceará e deveria fundar-se em princípios flexíveis, de eqüidade, democracia e propriedade conjuntas, condizentes com a premissa de um crescimento econômico eqüitativo da sociedade rural.

DESENVOLVIMENTO SEM AGRICULTURA

Os problemas básicos que o Nordeste do Brasil enfrenta são semelhantes aos dos demais países atrasados economicamente. Necessita elevar o nível de renda total e “per capita” num prazo relativamente curto, melhorar a distribuição de renda, diminuir as desigualdades sociais e aumentar as oportunidades de emprego. Em suma, reduzir a pobreza absoluta de camadas importantes da sociedade.

Há necessidade, por isso, de redefinir claramente os rumos de um novo estilo de desenvolvimento econômico mais eqüitativo do que o atualmente em curso no Ceará e no Nordeste, de modo geral.

No caso específico das zonas rurais, os problemas endêmicos que carecem de solução urgente para permitir o atingimento dos objetivos antes nominados são complexos e variados: baixa produtividade; sistemas administrativos e organizacionais antiquados; mau funcionamento do sistema de mercado; tecnologia tradicional superada; incentivos inadequados para a modernização; e crescimento do desemprego e subemprego.

A maioria dos economistas do desenvolvimento concordam que o papel da revolução agrícola é um elemento fundamental para a revolução industrial. O desenvolvimento agrícola, contudo, não pode estar isolado em relação a outras inovações na indústria, no comércio e nos serviços, também necessários ao processo de desenvolvimento global.

Uma das lições importantes que se pode tirar da história do de-senvolvimento de muitas partes do mundo

é que a agricultura ocupa um papel estratégico nesse processo. É necessário adotar políticas que estimulem os agricultores a utilizarem adequadamente o seu limitado capital para administrar melhor sua propriedade, aproveitar eficazmente os recursos de que dispõem para conservar, armazenar e vender os seus produtos. Toda a assistência ao agricultor não pode ser de natureza paternalista mas conformar-se com as peculiaridades do sistema econômico e a capacidade do agricultor, levando em conta suas tradições e crenças.

Nesta ordem de idéias, cabe assinalar que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento agrícola não abrangem adequadamente todos esses aspectos. Precisamos de um novo enfoque mais amplo para o desenvolvimento da agricultura que contemple os múltiplos aspectos da vida rural. A redução das desigualdades econômicas e a criação das condições sociais mais adequadas devem ser preocupações centrais do esforço dedicado ao setor rural. Através dessa orientação, fica explicitado que os objetivos do desenvolvimento devem ser econômicos e sociais e não haja apenas o propósito de um máximo crescimento quantitativo às expensas de um desenvolvimento mais equilibrado e duradouro.

Essa nova estratégia de desenvolvimento rural converteu-se, nas últimas décadas, numa das grandes esperanças para muitos países subdesenvolvidos. Especialmente aqueles que, como o Nordeste brasileiro, têm na agricultura um dos fatores para o progresso econômico da região. De fato, apesar do papel relevante que a indústria vem desempenhando na economia nordestina, há necessidade urgente de que os graves problemas de pobreza, subemprego e baixa produtividade agrícola sejam minimizados como requisito para o próprio desen-

volvimento industrial e da economia, de modo geral, conforme tem demonstrado a experiência histórica dos atuais países industrializados do mundo ocidental.

Afora as conquistas já obtidas, resta uma urgente tarefa a realizar no Ceará. Necessitamos encontrar soluções para obter e compatibilizar a modernização da agricultura com crescentes oportunidades de emprego e de melhoria das condições de vida da população rural. O grande desafio estratégico para o desenvolvimento regional é integrar a indústria com a agricultura no próprio quadro rural, como elemento de descompressão dos centros urbanos e interiorização do desenvolvimento.

A CHAVE DO PROGRESSO RURAL

Fazer a riqueza chegar ao campo representa um objetivo que preocupa internacionalmente muitos economistas, investidores e governantes. No Brasil, as políticas idealizadas para encorajar o investimento na agricultura têm surtido pouco efeito; especialmente no Nordeste. O que tem ocorrido entre nós é apenas o gotejar lento do progresso urbano nas zonas rurais empobrecidas, criando um fosso crescente entre o campo e a cidade.

Anos de estudos e viagens de observação “in loco” a muitos países levaram-me a duas constatações. Primeiro, não há registro da obtenção de desenvolvimento econômico pleno sem o apoio de uma agricultura moderna, forte e produtiva. Segundo, a elevação da renda, do emprego e dos padrões de vida da população rural não tem ocorrido de modo estável, em nenhum caso, sem que o setor esteja integrado a outras atividades econômicas. Normalmente, essas outras preocupações chegam a gerar mais da metade da renda das famílias dos agricultores, pois a rentabilidade apenas das tarefas agrárias jamais poderia competir com os demais setores manufatureiro e terciário.

Há de se perguntar, então, como é possível viabilizar o progresso rural com vistas ao desenvolvimento econômico geral?

Segundo as lições da experiência e com base na melhor literatura, um programa para o desenvolvimento rural não pode ficar restrito a um setor ou a medidas isoladas. Intervenções individuais de reforma agrária, modernização tecnológica ou de industrialização rural geralmente surtem efeitos bem abaixo de suas possibili-

dades se não forem empreendidas conjuntamente. As ações devem ser orientadas segundo uma metodologia abrangente e concentrada em áreas prioritárias, para evitar a dispersão de escassos recursos. Além disso, nas palavras do veterano John Friedman: “Todas as atividades requerem espaço.”

Essa estratégia se destina a atacar o problema do subdesenvolvimento rural de modo multisetorial com vistas a reduzir as emigrações rurais para as cidades metropolitanas já congestionadas. A chave desse enfoque é criar oportunidades produtivas nas próprias zonas rurais, inclusive nas pequenas cidades do interior, que devem funcionar como centros de serviços sociais e de apoio à produção.

O desenvolvimento rural deve tomar como base a mobilização dos recursos humanos e o melhor aproveitamento dos recursos naturais existentes na área de atuação. Do mesmo modo, é indispensável a garantia do acesso dos pequenos produtores aos recursos produtivos e aos serviços de suporte necessários a produção. O setor agrícola, como demonstra em seus estudos o Prêmio Nobel de Economia, Simon Kuznets, é desempregador de mão-de-obra. Daí por que a criação de oportunidades de emprego, com vistas à melhoria da distribuição de renda e do poder de compra da população rural, somente se torna viável com a integração da agricultura, indústria e serviços no quadro rural e nas cidades próximas aos centros de produção agrícola.

No Ceará, existem atualmente condições e fatores técnico-econômicos que tornam o desenvolvimento descentralizado bem mais viável do que ocorreu durante a revolução industrial européia. Naturalmente que a execução dessas políticas podem ser consideradas difíceis. Concordamos. A questão, porém, é “ser ou não ser”, como filosoficamente propunha Shakespeare.

OPÇÕES AO DESENVOLVIMENTO RURAL

O crescimento da renda do Nordeste nos últimos vinte ou trinta anos foi excepcional pelos padrões internacionais. O setor industrial, a geração de divisas e outros indicadores macroeconômicos seguiram tendências fortemente ascendentes.

Estes resultados quantitativos não foram, todavia, os mesmos no tocante à melhoria da qualidade de vida e das condições sociais da maioria dos milhões de habitantes dessa região, especialmente os dependentes das atividades agrícolas.

Na verdade, o que tem ocorrido no Nordeste é um mal desenvolvimento, subsistindo ainda os principais problemas de desigualdade e de pobreza absoluta que marcam as economias mais atrasadas do Terceiro Mundo. Nesse sentido, destacam-se a concentração da terra em mão de poucos, baixa produtividade da agricultura, excesso de gente nas pequenas propriedades, desnutrição generalizada, analfabetismo elevado e falta de oportunidades de emprego de parcela significativa da mão-de-obra nordestina.

A crise agrária, por sua vez, tem motivado uma disfunção rural-urbana em favor das emigrações rurais descontroladas e de alto custo social, tanto para o campo quanto para as congestionadas metrópoles da Região e do Sul do País.

Tais condições, de reflexos políticos e institucionais, impedem a criação de oportunidades econômicas e sociais, refreiam os impulsos do crescimento econômico a favor da sociedade e motivam tensões sociais de grande expressão coletiva.

O verdadeiro significado de desenvolvimento não corresponde apenas a um aumento quantitativo da produção de bens e serviços, mas o importante é sua melhor distribuição. Trata-se de um conceito ideológico que implica a reorientação do poder político e social com vistas a transformações estruturais de ordem econômica, social e organizacional. Há necessidade, por isso, da redefinição clara dos objetivos e dos rumos de um novo estilo de desenvolvimento econômico mais eqüitativo do que o atualmente em curso no Nordeste.

Não há dúvida de que o surgimento dos programas especiais de desenvolvimento rural do Nordeste foram iniciativas oportunas e bem intencionadas. Visavam neutralizar as distorções desse processo perverso de crescimento econômico, sem desenvolvimento, especialmente do quadro rural.

De fato, a Exposição de Motivos 015, de 18 de março de 1981, do Conselho de Desenvolvimento, aprovado pelo Presidente João Batista Figueiredo, declara: “Os programas especiais objetivam atuar na erradicação da pobreza no meio rural do Nordeste, através do fortalecimento da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais, intensificando o processo de reestruturação fundiária e complementando ações de apoio a produção e a promoção social, inclusive em estímulo ao desenvolvimento de formas associativas de produção.”

Do ponto de vista de avaliação geral do impacto socioeconômico desses programas especiais, é difícil formular generalizações devido à diversidade de metas, instrumentos de ação, áreas de abrangência geográfica e seu público-meta. Os dados e informações analisados criteriosamente indicam, porém, que os resultados obtidos por esses programas num balanço de custos/benefícios sociais foram positivos, apesar de muitas dificuldades

e entraves haverem prejudicado o alcance de um melhor desempenho.

Tais empecilhos e bloqueios, todavia, são naturais nos estádios iniciais de transformação de sociedades subdesenvolvidas e tradicionais como no caso do Nordeste rural.

Entre os fatores identificados como limitantes para o pleno êxito desses programas destacam-se: inadequado planejamento e acompanhamento dos projetos; desarticulação entre as instituições nacional, regional e estadual; distonia dos órgãos executores; descontinuidade de ações empreendidas; interferência política e burocrática conflitantes das diretrizes traçadas; cortes e atrasos nos recursos inicialmente previstos, tanto a fundo perdido como para fins de crédito bancário.

Desse modo, seria impossível que os programas analisados apresentassem resultados plenos diante desses entraves e das sucessivas crises climáticas que, nos últimos anos, desorganizaram a produção, distorceram o sistema social e desviaram os recursos financeiros e as equipes técnicas dos principais programas especiais para as frentes de emergência, de caráter assistencial. Isto sem falar nas dificuldades da economia brasileira que se refletiram drasticamente nas atividades econômicas e na sociedade nordestina.

Não obstante, valiosas lições podem ser extraídas dessa análise de avaliação para o aperfeiçoamento e fortalecimento desses programas, inclusive quanto a sua efetiva articulação e compatibilização com as demais ações federais ou estaduais, atuantes em sua área de abrangência, como preconizaram os termos de referência que orientaram os estudos.

Um elemento de destaque a registrar foi a identificação da existência, em todos os níveis administrativos e

técnicos, de uma conscientização acerca dos objetivos e estratégias dos programas especiais, particularmente do POLONORDESTE e do PROJETO SERTANEJO. Esforços consideráveis de entidades regionais e estaduais foram dedicados a essa finalidade de esclarecimento e doutrinação, através de centenas de cursos, seminários, encontros, debates e treinamento em serviço, dos quais participaram quase todos os técnicos envolvidos nestes projetos. Conseqüentemente, foi acumulado um vasto tesouro de experiências e percepção que pode ser usado positivamente na direção da correção de falhas e/ou para o aperfeiçoamento dos programas especiais e do desenvolvimento rural da Região.

A nossa conclusão sobre o exame da alternativa de extinção, substituição ou fusão plena dos programas especiais, em único projeto unificado, é de que isto não parece aconselhável. Não conseguimos evidenciar provas que justificassem que essa mudança “per se” fosse capaz de suprir as deficiências identificadas nos programas especiais em execução.

Na verdade, a opção que recomendamos quanto à compatibilização dos programas é no sentido de adoção de um esquema, de uma articulação e agrupamento de ações coincidentes em uma mesma área, como no caso de áreas do POLONORDESTE, onde se superpõem a atuação do Projeto Sertanejo e do PROHIDRO. No caso dos programas de irrigação pública, há necessidade da utilização de arranjos novos a serem definidos. O programa de agroindústria pode ser absorvido totalmente pelo POLONORDESTE, SERTANEJO e programas de irrigação: Os programas SERTANEJO e PROHIDRO devem atuar conjuntamente nas áreas comuns. O PROÁLCOOL é um programa nacional e, por isso, continuará a ter trajetória própria.

INDUSTRIALIZAÇÃO RURAL

Qual é o papel da indústria no desenvolvimento da agricultura? As respostas podem ser várias, mas num ponto há consenso entre os historiadores do desenvolvimento econômico. A íntima relação entre a agricultura e a indústria foi um dos fatores notáveis do desenvolvimento da Inglaterra, do Japão e de muitos outros países hoje ricos. No período inicial do crescimento econômico, a agricultura forneceu quase todos os recursos necessários para o governo e para os investimentos na indústria. Ademais, as exportações agrícolas supriram a maior parte das divisas que esses países necessitavam para o seu desenvolvimento, tendo em vista que, nessa época, as inversões estrangeiras eram pouco significativas. As relações da indústria com a agricultura, por outro lado, não foram menos decisivas.

O ritmo de desenvolvimento agrícola não poderia ser incrementado sem mercado em rápida expansão, como resultado de expansão das zonas urbanas. O crescimento da indústria permitiu absorver o excesso da mão-de-obra que saía da agricultura em consequência do aumento da produtividade no campo. Assim, à medida que a indústria se desenvolveu, pôde suprir os fertilizantes, pesticidas, maquinarias e outros instrumentos necessários a uma agricultura avançada, completando o processo de integração entre as duas atividades e os demais setores da economia.

De modo geral, as indústrias que melhor se integram à zona rural são de três categorias: de processamento e transformação de produtos agrícolas; indústrias

que se ajustam às necessidades do setor agrícola em termos de suprimento de insumos; e indústrias neutras que não têm ligação com a agricultura local, mas são empresas na categoria de indústrias leves que podem absorver o excesso de mão-de-obra do quadro rural.

A industrialização rural, como é chamada essa integração, é uma estratégia para contrabalançar desequilíbrios econômicas e sociais do processo de desenvolvimento. Esse instrumento tem sido utilizado com grande eficácia para melhorar as condições de vida das populações interioranas. Especificamente, essa política visa elevar o nível de renda das populações das pequenas comunidades do interior e das áreas rurais e ampliar os mercados para os produtos agrícolas, assim como dos bens industriais. Com isso, é possível reduzir os fluxos migratórios, especialmente dos mais jovens e das pessoas treinadas, essenciais à execução das complexas atividades rurais.

A interiorização da indústria deve ser, sempre que possível, prioritariamente concentrada de modo que sejam criadas nesses centros, as condições de apoio e as amenidades básicas mínimas que a mão-de-obra qualificada exige. As empresas devem-se localizar em pequenas comunidades rurais ou no próprio campo, quando as conveniências técnicas e econômicas assim o permitam. Devem ser procuradas tecnologias intensivas e modernas de mão-de-obra, para permitirem a competição e a qualidade dos produtos, conforme as exigências dos mercados. Segundo estudos realizados pelo Banco do Nordeste e Universidade Federal do Ceará, as aspirações da população do interior, especialmente próximas aos projetos de irrigação, se inclinam para a industrialização de suas comunidades. Dos produtores pesquisados, 70% al-

mejam para os seus filhos uma oportunidade de trabalho na indústria. Sem a indústria rural, 67% dos entrevistados preferem sair do campo e de pequenas comunidades para tentar um outro emprego na cidade grande.

A instalação de indústrias rurais tem sido analisada também do ponto de vista dos custos e benefícios. A meta, por exemplo, de aliviar as pressões demográficas das metrópoles devem entrar nos cálculos dessa opção de localização da indústria no interior. Qual o custo social para educar, oferecer habitação, transporte e o próprio emprego numa e noutra situação? Do mesmo modo, deve-se levar em conta o valor presente dos futuros impostos que serão gerados e o imposto multiplicador local que tais indústrias irão produzir.

A industrialização rural pode ser, assim, a chave para a modernização das atividades econômicas do interior do Ceará e a mudança dos rumos do desenvolvimento rural do Estado.

REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO RURAL

Desenvolvimento rural foi tema tratado em um dos cursos da Universidade Aberta do Jornal “O Povo”.

Como professor do Curso de Mestrado em Economia Rural da UFC e Chefe da Divisão de Estudos Agrícolas do Departamento de Estudos Econômicos do BNB, integramos o quadro de monitores do referido curso.

Com a publicação de cada fascículo do curso, muitos leitores encaminhavam ao jornal perguntas sobre os temas apresentados. Selecionei alguns questionamentos mais frequentemente ocorridos para oferecer comentários explicativos sobre desenvolvimento rural.

Relendo este material, verifiquei que os problemas abordados no tocante ao assunto de nossa responsabilidade continuam muito atuais. Neste particular, destacam-se: reforma agrária, cooperativismo, irrigação, modelos de tamanho de propriedades, além de muitos outros.

Todos os textos constantes do presente documento são os mesmos do referido curso e não foram em nada alterados. Vale a pena lembrar que o curso contou com um grande número de inscrições e, pelas perguntas formuladas, vê-se que os participantes dessa iniciativa do “O Povo” revelaram um bom aproveitamento.

Desse modo, espero estender essas reflexões aos interessados nos assuntos de desenvolvimento econômico.

Causas do Subdesenvolvimento

Para refletir

Na última aula, o senhor se refere às causas “humanas e políticas” do subdesenvolvimento do Nordeste, mas

diz explicitamente que não trataria delas. Pergunto: isso não empobrece a análise da questão e não pode levar a um diagnóstico e a uma terapêutica errada?

Comentários

Acreditamos que o leitor se refira à frase constante da nossa última aula, quando tratamos dos inúmeros fatores do subdesenvolvimento do Nordeste e afirmamos: “Quanto aos aspectos humanos e políticos, não tem sido possível, até agora, mensurar convenientemente os seus reais efeitos, mesmo sabendo-se que eles estão influenciando o atraso econômico e social da região.”

O leitor tem toda razão, pois o subdesenvolvimento é um fenômeno morfológico, com vinculações significativas entre os elementos econômicos e não econômicos. O que tentamos explicar na introdução da referida aula, todavia, é que nenhuma das disciplinas das ciências sociais dispõe ainda de instrumento econométrico suficiente para permitir aos estudiosos compreender e medir a complexa interação de elementos políticos, sociais, econômicos, psicológicos, éticos e culturais do fenômeno do subdesenvolvimento e do processo de transição para o desenvolvimento econômico. Devido a essa limitação, não nos foi possível calcular as reais diferenças entre o grau de desenvolvimento rural do Nordeste e do Sudeste, exceto quanto aos níveis de renda, utilização dos fatores, força de trabalho e diferenças tecnológicas e regionais analisadas no texto.

A nossa análise geral dos problemas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento rural, todavia, levou em conta os aspectos políticos e humanos a que o leitor se refere. De fato, a transformação da sociedade tradicional

em sociedade moderna requer sejam simultaneamente alteradas a estrutura social, as instituições políticas e as atitudes da população agente e beneficiária do processo.

O desenvolvimento exige da classe política realismo, dedicação e uma franqueza inspiradora para transmitir ao povo a consciência do preço do desenvolvimento, para que ele possa desempenhar seu papel que deve ser um esforço verdadeiramente de toda a população, como nos ensina o Prof. Louis Walinsky. O desenvolvimento econômico depende, também, da coerência dos planos, da eficiência com que são mobilizados os recursos, da organização e eficiência administrativa pública e privada. O sucesso depende, ainda, dos engenheiros, técnicos, economistas, professores, funcionários públicos, empresas, gerentes e operários, encarregados da execução dos programas. Também depende, fundamentalmente, dos governantes que tomam as decisões e determinam as políticas, identificando-se com os objetivos que se ajustem aos interesses do povo. Enfim, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação social, cultural e político e das estruturas econômicas em favor da melhoria dos padrões de vida e de respeito humano a toda a população.

O Papel da Educação no Desenvolvimento

Para refletir

Na aula sobre o Nordeste, uma nova estratégia para o desenvolvimento rural, o senhor fala na necessidade de mudança na ênfase dos objetivos dos programas de desenvolvimento para o Nordeste. Qual o verdadeiro papel que o senhor atribui à educação na nova política?

Comentários

Os governantes e burocratas dos países pobres geralmente subestimam o valor da educação no processo de desenvolvimento. É comum darem ênfase aos ganhos decorrentes da aplicação do capital, relegando a segundo plano a importância para a nação de uma educação mais esmera, da redução da criminalidade, do auto-respeito por ser alfabetizado, além de muitas outras satisfações culturais e sociais que provêm do desenvolvimento de talentos surgidos do processo educacional. Muitos estudos indicam que o hiato de renda de pessoas de uma região diminui quando aumenta o nível de educação das camadas inferiores. A educação é um importante estímulo para a modernização, e o progresso tecnológico é inútil sem uma população treinada para dele fazer uso.

O maior problema que o Nordeste enfrenta, nesse particular, decorre do fato de que a educação e o treinamento, além de insuficientes, não são compatíveis com as necessidades e as oportunidades oferecidas pelo sistema econômico. A menos que seja encontrada uma forma para treinar a massa de desempregados ou de baixa produtividade, poucas são as esperanças de uma vida melhor para essas pessoas.

Na verdade, um esforço vigoroso deve ser feito para elevar a qualidade do sistema educacional e adaptá-lo às reais necessidades da população pobre. A educação deve-se estruturar, em todos os níveis, para o atendimento de uma sociedade democrática e em evolução. Deve também acentuar o valor e a dignidade do trabalho e ensinar os que até agora ficaram marginalizados da sociedade a participarem do esforço e dos resultados do desenvolvimento econômico.

A educação “per se” não é suficiente para resolver os problemas da população de baixa renda, como a subnutrição, as enfermidades e a má habitação. O desejo de melhorar essas condições por motivos políticos, econômicos ou humanitários não deve reduzir a premência para o atendimento das necessidades educacionais. Isto por que a educação, embora apresentada muitas vezes como despesa de caráter apenas social, é tão importante para o sistema produtivo como as demais formas de capital diretamente produtivo. O verdadeiro desenvolvimento econômico, além disso, não significa apenas o aumento da produção e da riqueza material para poucos, mas, sobretudo, uma verdadeira igualdade de oportunidades que somente a educação viabiliza. Ela é, em síntese, a chave da mobilidade das classes sociais, das transformações econômicas e políticas duradouras e construtivas. Nenhuma nação, enfim, poderá ser considerada desenvolvida se o problema da alfabetização e da educação das massas não for plenamente solucionado.

Grande Propriedade e Produção Familiar

Para refletir

A solução para a agricultura nordestina pode ser resumida na equação: grande propriedade moderna/pequena produção familiar?

Comentários

De modo geral, as políticas agrárias, segundo o autorizado especialista Rolan de Gadille, devem ter como objetivo principal procurar resolver as dificuldades encontradas pela comunidade rural no seu esforço de adap-

tação às suas condições sociodemográficas e econômicas. Do ponto de vista da tese defendida em nossas aulas na Universidade Aberta, consideramos como desenvolvimento rural integrado no processo que abrange uma combinação de atividades para incrementar a produtividade e aliviar a pobreza pelo melhoramento das condições de educação, saúde, habitação, alimentação e do atendimento de outras necessidades básicas econômicas e sociais. Para que esse desenvolvimento seja pleno, é essencial também que os membros da sociedade rural participem das decisões sobre a organização e execução das políticas que visem ao atingimento dessas metas.

Por toda a parte do mundo, contudo, as estruturas agrárias – no que tange às dimensões das explorações e à sua forma de organização – refletem as marcas dos regimes e das concepções que as inspiram. O modelo para levar os benefícios do desenvolvimento aos grupos populacionais pobres do quadro rural tem assumido diversos tipos nos países capitalistas e socialistas. Os sistemas fundiários são grandemente diversificados no caso dos países ocidentais já desenvolvidos, mas apresentam como traço dominante a fazenda familiar, enquanto na Rússia e Cuba prevalece a modalidade da grande empresa administrada, ao lado de microfúndios particulares. Nos países subdesenvolvidos, especialmente da América Latina, o comum é a coexistência do latifúndio – minifúndio ou, por vezes, a prevalência de dualismo entre empresas modernas – nacionais ou estrangeiras – ao lado de pequenas glebas tradicionais e de subsistência.

A experiência histórica desses países revela que a produção agrícola eficiente tanto pode ser obtida em grandes empresas como em pequenas propriedades. O essencial é que do aumento da produção e da eficiência produtiva

resultem a realização dos desejos sociais e psicológicos da população trabalhadora da zona rural. Para se chegar ao âmago da verdadeira questão da escolha do tipo adequado de organização produtora, no setor rural, há necessidade de considerar os sentimentos de “status” e liberdade, que estão associados à posse da terra. Não se pode divorciar este problema, como diz Raanan Weitz, do “clamor e aspirações dos agricultores em explorarem suas próprias terras. A agricultura é um método de vida e não uma ocupação”.

O elemento crucial da política agrária dos países subdesenvolvidos é encontrar uma forma de elevar os padrões de vida dos pequenos produtores, trabalhadores sem terra, desempregados e seus familiares, ao mesmo tempo em que transforma estes cidadãos em homens livres, conforme os direitos fundamentais do trabalhador. O modelo de propriedade familiar tem como aspiração possibilitar essa dupla finalidade. Diferente da indústria que geralmente tem vantagens pelo sistema operacional de linha de montagem, a produção agrícola, por sua própria natureza, se beneficia mais com o cuidado pessoal e tempestivo da família rural. Contando com um sistema de apoio de cooperativas e empresas comerciais, a unidade familiar tem competido em todos os estágios de desenvolvimento. Segundo os técnicos do Banco Mundial, que inclusive fizeram estudos no Nordeste do Brasil sobre o tamanho ótimo da propriedade agrícola, a produtividade nas pequenas explorações é comumente tão alta como nas grandes e, às vezes, maior. Numa situação de pressão demográfica como a do Nordeste, a propriedade familiar tem a virtude social de possibilitar mais emprego em relação à terra e ao capital.

Sobre o assunto, João XXIII, na “Mater et Magistra”, adverte: “Não é possível estabelecer, “a priori”, qual a estrutura que mais convém à empresa agrícola, dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país e,

mais ainda, entre os diversos países do mundo. Contudo, quando se tem um conceito humano e cristão do homem e da família, não se pode deixar de considerar como ideal a empresa que funciona como comunidade de pessoas (...). De modo particular, deve considerar-se como ideal a empresa de dimensões familiares.”

Podemos concluir dizendo que a agricultura do Nordeste é de baixa produtividade e com relações de produção desiguais e subdesenvolvidas, carecendo de mudanças profundas na estrutura social e institucional, além da organização da fazenda para a adoção de novas tecnologias que possibilitem maior e mais eficaz produção. Sem essas modificações, diz P. Todaro “o desenvolvimento agrícola jamais será iniciado ou, o que é mais provável, o já amplo hiato de renda entre os poucos e ricos grandes senhores de terra e a massa de empobrecidos arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra simplesmente aumentará.”

A fazenda familiar, caro aluno, representa a opção capaz de oferecer as bases para um desenvolvimento mais harmônico, com maior justiça social e eficiência produtiva. A grande empresa moderna capitalista pode ser tolerada como um estágio das transformações requeridas, nunca como uma solução definitiva da pobreza rural, que deve ser o objetivo de uma autêntica política de desenvolvimento econômico equilibrado.

O Cooperativismo no Nordeste

Para refletir

Como o senhor vê o cooperativismo no Nordeste? Tem viabilidade econômica? É, realmente, um meio de democratizar a terra? Modernizaria a propriedade rural nordestina?

Comentários

A organização cooperativa é, geralmente, mencionada como instrumento apropriado para transformar a população pobre e analfabeta em colaboradora ativa da política de desenvolvimento rural. Os planejadores e o governo esperam que esse sistema seja o vínculo capaz de preencher a ausência da iniciativa privada e a organização para fornecer os serviços necessários à produção, administração e repasse de crédito, assim como realizar a comercialização e distribuir mais eqüitativamente a renda. A cooperativa, enfim, é tida como possuidora de vantagens de sua dimensão de escala econômica e tecnológica, constituindo instrumento eficaz para as mudanças da realidade do meio rural.

Mesmo diante dessa confiança no papel do cooperativismo, como fórmula para o atendimento adequado dos pequenos agricultores, a experiência do Nordeste, neste particular, não tem sido positiva como se poderia esperar. Na verdade, o cooperativismo tem encontrado muitos entraves na região e poucos são os exemplos de pleno sucesso dessas sociedades a despeito do apoio técnico e, principalmente, financeiro, que vem sendo proporcionado pelos órgãos governamentais e bancos oficiais. Aparentemente, parte das razões deste êxito limitado decorre das atitudes, tanto dos responsáveis pela implantação dessas associações como dos próprios agricultores beneficiados. Não obstante, a experiência internacional de desenvolvimento rural bem sucedido tem demonstrado que a organização dos agricultores, especialmente dos pequenos, é uma pré-condição para a transformação do setor. De fato, o pequeno produtor não consegue obter os serviços de que necessita para explo-

ração de sua unidade, porque lhe faltam habilidade, meios e poder de enfrentar os prestadores de serviço. A fim de enfrentar essa situação, os agricultores necessitam unir suas forças e criar sua própria organização de autodefesa e competição. Tais associações auxiliam também o pequeno agricultor a se adaptar às mudanças no estabelecimento agrícola e na comunidade rural.

Para definir um sistema cooperativo que realmente funcione em bases democráticas, é preciso, como diz Naphtali Gal, encontrar uma forma apropriada de organização associativa que contemple as aspirações, os ideais e as características culturais próprias dos indivíduos que participem desse processo. Em síntese, a organização cooperativa deverá fundar-se em princípios flexíveis, de equidade, democracia e propriedade conjuntas, condizentes com a premissa de um crescimento econômico-equitativo da sociedade rural.

A Execução dos Planos

Para refletir

O senhor fala em suas aulas na necessidade de controle na execução dos programas de desenvolvimento rural integrado. Em que consiste este processo?

Comentários

Uma parte essencial da estratégia do desenvolvimento rural integrado é a preparação formal do plano, com a finalidade de identificar e definir as políticas e os objetivos a serem perseguidos.

Seguem-se a esta etapa a execução e controle do plano. Esta última fase corresponde à administração das

metas e tem por finalidade medir e examinar os resultados obtidos para avaliar e adotar as medidas corretivas que sejam necessárias. O controle, naturalmente, é paralelo à execução.

A necessidade de controlar o plano se deve: a) imperfeição do mesmo como instrumento de prognóstico e decisão; b) distorções geradas na interpretação dos objetivos, metas e mecanismo de execução; c) incertezas decorrentes de fatores externos.

As deficiências na execução do plano advêm, geralmente, da escassez e ausência de informações no momento da preparação dos estudos. O plano, na verdade, é um processo de aproximações sucessivas que depende de dados econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos, nem sempre disponíveis. A sua execução exige a participação do setor público e privado e da coordenação dos diversos organismos envolvidos nessa tarefa. A administração do plano, portanto, destina-se a vigiar o cumprimento dos objetivos nele estabelecidos, os meios disponíveis e as influências que atuam durante o processo de execução.

Os objetivos do plano são normalmente de médio e longo prazos, quando não de natureza permanente. As mudanças nesse tocante são de ordem política e o máximo que o sistema de controle pode fazer é suprir com informações, para auxiliar o governo na revisão de tais objetivos. Aqui se faz referência aos objetivos de caráter mais geral, tais como: distribuir melhor a renda, aumentar as oportunidades de emprego no quadro rural, etc.

As decisões relativas ao controle são mais pertinentes às medidas corretivas dos meios de execução, cujos efeitos são mais de curto prazo. Esta atividade, contudo, é uma fonte importante de informação para a revisão eventual ou para a preparação de outros planos nos anos seguintes.

A organização de um sistema de controle deverá basear-se nos seguintes requisitos: a) estabelecimento de critérios que permitam avaliar os resultados; b) adoção de um sistema administrativo que revisará e avaliará a execução.

Além disso, o plano deve ser suficientemente flexível de modo a permitir os ajustes requeridos, sem tornar-se susceptível de mudanças orientadas por outros interesses.

URBANIZAÇÃO RURAL

Atualmente a taxa de urbanização do Ceará é de mais de 65%. Mantido o ritmo de crescimento dos últimos anos, na próxima década essa proporção terá ultrapassado o nível atual do Brasil, ou seja, 76%. Muitos países subdesenvolvidos já ultrapassaram 80% de urbanização.

Grande parte dessa população do Ceará encontra-se na capital (36%) e em poucas cidades de maior porte. Na maioria das cidades de 10 a 20 mil habitantes, tem ocorrido redução no número absoluto de pessoas.

Duas causas principais são comumente apresentadas para motivar esse padrão de urbanização. Atração das grandes cidades devido as aparentes oportunidades de emprego e às reais possibilidades de mais conforto oferecidas por esses centros. As forças de expulsão do campo, todavia, explicam em grande parte as tendências emigratórias do campo para as metrópoles dos segmentos populacionais sem opção de sobrevivência condigna no interior.

Esse fenômeno afeta negativamente as zonas rurais de diversos modos, empobrece a comunidade rural, drenando a população jovem e deixando no campo os menos capacitados, velhos e mulheres. De fato, a pequena cidade que preenche muitas funções administrativas, de comércio de varejo e de apoio à modernização, tem perdido muitas dessas funções.

Em conseqüência disso, é indispensável dedicar especial atenção ao problema do fortalecimento das pequenas cidades num programa de modernização da agricultura e da descentralização do desenvolvimento econômico.

Segundo o renomado economista Raanan Weitz, as pequenas cidades rurais proporcionam a base para o sistema de apoio necessário à transição da economia de subsistência para a economia de mercado. Tais cidades podem servir como lugares apropriados para as agroindústrias e atividades manufatureiras, artesanais ou complementares às lides rurais de consumo local. Podem levar conhecimentos e a cultura urbana para apressar a modernização e as mudanças econômicas e sociais do interior.

Mais uma vez, observa-se que um programa de desenvolvimento da agricultura e da zona rural do Ceará não pode ser realizado isoladamente. Aumentos de produção ou de produtividade de determinadas culturas podem contribuir muito pouco ou até agravarem os já existentes problemas de desemprego ou concentração de renda do Estado.

A descentralização urbana, enfim, não só é possível nos estágios iniciais do desenvolvimento, como é essencial para o progresso do interior. A base urbana, com os melhoramentos na agricultura e a participação das empresas agroindustriais fecham o ciclo econômico para o desenvolvimento rural equilibrado.

O ÊXODO RURAL

Será o êxodo rural um mau, como muitos dizem?

A revolução tecnológica posta em marcha no início do século dezenove provocou o processo de urbanização. Foi a industrialização que criou os estímulos para sua expansão.

Até 1.800 a população da Europa e América do Norte era predominantemente rural. Nos Estados Unidos a população das cidades que atingia 5%, passou para 15% cinquenta anos depois. Em 1940 era de 56% e, atualmente, alcança 91%.

A Inglaterra tinha 10% da população nas cidades, no início do século. Em 1998 essa população compreendia 96%. A Austrália, atualmente, é o país mais urbanizado do mundo.

Todas as nações desenvolvidas tiveram o mesmo padrão de crescimento demográfico.

Pode-se concluir que o êxodo rural é uma fatalidade ou uma decorrência das transformações econômicas e sociais do desenvolvimento econômico. A proposta da fixação do homem no campo é uma rejeição da história econômica. É remar contra a corrente.

Do mesmo modo ocorre com o emprego. Quando a economia é atrasada, há proporcionalmente muito emprego no campo. Os livros de história mostram que, no século vinte, os trabalhadores agrícolas caíram de 70% a 60% para 5% ou 3% em todos os países desenvolvidos.

Enquanto isso, nos países subdesenvolvidos a mudança estrutural da produção segue o mesmo modelo dos países industrializados, mas o emprego na agricultura se mantém elevado ou quase constante ao longo dos anos.

Em outras palavras, isto significa que a produtividade da mão-de-obra agrícola tem decrescido, verificando-se, portanto, o contrário do que aconteceu durante o processo de desenvolvimento dos países hoje afluentes.

O processo de urbanização nos países hoje desenvolvidos ocorreu através do aumento da produtividade da agricultura. Assim, uma população cada vez menor supria as necessidades alimentares dos habitantes nas cidades. Atualmente, apenas 3% da população empregada na agricultura produz o suficiente para atender o consumo interno desses países e, muitas vezes, com excedentes para exportação.

Nas últimas décadas, semelhante processo de urbanização passou a verificar-se nos países subdesenvolvidos, com duas diferenças fundamentais. Ao tempo em que ocorre a saída da população do campo para a cidade, não tem melhorado a produtividade agrícola. Em muitos casos, tem ocorrido diminuição da produtividade média com elevação das necessidades de importação de alimentos.

O Nordeste e o Ceará encontram-se em tal situação. Neste Estado trabalham hoje na agricultura cerca de 38% da população economicamente ativa. São 1,2 milhão de pessoas que produzem apenas 7% do produto interno do Estado. Há excedente de, pelo menos, 600 mil pessoas ocupadas na agropecuária.

É um mito, portanto, pensar que a agricultura, isoladamente, vai poder criar novos empregos e reduzir a pobreza dos que trabalham nesta atividade. Se isto não é possível, qual o conselho ou solução para a redução da pobreza rural e a obtenção do desenvolvimento sustentável de toda a sociedade rural?

Para o Ceará de hoje, a opção viável é a realização do desenvolvimento do interior, sem mobilidade demo-

gráfica. Dizendo de outra forma, deve-se manter a população nas cidades e povoados do interior, ocupada em outras atividades econômicas não-agrícolas. São agroindústrias, turismo, produção de insumos e ramos complementares.

As indústrias neutras, que não dependem da produção agrícola, são atualmente muito comuns nas áreas rurais dos países desenvolvidos. Chama-se a isto de agronegócios ou desenvolvimento integrado. A construção de infra-estrutura e urbanização do quadro rural mantêm o modo de vida do sistema social agrícola, com as transformações econômicas e demográficas peculiares ao desenvolvimento econômico.

A conclusão dessa tese é de que o êxodo rural vai acontecer, seja pela revolução tecnológica ou motivada pela industrialização das cidades. Outra força de expulsão será através da elevação da produtividade agrícola ou, como ocorre no Ceará, pela seca. A estrutura agrária deficiente e a pouca disponibilidade de terras férteis têm um papel importante nesse tocante.

Se os governos não conseguirem oferecer no campo as condições de mais conforto para a população residente e para a criação de emprego, bem menos custosos do que nas grandes cidades, como vão poder fazê-los nas cidades? Segundo estudos bem fundamentados, são necessários vinte e duas vezes mais investimentos do governo para fazer isto nas cidades do que no interior. É melhor gastar mais em reforma agrária e educação rural do que mesmo em repressão urbana.

Portanto, o desenvolvimento deve ir para o campo e não deixar que a população do campo se dirija para às grandes cidades, incapazes de oferecer o essencial para a melhoria das condições de vida da população.

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA

A população do Ceará, no corrente ano, é de 7,6 milhões, com 5,3 milhões nas zonas urbanas, ou seja, 28% morando no campo. Em 1930, a população total do Estado atingia 1,7 milhão, da qual 80% viviam no quadro rural. Fato notório a registrar é que entre 1930-2002, a população do Ceará aumentou quatro vezes, mas a rural cresceu apenas 64%. Desse modo, a evolução populacional do Estado ocorreu ou convergiu para as zonas urbanas, consumidoras de alimentos e matérias-primas agrícolas.

Devido ao lento crescimento da produção agropecuária, coube ao comércio de importações de alimentos de outros estados e do exterior a responsabilidade por grande parte do abastecimento de gêneros alimentícios e bebidas. Carne e leite eram os principais produtos locais suficientes para as necessidades do Estado. Esse descompasso entre produção agrícola e necessidades da população se estende até os dias atuais, para alguns produtos.

Observando-se a situação do início da década de 30, pode-se estimar que, no referido ano, estavam ocupadas no processo produtivo estadual cerca de 525 mil pessoas. Destas, 80% trabalhavam diretamente na agricultura ou se relacionavam com esse setor. Assim, as pequenas cidades, com alguns poucos serviços públicos e atividades artesanais, viviam na dependência da agricultura e da pecuária. Fortaleza, Crato, Juazeiro, Sobral, Icó, Iguatu e Crateús eram aglomerados urbanos mais representativos de verdadeiros núcleos urbanos.

Hoje, a região metropolitana de Fortaleza conta com 2,9 milhões, 40% da população total do Estado, seguida

pelas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Sobral, Limoeiro do Norte, Missão Velha, Russas e Iguatu, com mais 20%.

O Censo Demográfico de 1960 apontava um emprego na agricultura de 688 mil pessoas com 10 anos e mais. Nesse ano, a proporção do setor era de 66% do total de emprego no Estado. De 1960 a 1980, o emprego da agricultura cresceu 10%, dando um salto de 20% na década seguinte. Mesmo com recuos nos anos de seca, quando as frentes de serviços passam a absorver os deslocados da atividade agrícola, o emprego na agricultura tem sido crescente em termos absolutos, mas reduzida, em termos relativos, como ocorreu com o padrão clássico das mudanças estruturais do processo produtivo no desenvolvimento econômico.

De acordo com dados da SUDENE, a taxa de crescimento da agropecuária, silvicultura e pesca, de 1947-1975, foi de 1,7% ao ano, em comparação com 8,7% da economia como um todo. A partir de 1975-80 até os anos 1990-95, passou a apresentar estagnação, segundo cálculos das médias móveis quinquenais, para eliminar os efeitos das variações da produção do setor primário do semi-árido. Nesse último período, as taxas de crescimento do produto urbano foram muito elevadas, com patamar acima de 10% ao ano.

No período de 1995-2002, a taxa de aumento do setor agropecuário tem sido, em média, de 2 a 3%, adotando os mesmos critérios das médias móveis. Vale lembrar que nesse interstício ocorreram as secas de 1998 e 2001 que afetaram a curva ascendente da produção rural.

Os dados retrospectivos da renda estadual somente foram calculados pela Fundação Getúlio Vargas após o ano de 1947, mas com muitas limitações em face de os

dados primários serem deficientes. Antes desse ano inexistem informações pertinentes.

Sabe-se, no entanto, que a produção agropecuária do Ceará evoluiu, lentamente, no período em análise, ou seja, 1930 a 1947. Nessa etapa, a produção agrícola evoluiu extensivamente através de mais área cultivada, mais emprego e pouca ou nenhum aumento de produtividade. O desmatamento antecedia à ocupação com a pecuária que carecia de pastos naturais.

A renda “per capita” do Ceará, na década de 30, deveria ser por volta de US\$ 100 ou menos. Nessa época, nada menos de 70% dessa renda provinha do setor agrícola. As poucas agroindústrias existentes estavam concentradas em algumas cidades próximas às matérias-primas extrativas ou de produção de carnes e padarias.

A estrutura do Produto Interno Bruto era, em 1970, de 19% da agropecuária, 17% da indústria e 64% dos serviços. A maior proporção da agricultura era de 43% no Maranhão, enquanto Pernambuco atingia 14%. Em 1980, essa relação no Ceará era de 15%, em 1990 atingia 10% e, atualmente, alcança cerca de 6-8%, conforme o ano de normalidade climática, ou não.

Estima-se, “grosso modo”, que atualmente a renda “per capita” dos habitantes das zonas rurais do Ceará seja de R\$ 180,00 e, nos centros urbanos, atingia R\$ 3.000,00. Essa disparidade pode ser observada também na distribuição de renda entre os setores econômicos. Enquanto a agropecuária, por exemplo, contribui com 6% na formação da renda total, o emprego desse setor alcança 40% da população ocupada. Esse dualismo econômico motiva um perfil de riqueza no Estado altamente concentrado. Assim, calcula-se que mais da metade dos pobres estão no quadro rural e que aproximadamente 60% das pessoas na agricultura estão abaixo da linha da pobreza.

A agropecuária do Ceará ocupava, em 1999, 1.277 mil pessoas, em 1995 esse número era de 1.170 mil e, em 1985, exatamente 943 mil. Portanto, ocorreu um aumento, nesse período, de 334 mil pessoas, quase igual a que ocupa a indústria de transformação. No Nordeste, entre 1995 e 1999, deu-se uma redução do emprego regional na agricultura. Segundo as somas de atividades das pessoas ocupadas, no Ceará 36% dedicavam-se a lavouras temporárias, 22% à pecuária, 12% a lavouras permanentes e 26% à produção mista.

Algumas comparações na produção de grãos, no período de 1947-2002, oferecem uma idéia das mudanças na estrutura produtiva do Estado. A área plantada com grão mais do que dobrou no período, enquanto a produção, que era de 354 mil toneladas, passou para cerca de um milhão de toneladas atualmente, correspondendo a um aumento de 182%. A produtividade média que atingia 554 kg/ha passou para 846 kg/ha. Em 1947, o principal produto era o milho, com 47% do total de grãos, seguido do algodão, com 23% de caroço. O milho continua na liderança, mas com 63% da produção, seguido do feijão e arroz. O algodão e a mamona têm, atualmente, modesta participação.

No período analisado, duas mudanças relevantes foram observadas. A área cultivada com algodão, que era de 282 mil ha, chegou a alcançar 1.330 mil no ano de 1972, decrescendo para 20 mil ha atualmente. A mamona, que mantinha uma posição constante de 1947 a 1976, a partir de então perdeu posição continuada até o corrente ano, com apenas 1.861 ha e produção sem expressão.

Todas essas mudanças estão associadas às alterações climáticas, nas políticas de preços e comercialização que foram conduzindo os agricultores às atividades mais adequadas as suas realidades e necessidades. Certamen-

te, a evolução do setor rural do Estado foi moldada em cada momento, com a influência da administração dos secretários de agricultura que atuaram ao longo desses 73 anos.

A evolução ocorrida na exploração e propriedade das terras, nos últimos 45 anos, pode oferecer uma idéia da história agrária que o Estado passou desde 1930. Segundo o último Censo Agropecuário, existem no Ceará 340 mil estabelecimentos agropecuários. Em 1950 este total chegava a 86 mil. Em termos de área ocupada por esses estabelecimentos, a situação é peculiar. Ou seja, entre esse ano e o de 1995, ocorreu uma diminuição na superfície total de 10 milhões de ha para 8,6 milhões. Durante o período, ocorreu também um grande fracionamento dos estabelecimentos, com o crescimento das unidades com menos de 10 ha, passando de 19 mil para 246 mil. Quanto à área, o incremento foi de 92 mil ha para 633 mil. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 ha decresceram de 40%, representando hoje apenas 835 declarantes. Esse processo de fragmentação das propriedades foi de forma natural, pois os programas de reforma agrária governamental somente tiveram início nos últimos 15 anos, e com pequena expressão.

Na condição de responsável pelas explorações, a maior proporção é dos proprietários. A maior expansão, entretanto, ocorreu nas unidades arrendadas e ocupadas em terras públicas ou privadas. A modalidade mais comum de exploração é individual ou familiar.

O MELHOR REMÉDIO PARA A POBREZA

A pobreza e o desemprego estão crescendo na América Latina e Caribe, de acordo com o último relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nas palavras do vice-presidente desse Banco, Shahid Javed Burki, 73% da população dessas regiões residem hoje em áreas urbanas. O número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, enfatiza o referido economista, dobrou nos últimos dez anos.

É oportuno lembrar também que em São Paulo, a cidade mais industrializada e rica do Brasil, a população favelada cresce a 15% ao ano, onde já existem duas mil favelas, com 1,9 milhão de pessoas... E no Ceará, como se configura o problema da pobreza e do desemprego? A situação não é muito diferente nesse particular, mesmo reconhecendo-se que o Estado vem passando por fase de crescimento expressivo e de animadoras perspectivas nos próximos anos.

Finalmente, por que têm ocorrido essas distorções no crescimento econômico na maioria dos países do Terceiro Mundo e o que pode ser feito para corrigi-las?

De modo geral, esses países seguiram a via da industrialização sofisticada e a qualquer preço, usando muito capital e pouco emprego de mão-de-obra. Essa política resultou na participação declinante das zonas rurais na economia, tanto em termos de renda como de emprego. A longo prazo, esse padrão de crescimento tende a esvaziar o campo e congestionar as metrópoles, sem condições de infra-estrutura e de empregos para todos os que buscam tais aglomerados.

Neste contexto, por mais forte que se apresente um programa para a agricultura, a população rural tenderá a emigrar para as cidades se não forem criadas oportunidades econômicas alternativas e fontes de renda no próprio quadro rural. As agroindústrias e outros ramos neutros (sem ligação direta com a agricultura) podem significar um elemento-chave para introduzir novas atividades nas comunidades do interior e ter um efeito indireto no emprego rural para as famílias dos produtores locais. Uma boa articulação do setor agropecuário com o industrial é fundamental para que ambos sejam beneficiados por essa solução.

A escolha das indústrias a serem instaladas deve levar em conta o impacto que provocarão na economia da microrregião e na criação de trabalho produtivo para os desempregados das áreas rurais. Outro objetivo para a localização das indústrias no interior é criar centros dispersos de inovação e mudanças econômicas e sociais nas vilas e pequenas cidades. No caso das agroindústrias, a interdependência com a agricultura deve-se também ao fato de as matérias-primas agrícolas serem altamente perecíveis e sofrerem grande perda de peso no processo de manufatura. Assim, podem ser transportadas à longa distância, mais adequadamente e a menores custos na forma industrializada.

A relação mútua entre a agricultura e a indústria, enfim, foi um dos fatores notáveis do processo de crescimento da economia dos países hoje desenvolvidos.

Os planejadores dos países subdesenvolvidos ignoram esse fato e, equivocadamente, procuram imitar o padrão de industrialização hoje existente nos países ricos, onde as condições são totalmente diferentes das que prevaleciam na etapa do arranco inicial do crescimento econômico.

Especificamente no caso do Ceará, existem condições e fatores técnico-econômicos que permitem o desenvolvimento industrial descentralizado e bem mais viável do que ocorreu durante a revolução industrial da Europa. As disponibilidades de energia elétrica, meios de transporte e comunicação em quase todos os municípios do Estado tornam menos imprescindível a necessidade de localização das fábricas nas grandes cidades. As experiências já realizadas no Ceará, nesse particular, precisam ser cultivadas e ampliadas urgentemente, pois é aí que se encontra a estratégia comprovada de êxito no combate à pobreza e na obtenção do desenvolvimento harmônico autêntico. Como a história econômica comprova, a única saída para erradicar definitivamente a pobreza é a oferta de empregos que pode ser viabilizada através da interiorização do desenvolvimento econômico e da industrialização rural. Como se vê, o problema é simples e tem solução. Basta colocá-la na prática...

ESTRUTURA AGRÁRIA

Os sistemas fundiários são grandemente diversificados no caso dos países ocidentais já desenvolvidos, mas apresentam como traço dominante a fazenda familiar. Na Rússia e em Cuba prevaleceu a modalidade da grande empresa administrada, ao lado de microfúndios particulares. Nos países subdesenvolvidos, especialmente da América Latina, o comum é a coexistência do latifúndio-minifúndio ou, por vezes, a prevalência de dualismo entre empresas modernas – nacionais ou estrangeiras – ao lado de pequenas glebas tradicionais e de subsistência.

A experiência histórica de todos esses países revela que a produção agrícola eficiente tanto pode ser obtida em grandes empresas como em pequenas propriedades. O essencial é que do aumento da produção e da eficiência produtiva, resultem a realização dos desejos sociais e psicológicos da população trabalhadora da zona rural. Para se chegar ao âmago da verdadeira questão da escolha do tipo adequado de organização produtora, no setor rural, há necessidade de considerar os sentimentos de “status” e liberdade, que estão associados à posse da terra. Não se pode divorciar este problema, como diz Raanan Weitz, do “clamor e aspirações dos agricultores de explorarem suas próprias terras. A agricultura é um método de vida e não uma ocupação.”

O elemento crucial da política agrária dos países subdesenvolvidos é encontrar uma forma de elevar os padrões de vida dos pequenos produtores, trabalhadores sem terra, desempregados e seus familiares, ao mesmo

tempo em que transforma estes cidadãos em homens livres, conforme os direitos fundamentais do trabalhador. O modelo de propriedade familiar tem como aspiração possibilitar essa dupla finalidade.

Diferentemente da indústria que geralmente tem vantagens pelo sistema operacional de linha de montagem, a produção agrícola, por sua própria natureza, se beneficia mais com o cuidado pessoal e tempestivo da família rural. Contando com um sistema de apoio de cooperativas e empresas comerciais, a unidade familiar tem competido em todos os estágios de desenvolvimento. Segundo os técnicos do Banco Mundial que fizeram estudos no Nordeste do Brasil sobre o tamanho ótimo da propriedade agrícola, a produtividade nas pequenas explorações é comumente tão alta como nas grandes e, às vezes, maior. Numa situação de pressão demográfica como a do Ceará, a propriedade familiar tem a virtude social de possibilitar mais emprego em relação à terra e ao capital.

Sobre o assunto, João XXIII, na “Mater et Magistra”, adverte: “Não é possível estabelecer, “a priori”, qual a estrutura que mais convém a empresa agrícola, dada a variedade dos meios rurais no interior de cada país e, mais ainda, entre os diversos países do mundo. Contudo, quando se tem um conceito humano e cristão do homem e da família, não se pode deixar de considerar como ideal a empresa que funciona como comunidade de pessoas (...) De modo particular, deve considerar-se como ideal a empresa de dimensões familiares.”

Podemos concluir dizendo que a agricultura do Ceará é de baixa produtividade e com relações de produção desiguais e subdesenvolvidas, carecendo de mudanças profundas na estrutura social e institucional, além da

organização da fazenda para a adoção de novas tecnologias que possibilitem maior e eficaz produção. Sem essas modificações, diz P. Todaro “o desenvolvimento agrícola jamais será iniciado ou, o que é mais provável, o já amplo hiato de renda entre os poucos e ricos grandes senhores de terra e a massa de empobrecidos arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra simplesmente aumentará.”

A fazenda familiar, portanto, representa a opção capaz de oferecer as bases para um desenvolvimento mais harmônico, com maior justiça social e eficiência produtiva. A grande empresa moderna, capitalista, pode ser um estágio das transformações requeridas, nunca como uma solução definitiva da pobreza rural, que deve ser o objetivo de uma autêntica política de desenvolvimento econômico equilibrado.

NOVA POLÍTICA AGRÁRIA

Uma nova política de reforma agrária para o Brasil foi apresentada pelo signatário e aprovada pelo Fórum Nacional de Secretários de Agricultura, reunidos recentemente em Brasília. O novo modelo proposto deve ter como princípios básicos o primado da descentralização, observando-se as especificidades regionais e a integração, entendida como a ação conjunta com os demais elementos para viabilizar o processo produtivo da terra. Em substituição ao atual modelo excludente, propõe-se a participação da sociedade no processo da reforma agrária, não só como meio de legitimação, mas como processo educativo de cidadania e de prática democrática.

A administração do novo sistema de reforma agrária deve ser estruturada de modo a envolver a União, estados, municípios, a iniciativa privada e as entidades da sociedade civil, ligadas aos trabalhadores e proprietários da terra. Para viabilizar institucionalmente essa parceria, cria-se o Conselho Nacional de Reforma Agrária, com representantes das instituições mencionadas, sob a presidência do ministro extraordinário da política fundiária. As políticas, diretrizes e metas da reforma agrária constarão de um plano plurianual elaborado em conjunto com as entidades componentes do sistema.

Nos mesmos moldes do nível federal serão criados os conselhos estaduais e municipais com a missão de contribuir para a formação das políticas e programas estaduais, compatibilizando-as com o plano nacional, respeitando a hierarquia dos interesses federativos. A execução do Programa de Reforma Agrária, ao nível estadual,

será de responsabilidade de um comitê técnico constituído pelo INCRA e do Órgão de Terra do Estado.

Deverão ser criados o Fundo Nacional para a Reforma Agrária e fundos estaduais. Caberá aos estados a responsabilidade direta da coordenação e execução dos programas de reforma agrária, em consonância com as determinações do programa nacional e sob a supervisão da União.

Ações emergenciais para a descentralização da reforma agrária foram também sugeridas na proposta aprovada pelos secretários, como um cadastro unificado em rede nacional das famílias assentadas, das que saíram dos assentamentos e das famílias interessadas em participar do programa. Foi defendida a agricultura familiar em substituição às formas predominantes de exploração coletiva, comprovadamente ineficientes e fracassadas, onde foram até agora praticadas.

A VEZ DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar é a forma de organização da produção rural mais usada em todo o mundo desenvolvido. Os objetivos e as idéias da democracia social também talharam o sistema de organização agrária familiar como a base dos direitos de equidade da propriedade e de liberdade econômica.

No caso do Ceará, a agricultura familiar dispõe de um potencial produtivo inexplorado, especialmente do maior de seus tesouros que é a mão-de-obra, inclusive das mulheres e dos jovens. A agricultura familiar, entretanto, não tem tradição histórica no Nordeste, como nas regiões de imigração italiana, alemã e japonesa no Sul do País.

A agricultura familiar é aquela praticada e administrada pelas pessoas de uma mesma família, com uso eventual de mão-de-obra contratada temporariamente. É praticada por proprietários, arrendatários, meeiros que residam na unidade de produção ou em núcleos rurais ou urbanos próximos do campo e tenham a maior parte da renda proveniente da agricultura. Atualmente essa categoria de produção representa a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, sendo responsável por quatro de cada cinco empregados no quadro rural e por elevada proporção da produção de alimentos.

O desenvolvimento agrícola e rural através da agricultura familiar só vai ocorrer vitoriosamente na medida em que os produtores e cooperativas assumirem parceria com o governo para realizarem, em conjunto, o planejamento das prioridades das comunidades beneficiárias. As preocupações devem ser locais e não estatais. Trata-se

de uma mudança de cultura do desenvolvimento agrícola ainda comprometida com o paternalismo e o clientelismo político. A agricultura familiar, no Ceará, precisa adotar novos métodos e estratégias e não ser apenas motivo para simples distribuição de subsídios improdutivos com recursos públicos. Ela tem de ser organizada em forma empresarial para produzir e vender competitivamente o setor público. Naturalmente, deve criar condições para que os próprios produtores possam desenvolver suas comunidades. Este é o objetivo do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, lançado recentemente pelo senhor governador Tasso Jereissati.

As ações do programa destinam-se a motivar a estabilização da agricultura familiar com crédito de investimento e custeio, em condições especiais de remuneração bancária. A melhoria da infra-estrutura rural de habitação rural, saúde, saneamento, transporte e armazenamento poderão ser parcialmente a fundo perdido. Finalmente, outra atuação do programa será a descentralização de serviços de apoio ao desenvolvimento rural, tais como educação rural, capacitação e profissionalização dos produtores, pesquisa e reforma agrária.

As metas estabelecidas pelo programa no Estado do Ceará, para o período de 1996-99, correspondem a duzentos e vinte milhões de reais, beneficiando aproximadamente quarenta e quatro mil estabelecimentos, criando cento e dez mil empregos diretos e indiretos e beneficiando quinhentos e cinquenta mil pessoas.

AGRICULTURA FAMILIAR DO CEARÁ

Cerca de 90% dos estabelecimentos agrícolas do Ceará foram classificados como de agricultura familiar em 1995. São 306 mil unidades, com 52% da área e idêntico valor da produção agropecuária.

Vale assinalar que 127 mil ou 52% dos estabelecimentos estão na categoria de unidades quase sem renda, com 10% da produção total. Dos estabelecimentos familiares, 75% são de agricultura diversificada, com 65% da produção do total de agricultura familiar; 84% utilizam só mão-de-obra familiar, com 67% da produção, e 168 mil estabelecimentos são operados pelos próprios proprietários, portanto 55%.

A grande integração da atividade é muito baixa: 64% dos estabelecimentos e 50% da produção não praticam tal processo. A receita média da exploração familiar atinge, em média, R\$ 976, enquanto é de R\$ 18 mil a da categoria patronal. O grupo familiar mais pobre produz apenas R\$ 270; 62% da receita agropecuária refere-se à agricultura familiar apenas com uso de mão-de-obra da família. Quando há mão-de-obra familiar, empregado e máquina, a receita aumenta para R\$ 1.917, ou mais do dobro da média geral.

A mais elevada renda ocorre quando o estabelecimento adota o processo muito integrado de produção, com receita de R\$ 3.046 e despesa de R\$ 925. Entretanto, 51% da renda total da agricultura familiar é pouco integrada no mercado, isto é, com renda média de R\$ 930. Quando é muito integrada, sobe para R\$ 2.106.

Quanto ao uso de tecnologia, vale salientar que 68% dos estabelecimentos familiares usam apenas a força

humana. A força animal ou mecânica é praticada em 31% das unidades produtivas. Adubos e corretivos são utilizados apenas em 0,43% dos estabelecimentos e a assistência técnica e extensão rural pública e privada alcançam cerca de 3% dos produtores familiares. A energia elétrica rural, em 1996, cobria 26% dos estabelecimentos.

A agricultura patronal tem 6% dos estabelecimentos e 45% da área e da produção total do Estado do Ceará.

A TÁBUA DE SALVAÇÃO

A agricultura ocupa um papel vital na vida diária da maioria da população do interior cearense. A agricultura provê também os elementos essenciais aos consumidores urbanos. Por que, então, esse setor não é valorizado como devia? Por que a prosperidade não atingiu para as pessoas que vivem da produção agrícola?

A agricultura, na verdade, tem sido para as pessoas dedicadas a essa atividade, no Ceará, mais um modo de vida ou ocupação subalterna do que uma atividade econômica reprodutiva ou empresarial. Alheia às necessidades e desafios do mundo globalizado atual, mantém-se num modelo de produção de subsistência, e, de modo geral, com bases tradicionais de baixa produtividade.

No entanto, onde quer que a agricultura científica tenha sido introduzida, foi possível fazer uma revolução agrícola com benefícios efetivos para o produtor. O que era apenas um fardo monótono, passou a constituir-se uma atividade rentável. Nestas circunstâncias, duas condições básicas são indispensáveis à adoção de tecnologia moderna na agricultura. Primeiro, o governo deve apoiar fortemente tal programa. Segundo, os agricultores têm de estar preparados para as mudanças pretendidas. É preciso também um conjunto mínimo de competência administrativa e organizacional para atender às complexas necessidades dos programas modernizadores.

As mudanças rurais não podem ser ordenadas de cima para baixo. Elas precisam ser compreendidas e desejadas pela população beneficiada. Não será possível também realizar o progresso rural sem um esforço con-

junto do setor público e dos produtores. A agricultura é o mais privado dos setores econômicos da economia e o governo, isoladamente, não tem autoridade nem capacidade para realizar as tarefas dos produtores rurais. Os governos, como diz o Prêmio Nobel de Economia, Theodore Schultz, não têm se mostrado capazes de assumir esse papel de modernizar a agricultura. Este argumento não pretende excluir o papel fundamental do setor público no desenvolvimento rural. Cabe ao governo a responsabilidade indeclinável em proporcionar orientações, estímulos, garantia dos serviços básicos de pesquisa, extensão e comercialização, sem paternalismo.

O desafio que o Ceará terá de enfrentar doravante é tornar realidade uma revolução agrícola. O resultado será um desenvolvimento mais equilibrado entre o campo e a cidade. Sem esse equilíbrio, qualquer que seja a renda “per capita” média do Estado, a população continuará emigrando para as cidades. Como está ocorrendo ainda hoje nos estados desenvolvidos do Sul e Sudeste do Brasil e de outros países da América Latina.

MODELOS DE REFORMA

Muitas teorias e argumentos têm sido apresentados no Brasil para justificar a importância da reforma agrária no desenvolvimento agrícola. Para alguns, trata-se de um problema charmoso e barulhento. Para outros, o assunto ainda apresenta discrepância entre realidade e retórica.

Para melhor entender essa problemática, é possível distinguir as propostas de reforma agrária em quatro grupos alternativos.

O chamado Modelo Conservador objetiva reduzir as desigualdades no uso da terra como elemento essencial para um governo mais democrático. Nesse caso, a “performance” da agricultura seria determinada pelos incentivos do mercado, com o suporte do governo na infraestrutura física e em serviços de apoio ao produtor. A reforma seria uma concessão por estabilização política, redução de invasões de terra ou para amenizar as ameaças revolucionárias excessivas.

O Modelo Liberal pretende a criação de uma classe de fazendeiros, ao invés da elite de proprietários de terra voltados para a exportação. Também nessa opção, a finalidade seria reduzir as desigualdades entre o campo e a cidade e criar as condições para um governo democrático.

“Terra para o camponês” é a proposta do Modelo Populista. Essa posição tem como maiores defensores os tecnocratas. Eles destacam a eficiência superior da propriedade familiar, adotada na reforma agrária, e a solução para o emprego do excesso de mão-de-obra. A distribuição da terra supõe que a produção total aumenta

com base na maior eficiência da propriedade familiar, acompanhada por mais equidade.

Finalmente, o Modelo Radical pretende alcançar uma mudança social mais substantiva. A tese é de que o problema da agricultura é essencialmente não agrário, pois reflete as contradições do modelo global de desenvolvimento, orientado pela dependência externa. A reforma agrária é reconhecida como um importante instrumento para as mudanças sociais e um fermento para a emergência de novas idéias.

Na prática, a reforma agrária pode eliminar os piores aspectos de um sistema agrícola subdesenvolvido e ser um passo para elevar as condições de vida dos produtores agrícolas hoje sem terra. A reforma agrária não é, contudo, panacéia, e precisa ser executada planejadamente e sem paternalismo, como tem sido até agora. No caso do Brasil, o professor Francisco Graziano, ex-superintendente do INCRA, apresenta também como fatores para o pouco êxito dessa política o excesso de concentração das decisões sobre o assunto e a influência das ideologias. Fala-se também no corporativismo do INCRA.

As teorias e os programas de reforma agrária referidos, entretanto, são todas de caráter compulsório. Uma outra alternativa, inovadora para a reforma agrária, será a redistribuição voluntária da terra induzida através de um plano de financiamento por adesão comunitária. Nesse caso, poderia ser denominada de modelo de Reforma Agrária Orientada pelo Mercado.

REFORMA AGRÁRIA ALTERNATIVA

O tema sobre reforma agrária tem ocupado a atenção de políticos, economistas e sociólogos nos últimos quarenta anos na América Latina. No Brasil, esse assunto tem sido tratado por um grupo de intelectuais que procura atribuir à questão agrária um caráter científico e nova valorização social ao homem do campo.

A opção política para os governos corrigirem estruturas agrárias defeituosas adotadas no México, Bolívia, Cuba, Haiti e Guatemala deixaram a impressão de que são necessárias revoluções camponesas para viabilizar a reorganização fundiária. As políticas agrárias, entretanto, segundo Rolande Gardille, trazem as marcas dos regimes que as inspiram. Assim, temos experiências do tipo liberal dos Estados Unidos, as reformas agrárias da América Latina, com seus regimes militares e ditatoriais, da evolução da velha Europa Ocidental ou do Japão e Sudeste Asiático com suas peculiaridades históricas. Em outras palavras, reformas com violência nos regimes de ditaduras ou pela negociação e paz nas democracias, como aconteceu nos países cujas terras são alugadas pelo Estado a agricultores selecionados em função de sua competência, com arrendamento de longo prazo por produtores rurais.

Os objetivos das reformas agrárias empreendidas em todo o mundo são múltiplos e visam a transformação da vida e das atividades rurais em todos os seus aspectos econômicos, sociais, ambientais e humanos. Na verdade, a reforma agrária é parte do desenvolvimento rural que busca a erradicação da pobreza, conseqüentemente

a melhoria da nutrição, saúde, educação e crescimento com equidade.

Em vista disso, cada governante deve programar estratégias de reforma agrária com base em suas metas sociopolíticas e de suas possibilidades e limitações. No caso do Brasil, a Constituição estabelece que ao Governo Federal cabe essa atribuição, ficando aos estados a ação meramente subsidiária de assentamentos de dimensão abaixo de 15 módulos rurais ou à regularização de terras devolutas. Neste contexto, o Estado do Ceará resolveu empreender um projeto-piloto de reorganização agrária denominado de Reforma Agrária Solidária. Este programa está sendo executado com a participação do Banco Mundial como parte do Projeto São José.

O Programa Reforma Agrária Solidária apresenta como característica principal ser de natureza integral, combinando as atividades produtivas com os serviços de apoio de infra-estrutura complementar. O princípio de adesão desse Programa é plenamente democrático e participativo, com sistemática descentralizada. As próprias comunidades decidem sobre a propriedade a ser negociada, desde que os preços acordados estejam adequados aos níveis do mercado local. A Comissão Comunitária do Projeto São José, do município da comunidade interessada, aprova a proposta de aquisição de terra antes de o projeto ser encaminhado ao Instituto de Terra do Ceará, que procede à análise de viabilidade econômica.

Tudo isso desfaz as duas principais críticas formuladas por alguns poucos opositores do Programa Reforma Agrária Solidária. A primeira fonte de erro é sugerir que o preço da terra adquirida pelas associações esteja muito acima dos preços de mercado. Neste caso, os críticos supõem erradamente que a compra de terra é feita pelo go-

verno o qual poderia ter interesse em beneficiar o proprietário. Embora o IDACE ofereça informações gerais sobre os preços de mercado prevalecentes na localidade, é a comunidade, geralmente assistida pelos sindicatos dos trabalhadores, que toma a decisão sobre a conveniência e adequabilidade dos preços de compra da terra. Sobre o assunto, o Sr. Ministro Extraordinário da Política Fundiária, Raul Jungmann, após analisar os preços de treze projetos já aprovados pelo Programa, afirmou recentemente em Fortaleza que os valores de aquisição das terras produtivas pelo Programa cearense eram bem inferiores aos pagos pelo INCRA nos seus programas de desapropriação por interesse social. Esta análise dos preços da terra é realizada tanto pela Comissão Especial do Conselho de Desenvolvimento Municipal, como pelo Conselho Consultivo do Programa, que tem como Presidente o Secretário de Agricultura do Estado e é formado por representantes da Secretaria de Planejamento, IDACE, CNBB, FETRAECE, Federação da Agricultura e Banco do Nordeste.

Outra descabida crítica ao Programa da Reforma Agrária Solidária é quando dizem que ele é igual ao antigo Proterra Fundiário. Segundo o Decreto-Lei 1.173, de 6 de junho de 1991, o Programa de Distribuição de Terras e Estímulo às Agroindústrias do Norte e Nordeste (PROTERRA) destinava-se à compra ou desapropriação por interesse social de parcela dos estabelecimentos rurais para posterior venda a pequenos e médios produtores individuais. Neste caso, as terras eram oferecidas pelos proprietários ao INCRA. Além disso, as áreas remanescentes deveriam ser transformadas de latifúndio para empresa rural, no prazo de quatro anos. Na prática, este programa não funcionou porque as terras oferecidas eram de inferior qualidade e os preços considerados excessi-

vamente altos. Finalmente, pode-se assegurar que o Programa de Reforma Agrária Solidária tem tudo para dar certo, especialmente considerando que o Governo do Estado atribui grande prioridade a essa iniciativa e conta com a adesão espontânea de um número significativo de interessados que estão apresentando suas candidaturas a esse novo programa de desenvolvimento rural no Ceará.

JUSTIÇA E PAZ NA TERRA

Uma proporção considerável das terras dos países subdesenvolvidos encontra-se nas mãos de relativamente poucos proprietários. Esses grandes fazendeiros contam também com uma parcela importante do poder e influência política, condições de saúde, renda e possibilidades de boa educação. Enquanto isso, os posseiros e assalariados não contam com outros meios para a sua sobrevivência. Têm de aceitar condições desvantajosas de trabalho oferecidas pelos proprietários de terra.

Esta dependência é agravada pela insegurança das condições climáticas, das pragas e deficiente sistema de seguridade social. Estão associados a esse fenômeno a estagnação da agricultura, o aumento dos conflitos sociais e um processo emigratório negativamente seletivo de grandes repercussões num processo desequilibrado de desenvolvimento econômico.

Enquanto isso, grande parte da população dos países subdesenvolvidos ainda depende da agricultura para segurança social, “status” e a própria vida.

Segundo dados do Banco Mundial, existem atualmente 100 milhões de famílias ou 500 milhões de pessoas sem terra. A maioria vive como arrendatários ou trabalhadores agrícolas. Além desses, mais 150 milhões de famílias passam no momento um certo desespero pelo processo de descolonização na China socialista.

Existem 5 milhões de famílias na Rússia em processos de reorganização do uso da terra. É a passagem das grandes propriedades administradas pelo Estado para o sistema de propriedade familiar capitalista, adotado nos países ocidentais desenvolvidos.

No caso específico do Nordeste, as causas históricas principais que motivam a crise no campo são decorrentes do aumento da população, com rigidez da estrutura agrária; do surgimento de novas modalidades de trabalho com baixa remuneração e instáveis, tais como bóias-frias e trabalhadores temporários; do aumento do número e da diminuição dos tamanhos médios dos minifúndios, que se tornam insuficientes para manter a família e dependentes das lides agrícolas; das dificuldades dos pequenos produtores em obterem crédito agrícola, especialmente pela falta de garantia para esses financiamentos, pelas adversas condições na comercialização da produção e aquisição de insumos, pela não-organização dos produtores e deficiência dos serviços sociais de apoio à produção.

Nesse contexto, a reforma agrária integral é uma importante estratégia para melhorar as condições de produção no campo e para o desenvolvimento agrícola.

A reforma agrária aumenta a produtividade, devido ao fato de que os trabalhadores se tornam proprietários da terra e adotam o sistema de organização familiar. É também um fator de estabilidade política, em vista de reduzir a tensão social e os conflitos ideológicos. Melhora a preservação do meio ambiente, pelo maior cuidado com os recursos materiais dos novos proprietários assentados. Cria emprego e aumenta a renda das pessoas antes desempregadas ou de baixa produtividade. Finalmente, diminui a emigração e aumenta as oportunidades de uma vida melhor e bem-estar social para os produtores beneficiados com o uso da terra.

Para realizar uma reforma agrária integral, entretanto, é necessário não só vontade, mas apoio político continuado para permitir aperfeiçoar o que vai sendo feito. A distribuição da terra deve estar associada a um con-

junto de políticas econômicas, educacionais e sociais, inseparáveis de uma ação de reforma agrária.

Neste particular, tem sido amplamente demonstrado que o Estado do Ceará realiza uma abrangente e eficaz política agrária.

O Programa de Reforma Agrária Solidária, por exemplo, está sendo considerado internacionalmente uma revolução em termos de metas cumpridas e eficientes no combate à pobreza rural. Inicialmente atuando como um projeto-piloto, com recursos do Governo do Estado e do Banco Mundial, beneficiou no ano de 1997 cerca de 700 famílias, com terras e benfeitorias.

Por força disso, novos recursos estão sendo disponibilizados pelo Governo Federal para dar continuidade a essa iniciativa patrocinada no Ceará pelo Governador Tasso Jereissati. São R\$ 30 milhões para o corrente ano, além de R\$ 10 milhões utilizados no Programa em 1997.

Vale mencionar que, até o final do ano passado, o governador fez entrega de quase 17 mil títulos de terra de áreas de propriedade do Estado, no mais arrojado empreendimento de ajuda a agricultores até então ocupantes de propriedades públicas, sem qualquer proteção ou segurança para suas famílias.

O reassentamento das populações dos projetos de construção da maior obra de acumulação de água do Estado – Barragem do Castanhão – e da construção do Porto do Pecém, são outras iniciativas de abrangência e sentido social jamais realizadas em qualquer outro estado do País.

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE), do Sistema Estadual de Agricultura, é o órgão que tem executado grande parte dessas realizações, junto com o Projeto São José.

Quanto aos outros 30 projetos de assentamento tradicional existentes no Ceará, o Governo do Estado está procurando oferecer melhores condições de infra-estrutura e apoio às atividades produtivas, também com recursos do Projeto São José. Isto sem falar no apoio financeiro que a Secretaria de Desenvolvimento Rural, através também do Projeto São José, está proporcionando a vários assentamentos do INCRA em mais de 150 comunidades reformadas.

Não é exagero, portanto, afirmar que o maior e mais abrangente programa de reforma agrária do Nordeste e um dos mais amplos do Brasil se encontra no Ceará.

É a justiça e a paz na terra.

REFORMA AGRÁRIA SOLIDÁRIA

O Programa de Reforma Agrária Solidária institui um novo modelo de reestruturação agrária no Ceará. Por este sistema, os trabalhadores sem terra e minifundiários, reorganizados em associações, negociam diretamente a compra da terra com recursos proporcionados pelo Fundo Rotativo de Terras. O débito contraído pelo associado terá um período de amortização de 15 anos e quatro de carência.

Diferentemente dos programas tradicionais de reforma agrária, as áreas denominadas de produtivas e abaixo de quinze módulos, vetadas pelo INCRA para desapropriação, poderão ser contempladas com a Reforma Agrária Solidária.

Em 1997, os recursos oriundos do Tesouro do Estado atingiram quatro milhões, destinados à compra de terra, e seis milhões oriundos do Banco Mundial para implantação de infra-estrutura produtiva ou social dos beneficiários através do Projeto São José. O modelo de Reforma Agrária Solidária será estendido, a partir de 1998, aos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. O Ceará será contemplado com R\$ 30 milhões, dos R\$ 150 milhões recentemente contratados pelo Governo Federal e Banco Mundial com essa finalidade.

Um aspecto verdadeiramente inovador nessa modalidade de reforma agrária é a sistemática operacional democrática e descentralizada.

As propostas para aquisição dos imóveis elegíveis para compra, por exemplo, aos preços praticados no mercado de terras, são examinadas pela Comissão Comunitá-

ria do Projeto São José, no município onde estiver localizada a propriedade. Mesmo assim, o Instituto de Terra do Estado analisa e avalia as propriedades em negociação quanto aos preços da terra e potencialidades de exploração sustentável de seus recursos naturais, além de infraestrutura produtiva suficiente para garantir as condições de produção e bem-estar das famílias a serem beneficiadas. Para garantir a lisura em tudo que é feito para ajudar as comunidades a tomarem a melhor decisão, os contratos são firmados pela Associação e, solidariamente, por todos os produtores que se responsabilizarão pelo pagamento de suas respectivas quotas-partes. Em outras palavras, os novos assentamentos já nascem emancipados.

Para melhor compreensão, é oportuno explicar que existe ainda uma Comissão Consultiva que define os programas e opina sobre todos os aspectos do projeto. São membros desse órgão o Secretário de Desenvolvimento Rural, o Secretário de Planejamento do Estado e representantes da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Ceará (FETRAECE) e do Conselho Nacional dos Bispos.

O Programa de Reforma Agrária Solidária do Ceará tem sido um sucesso pelo número de associações já inscritas e pela satisfação demonstrada pelas comunidades beneficiadas. O Governador Tasso Jereissati é um dos entusiastas do Programa e autorizou, de janeiro a julho, o atendimento a 35 comunidades com 548 famílias atendidas. São 18 mil hectares de terra no valor de quase R\$ 3 milhões. O valor por família é de menos de R\$ 6 mil e o custo por hectare atinge R\$ 163,00, considerando o valor da terra nua e das benfeitorias.

Em resumo, pode-se concluir que o modelo de Reforma Agrária Solidária, nos moldes que está sendo conduzido no Ceará pela Secretaria de Desenvolvimento

Rural, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IDACE), é efetivamente revolucionária. Trata-se de uma reforma planejada, evitando o processo de invasão e conflitos; integrada, coordenando as atividades produtivas com os serviços e setores complementares; democrática, através da organização de conselhos deliberativos e consecutivas nos vários níveis institucionais; e descentralizada e participativa, as comunidades estão organizadas segundo um modelo de gestão autodeterminado em forma de exploração comunitária ou de propriedade familiar.

O Governo do Estado do Ceará sabe que reforma agrária não constitui solução para todos os problemas da agricultura, mas cria uma nova ordem social e de maior independência política, elevando a condição humana de contingente importante da população rural, até agora marginalizada no processo de desenvolvimento econômico.

FRUTICULTURA IRRIGADA

O Estado do Ceará, localizado estrategicamente na região Nordeste do Brasil, encontra-se mais próximo dos mercados da América do Norte e Europa. Com diversas áreas propícias à produção de frutas e com a localização privilegiada em relação aos outros estados do Brasil, o Ceará torna-se um pólo natural de atratividade de investimentos nesta área.

Tradicional produtor de grande variedade de frutas tropicais (caju, coco, banana, laranja, graviola, maracujá e, mais recentemente, acerola), possui, também, tradição no cultivo de flores para o mercado interno e áreas dispostas para sua expansão, o Ceará apresenta boas condições de solo, clima (com alta insolação – 3.000 horas de sol por ano – e baixa umidade), infra-estrutura elétrica, hidráulica e grande disponibilidade de mão-de-obra, possibilitando a produção de ampla diversidade de frutas e flores durante o ano inteiro.

Os solos, profundos e bem drenados, aliam-se às condições do clima seco e estável, que propicia a produção de frutas e flores com custos mínimos no controle de pragas e doenças.

O potencial irrigável chega a 300 mil hectares, sendo 150 mil/ha somente no Pólo Agroindustrial do Baixo-Médio Jaguaribe.

No que se refere à infra-estrutura básica, o Estado possui excelentes condições tanto para a instalação das atividades produtivas como para o escoamento da produção de frutas e flores.

O Porto do Mucuripe em Fortaleza (capital do Estado) trabalha com seis das maiores empresas nacionais de navegação e seis estrangeiras que operam em rotas internacionais. Além disso, encontra-se em fase de implantação, com conclusão prevista para dez/98, um moderno complexo siderúrgico portuário, de características internacionais e de grande capacidade de atracagem.

No que se refere ao transporte aéreo, o Aeroporto Internacional Pinto Martins está sendo ampliado com a construção de um novo terminal de passageiros para 2,5 milhões/ano. Próximo às áreas irrigadas do Baixo-Jaguaripe existe um aeroporto com capacidade para receber aeronaves de grande porte. Fica localizado no perímetro irrigado do Jaguaribe-Apodi, distando 200km de Fortaleza.

As diversas áreas irrigadas e produtoras de frutas e flores estão interligadas por rodovias federais e estaduais asfaltadas, podendo-se destacar as rodovias BR-116 e BR-222.

Com o abastecimento energético garantido, o Estado é suprido pelas cinco hidrelétricas da região que abrangem todos os municípios cearenses. Recentemente foi inaugurada uma nova linha de transmissão que acrescentou mais 230 GW.

Os municípios cearenses estão ligados ao Brasil e ao exterior por telefone, telex, fax, além de telefonia celular, em fase de rápida expansão.

A atual infra-estrutura hidrográfica está em processo de expansão com a construção de 40 novos açudes de médio/grande porte e do açude Castanhão com capacidade de 6,2 bilhões de metros cúbicos. Todas as bacias hidráulicas do Estado estarão interligadas e perenizadas dentro do projeto de transferência de bacias e captação de água do rio São Francisco.

A grande disponibilidade de mão-de-obra e sua habilidade em absorver novas tecnologias tornam o custo de produção por hectare bem abaixo dos Estados Unidos, Europa e Sul do Brasil.

É meta do Governo expandir, nos próximos 4 anos, a atual área irrigada de 50 mil hectares para 101,2 mil hectares. Estas áreas são vocacionadas para a produção de frutas e flores e distam, no máximo, 300km do porto e aeroporto de Fortaleza.

Alguns incentivos especiais são ofertados pelo Estado do Ceará na instalação de unidades produtivas, destacando-se o FDI, o FNE, o FINOR, o PROCAF, entre outros.

O OURO BRANCO CEARENSE

Compreender a problemática da crise na produção de algodão no Ceará e no Nordeste, de modo geral, está longe de ser simples. Ao longo dos últimos anos, foram-se acumulando concepções errôneas, dando origem a uma visão deturpada das reais possibilidades dessa cultura no nosso Estado. O quadro pessimista sobre o assunto, entretanto, decorre da história da evolução da cultura nos últimos vinte e cinco anos. Senão, vejamos.

O algodão já constituiu a principal fonte de renda da agricultura cearense, com 24% do produto agrícola. O Ceará produzia toda a pluma para sua indústria têxtil e exportava o excedente para outros estados do Sul ou para o exterior. Ademais, o caroço de algodão era a principal matéria-prima para a indústria de óleos vegetais e as tortas se destinavam à pecuária leiteira. Existia também uma multiplicidade de usinas de descaroçamento do produto que, em conjunto com a indústria têxtil e uma rede de atividades comerciais e de transporte, constituíam a base da economia cearense. Em resumo, a cultura do algodão, que ocupava uma área plantada de 1,3 milhão de hectares e produzia 100 mil toneladas de algodão em pluma em 1980, caiu para 14 mil toneladas em 1995. Atualmente, cerca de 90% do consumo do moderno parque têxtil do Ceará, o segundo mais importante do Brasil, são importados do exterior, com divisas que poderiam estar irrigando a economia rural do Ceará.

São conhecidas as causas da crise na produção do algodão do Nordeste, tais como o surgimento do destrutivo “bicudo”, crises climáticas e falta de competitividade

do algodão mocó, devido a sua baixa produtividade. Haveria possibilidade da revitalização da cultura algodoeira em nosso Estado? Segundo os mais criteriosos estudos sobre o assunto, a resposta é positiva. Mas não será viável ou economicamente justificada a reintrodução da mesma variedade cultivada no passado e a utilização das mesmas áreas ocupadas com o algodão mocó.

As reais possibilidades da cultura do algodão encontram-se asseguradas no novo Programa de Desenvolvimento da Cotonicultura Cearense, lançado recentemente pelo Senhor Governador Tasso Jereissati, através da Secretaria da Agricultura. O referido programa tem base interinstitucional e objetiva o desenvolvimento sustentável da cultura do algodão. São previstas ações interligadas de sementes de novas variedades de algodão herbáceo anual de alta produtividade, desenvolvidas pelo Centro Nacional de Algodão de Campina Grande (PB), com assistência técnica, acoplada ao financiamento agrícola especial do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O objetivo-síntese desse moderno programa é obter índices mais elevados de produção e produtividade, em nível de competitividade internacional, com a melhoria do padrão de vida do produtor rural. Em outras palavras, tornar o Ceará auto-suficiente na produção de algodão, visando suprir a demanda e o fortalecimento do parque têxtil do Estado.

A QUESTÃO RURAL

A XIX Conferência Internacional de Economia Agrícola ocorreu em Málaga, Espanha. O tema central dessa conferência foi “A Agricultura Numa Economia Mundial Turbulenta”. A primeira parte foi dedicada ao debate entre 1.500 especialistas de todo o mundo sobre as mais importantes forças que iriam moldar a agricultura, assim como as incertezas no sistema de produção e distribuição de alimentos.

Atendendo convite do Prof. URF Remborg, presidente da Organização Internacional, tivemos a honra de ser o expositor da primeira sessão plenária desse evento. O Prof. Remborg dizia em sua convocação: “Espero que você leve um trabalho sobre o Nordeste do Brasil como pano de fundo sobre o qual dirá o que pensa serem as forças mais importantes que darão forma à agricultura do futuro.”

Achamos oportuno comentar as principais idéias apresentadas naquela ocasião. Os objetivos para superação do subdesenvolvimento rural do Nordeste, segundo a tese comentada, depende do redirecionamento da economia regional. Deve ser realizada uma melhor disseminação do desenvolvimento no território, com ênfase nas zonas rurais onde se encontram os maiores focos de atraso e pobreza. A modernização e o aumento da produtividade devem dar prioridade ao uso da terra, com controle da mecanização para evitar a destruição dos solos tropicais. As tecnologias a serem adotadas precisam ser mais apoiadas em conhecimentos locais e mais empregadoras de mão-de-obra, que é o fator mais abundante na Região. Outra preocupação a seguir na agricultura consiste na

participação econômica, social e política efetiva dos diversos segmentos sociais no processo de desenvolvimento econômico. O setor rural também carece da mudança dos estilos tradicionais como forma de criar valores próprios de uma sociedade em desenvolvimento. Por outro lado, recomenda-se a reorientação do processo de industrialização para utilizar mais os recursos regionais, especialmente agrícolas, e o aproveitamento dos mercados locais.

Em resumo, as medidas propostas objetivavam gerar um progresso econômico segundo um clima de interesse comum de toda a sociedade, com a interveniência do Estado. Ou seja, conforme políticas e estratégias de caráter integral, abrangendo aspectos institucionais, estruturais e sociais. A grande preocupação que marcará o novo século é como criar empregos não agrícolas no próprio quadro rural para aumentar a renda da agricultura familiar, diminuindo os graves desequilíbrios existentes entre as zonas urbanas-metropolitanas e a sociedade subdesenvolvida do interior.

RUMO AO DESENVOLVIMENTO RURAL

O mais grave problema que o Ceará enfrenta na luta pelo desenvolvimento econômico é a pobreza no quadro rural. De modo geral, deve-se isso a causas históricas, estruturais e sociológicas. No Ceará, são muitas as razões apontadas para explicar o atraso da agricultura no passado e as dificuldades ainda existentes. Limitadas disponibilidades de terras férteis associadas a uma grande concentração da sua posse e uso, irregularidades climáticas, escassas tecnologias rentáveis para o semi-árido e base educacional deficiente são fatores que, historicamente, vêm influenciando negativamente a nossa base agrária, transportando-a para essa condição subdesenvolvida de difícil saída. Sem falar na arraigada mentalidade dos empreendedores cearenses de investirem em outras atividades e não na agricultura, como fizeram os ingleses e americanos no processo de desenvolvimento de seus países.

O governo do Ceará tem consciência dessa problemática e segue políticas agrícolas e agrárias com base científica para eliminar as causas do atraso da agricultura do Estado. O atual Plano de Desenvolvimento Rural 1998-2002 propõe-se elevar a taxa de crescimento da produção agropecuária do Estado, com vistas a transformar o setor num acelerador e não num freio do desenvolvimento, como ocorreu durante duas décadas. Outra diretriz é melhorar a relação Homem-Terra, através da adoção de políticas fundiárias que permitam o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, melhorando substancialmente a produtividade da terra e do trabalho como

fator de crescimento econômico e de melhoria das condições de vida do quadro rural. A terceira frente de ação é integrar a produção agrícola e agroindustrial com visão de agronegócio. Tudo isso de acordo com tecnologias agrícolas que permitam alcançar a sustentabilidade da agricultura sem destruir o meio ambiente.

Os programas em execução tomam por base o princípio de que a agropecuária faz parte do desenvolvimento mais abrangente em todo o espaço rural, o qual está interligado a todo o processo de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, estão as iniciativas governamentais de erradicar o analfabetismo, melhorar os níveis de saúde, universalizar a eletrificação rural, suprir de água toda a população do semi-árido ainda dependente do carro-pipa.

Para aliviar as causas de maior pobreza, existe o Projeto São José, que beneficia comunidades carentes com investimentos em infra-estrutura, serviços sociais e atividades produtivas, sem reembolso. Entre 1995-2000, foram beneficiadas mais de 5.107 comunidades com 296 mil famílias, representando 61% da população rural. Foram aplicados R\$ 190 milhões com essa finalidade. Nos próximos três anos mais US\$ 100 milhões serão destinados ao combate à pobreza por essa via. O Programa Hora de Plantar assiste a 100 mil agricultores com sementes, assistência técnica e apoio creditício do PRONAF.

Estes e outros programas viabilizaram o crescimento da produção agrícola do Estado, nos últimos anos. Exemplo disso ocorreu no período de 1992 a 1999 quando o Ceará obteve o melhor desempenho do setor no Nordeste, segundo Boletim da SUDENE, de agosto de 2000.

A NOVA AGRICULTURA CEARENSE

A agricultura contribuiu de modo significativo para o crescimento econômico global do Ceará em 1999. Com 56% de incremento da renda entre 1998-99, o setor rural obteve o melhor desempenho nesse período em comparação com a indústria e os serviços. Pelas estimativas do Instituto de Pesquisas e Informação do Ceará, a agropecuária é a grande responsável pelo incremento de 2,8% da economia cearense no ano passado.

Os excelentes resultados obtidos pelo setor rural explicam-se pela produção de 793 mil toneladas de grãos, representando um salto de 200% em relação ao ano de 1998. O setor animal e derivados, que representa 40% da renda total da agricultura, cresceu 6%. Outro destaque foi a produção de castanha de caju com aumento de 460% e uma provável exportação do produto beneficiado de 150 milhões de dólares, superando todas as vendas da fruticultura brasileira para o exterior.

Na estratégia de produção de cereais, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, com o apoio do Banco do Nordeste e Banco do Brasil, a safra de milho foi surpreendente. Nada menos de 443 mil toneladas, ou a segunda maior produção de todos os tempos, depois dos anos excepcionais de 1995-96. Além disso, foram notáveis os incrementos de produtividade a partir da introdução do milho híbrido e de novas tecnologias. Segundo levantamentos do IBGE, os agricultores, animados por esse resultado, esperam produzir mais de 600 mil toneladas no ano 2000.

O renascimento da cultura do algodão, com base em novas variedades e tecnologias, abriu perspectivas de amplos avanços nos próximos anos. Foram 65 mil hectares plantados em 1999, classificando o Ceará em quarto lugar no País e ultrapassando a soma das superfícies cultivadas em todo o Nordeste, com exceção da Bahia que cultivou 44 mil hectares. Para a safra do corrente ano, a meta é semear 100 mil hectares com apoio do Programa Hora do Algodão, do Governo do Estado.

O Banco do Nordeste garante o custeio da safra 2000, conforme convênio firmado entre o Governador Tasso Jereissati e o Presidente do BNB, na última terça-feira. São R\$ 50 milhões com essa finalidade.

Quanto à comercialização, a conjuntura foi muito favorável. Mesmo com produção significativa, os preços dos produtos agrícolas estiveram satisfatórios aos produtores. Todos os produtos atingiram valores superiores aos preços mínimos, com situações em que as cotações no mercado ultrapassaram de muito os padrões governamentais. Neste particular, o Banco do Brasil teve um papel importante, disponibilizando crédito para a aquisição de algodão, milho e caju. A quebra de safra dos estados vizinhos contribuiu para os bons preços vigentes.

A agricultura também foi o setor que mais empregou mão-de-obra no Estado. Estimativas preliminares indicam mais de um milhão de trabalhadores, ou cerca de 40% de todos que estiveram ocupados durante o ano de 1999. Para uma melhor idéia sobre o assunto, pode-se mencionar que a agricultura do Ceará emprega mais do que a do Chile e 10 vezes mais do que a de Israel. Mesmo o Reino Unido fica distante do Ceará no montante de emprego agrícola. Somente equipara-se com o nosso Estado a França, que é o maior produtor agrícola da Europa.

O Ceará tem mais que o dobro das pessoas ocupadas na agricultura da Austrália!

Em termos de renda, a agropecuária cearense gerou, em 1999, cerca de R\$ 1,3 bilhão, em grande parte distribuídos entre os médios e pequenos produtores da agricultura familiar. Como já foi mencionado, este valor supera em 50% o obtido em 1998.

A política agrícola do governo do Estado foi vitoriosa em 1999, à exceção de um aspecto: os pequenos agricultores residentes em 17 municípios perderam mais de 60% de sua safra de feijão e milho, em consequência de irregularidades climáticas e longos veranicos.

Por outro lado, outros projetos estratégicos do Governo do Estado apresentaram notórios avanços durante o ano de 1999. Os esforços para combater a pobreza rural contaram com os projetos São José e Reforma Agrária Solidária, além de várias iniciativas de caráter social.

No primeiro caso, foram liberados R\$ 28 milhões para atender a segunda parcela de projetos contratados em 1998 e mais 320 novas comunidades beneficiadas somente em 1999. Com esses resultados, o Projeto São José bate o recorde de atendimento de 5.000 comunidades de 1995 a 1999, com alcance de mais de 300 mil famílias e liberação de R\$ 151 milhões.

Quanto ao atendimento dos agricultores sem terra, o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com apoio do Banco Mundial e do Governo do Estado do Ceará, também obtiveram resultados marcantes. De 1997-99 o Programa de Reforma Agrária Solidária favoreceu 149 comunidades e 2.568 famílias. Foram aplicados R\$ 28,3 milhões, dos quais 50% não reembolsáveis. Para o ano 2000, está previsto o atendimento a mais 1.300 famílias, em 81 comunidades.

Verifica-se pelos sintéticos dados aqui apresentados que a agricultura do Ceará não é a mesma de anos atrás. A partir de 1995, com o segundo Governo Tasso Jereissati, uma nova agricultura começou a surgir. Com base em resultados de programas iniciados anteriormente em políticas, estratégias e novos projetos, o setor rural passou a ocupar uma posição nova na equação do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

REFORMA DO ESTADO NA AGRICULTURA

Os princípios fundamentais da reforma do Sistema de Agricultura do Ceará, atualmente em curso, são modernizar o setor rural, interiorizar o desenvolvimento e valorizar o trabalhador do campo com mais renda e mais emprego. A Secretaria de Desenvolvimento Rural também muda seu enfoque de ação. O modelo de administração agora é por objetivos. As preocupações principais serão com o planejamento indicativo, a coordenação e o controle das atividades a serem exercidas pelos órgãos vinculados, também reorganizados. Dois conceitos serão incorporados: o espaço rural e a abrangência, ou integração das ações produtivas. Muda o enfoque do setorial para o agronegócio no quadro rural.

Para o Sistema de Agricultura, a nova ordem baseia-se na estratégia recomendada pelo mestre da administração eficaz, ou seja: “A questão agora não é como fazer as coisas de modo certo, mas como encontrar as coisas certas que devem ser feitas e nelas concentrar os recursos e esforços.” A doutrina do papel do Estado na agricultura, por outro lado, se fundamenta no projeto do governo Tasso Jereissati, que propõe o caminho das reformas econômicas e sociais, dentro do contexto da justiça e do bem comum. Essa concepção tem fundamentação moral que pretende motivar a solidariedade entre as pessoas e melhorar a distribuição do progresso e da riqueza. “Um Estado capaz de mobilizar o potencial produtivo da sociedade sem a ele substituir.”

O Sistema Estadual de Agricultura foi reestruturado para trabalhar no futuro, conforme busca o Plano de De-

envolvimento Sustentável, cujos objetivos, quanto ao papel do Estado, são: aumentar a eficácia do governo, orientando-o para alcançar resultados com justiça social, fazendo mais com menos; aproveitar as forças de mercado, por meio de regulamentação e estímulos, identificando claramente a missão do governo ao nível de cada secretaria, de cada órgão, de cada servidor, para uma ação participativa, antecipando-se aos problemas e motivando a competição no serviço público.

No caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), serão realizadas mudanças no perfil administrativo e na infra-estrutura física de atendimento. A prioridade doravante incidirá sobre o cliente, com definição da ação por produto e da descentralização. Os planos municipais de desenvolvimento rural compõem a base da estratégia de atuação da EMATERCE. O alvo principal será a comunidade de produtores.

AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O grande desafio político e social do Brasil atual é promover um crescimento econômico mais rápido, sem inflação e com equidade.

Não pode haver dúvidas também de que carecemos urgentemente, no Nordeste, de um novo caminho para oferecer um nível de dignidade e decência humana suportável para milhões de habitantes do quadro rural. São nove milhões de trabalhadores nordestinos, dos quais mais de 60% estão abaixo da linha da pobreza.

A estratégia de desenvolvimento regional adotada durante décadas deu ênfase principal à expansão da produção agrícola para exportação. Ficou de lado, sem a devida assistência, a grande massa de pequenos produtores dedicados ao abastecimento do consumo interno.

Embora os problemas das disparidades de renda regional e social fossem reconhecidos como merecedores de atenção, as políticas adotadas para aliviar a pobreza foram principalmente de incentivos a empreendimentos voltados para criar empregos urbanos, principalmente nos centros metropolitanos. Estas políticas revelaram-se, com o tempo, de reduzido impacto na agricultura, gerando distorções e um tipo de crescimento com pobreza e tensões sociais. Segundo os estudiosos, temos hoje, no Nordeste, um subdesenvolvimento industrializado.

Tudo isso parece bastante óbvio. Mas os fatores que dificultaram o progresso da agricultura nordestina continuam praticamente sem solução. A baixa taxa de investimento humano nas áreas rurais motivou um alto nível de analfabetismo e falta de profissionalismo dos agricultores.

A deficiência da produção de conhecimentos tecnológicos, adaptados às condições locais, limitaram o trabalho dos extensionistas e tornaram os produtores receosos de investirem seus poucos recursos no setor primário. A fraca integração do ensino universitário com a pesquisa agrônômica subutilizou os melhores cientistas das universidades da região, onde os livros-textos adotados refletem outras realidades geográficas e ecológicas. Deficiências na política de crédito rural do passado são de fácil observação na falta de modernização da agricultura regional. Acrescente-se a tais condições, a ausência de integração da agricultura com os demais setores econômicos e a pouca organização do mercado de insumos e produção final.

Outros problemas poderiam ser enumerados para justificar a falta de desenvolvimento da agricultura do Nordeste: escassez de terras boas, problemas climáticos, estruturas agrárias deficientes. Mas seria uma lista longa e desencorajadora, que poderia levar à conclusão de que é inviável a meta de elevação da produção agrícola e das condições de vida do homem do campo nordestino.

O fato de os investimentos públicos para fomento agrícola terem decepcionado, não se deve à própria agricultura, mas à inadequada interpretação quanto à natureza e ao sentido a ser dado ao processo de modernização agrícola e ao desenvolvimento regional.

A grande verdade é que as estratégias que visam ao desenvolvimento agrícola regional têm sido inadequadas. E, por serem confusas, não funcionaram. Tornam-se necessárias mudanças profundas na economia agrícola do Nordeste com vistas à nova realidade política, tecnológica e de globalização da economia. A tarefa agora é expurgar o obsoletismo, absorver as experiências negativas do passado e realizar projeções para um novo

futuro de prosperidade e maior justiça social. Não haverá melhorias se não ocorrerem mudanças, renovação das estratégias, do estilo e dos métodos de trabalho.

Para que isto se concretize e as novas metas sejam alcançadas é necessário criatividade, espírito inovador, capacidade para ir além do tradicional, e compromisso com a causa de um verdadeiro desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O que é necessário para isto?

Antes de mais nada, mudar a política dos indicadores de quantidade para os de equidade do desenvolvimento. Para isso, a força motriz, a alma da produção, deve ser o homem. O profissionalismo do produtor do campo deve constituir o alvo principal da nova política. É indispensável para o êxito de um programa destinado à agricultura do Nordeste o melhoramento na infra-estrutura institucional e organizacional dos órgãos estaduais de apoio à agricultura: Um novo papel do Estado na agricultura.

A reforma agrária democrática, eficaz e de baixo custo precisa ser empreendida urgentemente com o Banco da Terra e a Reforma Solidária. É necessário mobilizar os mais importantes fatores do desenvolvimento regional que é o homem e a terra, ambos subutilizados atualmente.

É preciso melhorar os serviços de apoio à agricultura regional, isto é, a extensão e assistência técnica, a pesquisa aplicada, o crédito oportuno, a comercialização. A educação rural é vital para as transformações pretendidas. Para comprovar isto, basta olhar a experiência dos países hoje desenvolvidos.

O mais fundamental dos requisitos para o progresso da agricultura sustentável no futuro é a mudança das atitudes dos governantes e instituições sobre o verdadeiro papel da agricultura no desenvolvimento econômico.

A meta do novo modelo de desenvolvimento deve ser ajudar o agricultor a adaptar-se às mudanças tecnológicas para obter a necessária competitividade dos novos mercados e apoiar, por todos os meios, as unidades de produção do tipo familiar com meios para torná-las mais produtivas.

No setor empresarial, deve-se prosseguir no aperfeiçoamento das políticas de proteção da concorrência externa e adotar uma política de taxas de juros mais adequadas e suportáveis aos níveis do sistema de preços da âncora verde.

Como se observa, vencer o subdesenvolvimento da agricultura representa uma tarefa de vulto. Assegurar equidade e oportunidade social à massa da população rural é uma meta para gerações. Ao Governo Federal cabe uma parcela importante desse desafio. Aos estados compete complementar essas ações com o apoio dos municípios. Na esfera nacional, são significativos os esforços de regionalização dos Planos de Safra, como um embrião para a definição de políticas agrícolas diferenciadas destinadas às regiões do País.

No Ceará, o Governo Tasso Jereissati encontra-se empenhado em avançar no crescimento econômico segundo essa filosofia de fortalecer o meio rural e capacitar a população. O objetivo principal da política de mudanças do nosso Estado é melhorar a qualidade de vida de toda a sociedade. A principal luta é contra a pobreza e a exclusão social da população do processo de desenvolvimento.

No caso do Nordeste, temos certeza de que, juntos, o Governo Federal, os estados e o setor empresarial, poderão viabilizar o alcance de um desenvolvimento econômico com equidade social, dando prioridade, no novo século, a uma agricultura sustentável e progressista.

DESENVOLVIMENTO RURAL COM MENOS POBREZA

Agricultura tem ocupado um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico. Ocorreu assim no passado com os atuais países opulentos. E, atualmente, com os países em desenvolvimento, especialmente aqueles onde é alta a proporção de emprego e de pobreza no meio rural.

Há mais de 10 anos, o Ceará tem procurado formular uma estratégia para o desenvolvimento rural e combater à pobreza. Mas não tem sido uma coisa simples. O Ceará enfrenta muitos problemas motivados pelas condições específicas do semi-árido e pelas secas. É elevado o grau de analfabetismo e subsistem problemas estruturais da terra e da água.

O predomínio da agricultura tradicional, com baixos índices de produtividade, obriga o Estado a dar passos largos e adotar novos métodos de transformação do setor rural. Há necessidade, sobretudo, de uma estratégia de desenvolvimento que funcione e onde a educação tenha um papel central, juntamente com a política de águas e o fortalecimento das pequenas e médias cidades. Que se criem condições para que as pessoas tomem as suas decisões, façam suas escolhas e não dependam do paternalismo do Estado. Que o acesso à terra seja um componente importante, mas não o único.

Nos últimos anos, o Governo do Estado tem conseguido, com o apoio do Banco Mundial e do Governo Federal, alguns avanços importantes no combate à pobreza, na questão da água (Progerih) e na educação (98% das crianças de 7 a 14 anos na escola). Dessas iniciativas

merecem destaque os projetos São José e Reforma Agrária Solidária – Cédula da Terra.

O Projeto São José, antigo PAPP, tem contribuído para a redução da pobreza rural no Estado fornecendo infra-estrutura socioeconômica básica e oportunidade para a geração de emprego e renda. As ações desenvolvidas no Ceará, entre 1995-99, beneficiaram mais de 5.000 comunidades com 300 mil famílias, representando cerca de 75% de toda a população rural do Estado. Foram R\$ 120 milhões aplicados em 176 municípios.

Dentre os resultados qualitativos observados pelo Projeto São José podem ser mencionados: melhores condições de moradia, saúde, educação e condições de lazer; acesso mais fácil ao crédito rural, maiores oportunidades de emprego e renda; surgimento de novas habilidades profissionalizantes (artesanato, tratorista), aumento da área cultivada, etc. Hoje as instalações de energia elétrica estão em 88% dos domicílios das comunidades assistidas e o abastecimento d'água potável está chegando em grande parte das comunidades rurais. O impacto dos projetos de eletrificação rural de 1996-99, segundo estudos realizados por consultores do IICA, dão conta de que os 1.430 projetos atendidos pelo Projeto São José beneficiaram 67 mil famílias, 29 mil ruas foram iluminadas, criaram-se 374 turmas noturnas nas escolas, 248 comunidades receberam energia elétrica e tiveram condições de irrigar e de utilizá-la em atividades comerciais.

A Reforma Agrária Solidária tem a finalidade de viabilizar o acesso à terra para os trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, associando outros investimentos necessários que lhes assegurem desenvolvimento econômico e social sustentável. O projeto-piloto do Ceará teve início em 1997 com o apoio do Banco Mundial – Pro-

jeto São José – seguindo-se, em 1998-99, com recursos do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O citado programa no Estado do Ceará conta, atualmente, 193 projetos, sendo 44 do projeto-piloto, com recursos do Estado, e 149 da Cédula da Terra, com o apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, beneficiando 3.202 famílias.

Muitos estudos de consultores independentes têm demonstrado as vantagens e contribuições dessa iniciativa para melhorar as condições de vida das pessoas abrangidas. Todos os estudos apontam que o novo modelo de reforma agrária é muito democrático, eficaz, rápido e menos oneroso do que a sistemática de reforma agrária clássica de desapropriação de terras por interesse social. Pesquisas realizadas pelo Prof. Ahmad Saad Khan, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, em sete municípios, com Projetos de Reforma Agrária Solidária apontam resultados surpreendentes no índice de qualidade de vida das famílias beneficiadas por esse programa. Em pouco mais de um ano, o referido IQV melhorou em 70%. Saúde e habitação ultrapassaram 100%.

Outras investigações de consultores do IICA demonstram que a vida dos assentados do Programa de Reforma Agrária Solidária tem melhorado em relação à vida anterior. Primeiro, porque deixaram de ser meeiros e rendeiros, fato que, por isso, já aumenta a renda por não terem de dividir o resultado do seu trabalho com os proprietários da terra. Segundo, porque têm agora acesso facilitado ao crédito de custeio agrícola, vez que são legítimos detentores da posse da terra. Cada novo assentamento passou a ser uma unidade demonstrativa de um novo paradigma de produção agrícola e desenvolvimen-

to rural no Ceará, estimulando a formação de novos grupos e associações interessados em participar do programa.

A parceria, portanto, do Estado com o Governo Federal, o Banco Mundial e associações de produtores estão coligados no combate à pobreza e pelo desenvolvimento econômico e social do Ceará.

PLANO DE SAFRA DO CEARÁ EM 2001

Dos 14 milhões de hectares que perfazem o território cearense, existem no Ceará 5,5 milhões de ha (37%) de solos de boa qualidade. Além desses, o IBGE aponta mais 1,7 milhão de ha de solos bruno-não-cálcicos que, embora rasos, são apropriados para a produção de algodão e outras culturas. No Cariri estão 80.000 ha de terras roxas, excelentes, e, em Ararendá e suas proximidades, mais 200 mil de terras semelhantes. O objetivo do Governo do Estado é viabilizar a produção de um milhão e cento e vinte mil toneladas de grãos no ano de 2001. Em confronto com a produção de 2000, significará um aumento de 7%.

Os princípios e estratégias para a safra do ano 2001 são utilizar sementes de alta qualidade, plantar na época certa, concentrar os plantios nos melhores solos e onde ocorrem mais chuvas, adotar adensamentos apropriados e não pela tradição, fazer tratos culturais e combate às pragas com as melhores tecnologias.

Será dada grande prioridade à modernização da agricultura de subsistência através da adoção de sementes mais produtivas. A propriedade familiar terá todo o apoio, mesmo que a produção empresarial também tenha seu papel a cumprir. De fato, o que será buscado, além do crescimento da lucratividade da fazenda, serão baixos riscos para o produtor.

Com base nos excelentes resultados obtidos em 2000, terá continuidade o programa de difusão do uso de matracas ou plantadeiras “tico-tico”, para os beneficiários do Hora de Plantar e do Programa de Sementes em Co-

munidades Rurais. Este último programa é uma iniciativa do Ministério da Agricultura, através da EMBRAPA, em parceria com o Governo do Estado.

Para melhorar a lucratividade dos produtores de algodão, serão instaladas 10 mini-usinas de beneficiamento de algodão em comunidades a serem selecionadas pelo Projeto São José. Trata-se de projeto-piloto de modernização e melhoria de competitividade dos pequenos produtores de algodão.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural e de suas vinculadas, atuará em várias frentes para garantir a obtenção das metas. Entre elas, destaca-se o Programa Hora de Plantar, o Programa de Milho Híbrido e o Programa Hora do Algodão. Em parceria e com o apoio financeiro do Banco do Nordeste e o Ministério de Política Fundiária, atuará através do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e apoio do Banco do Brasil.

A EMATERCE é a executora desse programa em nível de campo. A ela cabe a distribuição de sementes, elaboração dos projetos de crédito rural, assistência técnica, acompanhamento da produção e apoio na fase de comercialização. O grande responsável, contudo, pelos resultados que se pretendem alcançar na safra do ano 2001 chama-se produtor rural, que participa diretamente como beneficiário e agente.

NÃO BASTA PRODUZIR

A safra agrícola do ano 2000 vai ser recorde, segundo estimativas do IBGE referentes ao mês de março. Serão 1.162 mil toneladas de grãos, com 41% de aumento em relação a 1999. O Ceará tornou-se, nos últimos dois anos, o segundo estado do Brasil em área cultivada de algodão. Depois da Bahia, é o maior produtor de milho do Nordeste.

Para chegar a esse resultado, muitas condições e providências foram necessárias, desde o clima favorável, com chuvas normais e bem distribuídas, até às ações de apoio do Governo do Estado em proporcionar sementes e assistência técnica. O crédito oportuno do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil foi essencial.

No momento, a preocupação principal é com a comercialização da safra. No caso do milho, as necessidades do mercado desse cereal, tanto no Ceará como em Pernambuco, são indicativos de segurança da compra e de bons preços. Na verdade, este ano há uma manifesta escassez do produto no mercado nacional, em face da quebra de safra no Sudeste e Sul, que são os grandes produtores nacionais. Estima-se que o Brasil terá de importar do exterior de dois a três milhões de toneladas. Pernambuco importará mais de 300 mil toneladas, pois as 123 mil toneladas deste ano mal atenderão ao consumo das próprias fazendas. Os avicultores do Ceará temem que as 662 mil toneladas que serão produzidas no Estado não sejam suficientes para atender à demanda do próprio Estado. Somente a avicultura local absorve cerca de 250 mil toneladas/ano. A suinocultura, a pecuária-

ria de leite e o consumo humano são também setores carentes desse cereal.

Não há, portanto, nenhum problema para a comercialização do milho. Este poderá ser vendido a preço bem superior ao máximo de R\$ 7,10 a saca de sessenta quilos, que é o valor prefixado para o preço mínimo. No momento, a cotação do produto no Ceará está em R\$ 15,00 a saca.

O algodão encontra-se também em situação excepcional de mercado. Seu preço está garantido em R\$ 10,00 a arroba do produto em rama e em R\$ 32,00 a arroba de pluma. A safra do produto em caroço no Ceará será de 100 mil toneladas, com 35 mil toneladas de pluma. A indústria têxtil local carece de 130 mil toneladas de pluma. Como a qualidade da pluma cearense é uma das melhores do mundo, conforme atestado do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão da EMBRAPA, o produtor dessa fibra vai ganhar dinheiro este ano. A comercialização desse produto somente ocorrerá nos meses de junho e julho. É sem procedência, portanto, notícias prematuras de que o algodão está tendo problema de mercado. O mesmo ocorre com o milho, quanto à época de comercialização. Para que o produto esteja sem umidade, somente deverá ser colhido a partir de maio, no Cariri, e junho/julho nas demais regiões. O que está sendo comercializado no momento é o produto verde para consumo humano.

A produção de arroz de sequeiro é relativamente pequena e não atende às necessidades do mercado interno. A maior produção é ir-rigada, no segundo semestre, sem problema de mercado.

Resta ver a situação do feijão-de-corda, que, no Ceará, é um produto da agricultura de subsistência, para consumo dos agricultores. O plantio cedo desse cereal

na região do Cariri resulta na coincidência da entrada no mercado do produto baiano, originário de regiões agrícolas excepcionais. O agricultor cearense vê-se com isso em dupla desvantagem. Planta em momento inoportuno, considerando as necessidades do mercado, e usa grãos de péssima qualidade, pois não aguarda o momento do Programa Hora de Plantar que leva em conta tanto o clima, como a umidade do solo e o calendário de comercialização do produto. Além disso, nessa região, a colheita está sendo feita ainda com chuvas, resultando num produto com elevada umidade, desqualificado para a aquisição por parte do Governo Federal.

O produtor de feijão também não levou em conta as informações da Secretaria de Desenvolvimento Rural de que os elevados preços da entressafra não se sustentariam no ano agrícola 2000. Em 1999, praticamente em todos os estados produtores de feijão-de-corda ocorreu crise de produção por falta de chuvas. Este ano, com a normalidade climática no Nordeste, está sendo prevista uma grande safra, inclusive na Bahia, que, em 1999, enfrentou sérios problemas climáticos.

O nível de preço que o governo poderá oferecer ao produto de qualidade e sem umidade é de R\$ 18,60 por saca de 60 quilos, portanto abaixo do que certamente o agricultor poderá vender no momento oportuno no mercado livre. Convém lembrar que a produção de feijão, prevista para o ano corrente, é de 248 mil toneladas, suficiente para as necessidades do próprio Estado e um pequeno excedente. A partir do mês de julho, o produto estará com preços ascendentes. Quem vendê-lo agora, terá de comprá-lo mais caro para consumo no restante do ano.

Com a situação vivenciada, tem-se mais uma lição. A agricultura é uma atividade complexa que necessita

de conhecimentos tecnológicos e de mercado. Por isso, os agricultores precisam confiar mais nas recomendações científicas e arquivarem as tradições contrárias à modernização do setor agrícola. É necessário também saber que o Governo pode ajudar e orientar a produção, mas somente os produtores terão capacidade de fazer da agricultura um setor produtivo e rentável.

BOA SAFRA COM VERANICO

É preciso compreender que um ano de normalidade climática no Ceará significa precipitações pluviais abaixo de ano chuvoso e com irregularidades e veranicos.

Mesmo com a ocorrência dessa situação neste ano, pode-se dizer que a produção de grãos será boa. E, ainda mais, deu-se continuidade à elevação da produtividade agrícola, representando a grande meta da estratégia de desenvolvimento rural do Estado.

Estima-se uma renda agrícola de R\$ 1,5 bilhão; 60% desse valor são apropriados pela agricultura familiar. Neste valor está incluída tanto a produção do setor animal e derivados como as lavouras e a extrativa vegetal. No caso apenas da produção de grãos (milho, feijão, arroz e caroço de algodão), a produção prevista é de 958 mil toneladas, oriunda de uma área plantada de 1,2 milhão de hectares. Essa produção será inferior a 7,8% do nível obtido em 2000, que, no entanto, teve uma safra excepcional. É verdade que ocorrerão quebras de produção mais significativas em mencionadas regiões do Cariri, onde as chuvas do final de estação se apresentam muito escassas. Convém registrar, no entanto, que a produção de grãos do ano 2001, segundo o último levantamento do IBGE, supera a produção obtida em 1999. Em 1997, com a chamada seca verde, a produção de grãos foi de 606 mil toneladas e, em 1998, atingiu 263 mil toneladas.

Fato relevante a mencionar, quanto à safra de 2001, são os avanços na produtividade média da produção de grãos. Mesmo com a redução de 25% da produção total de grãos entre as primeiras estimativas do início do ano.

Os dados observados mostram uma produtividade média de 827 kg por hectare. Isto significa o mais elevado rendimento de todos os tempos no Estado. Mesmo com as quedas nos percentuais de produção, os agricultores terão resultados mais positivos que os do passado, quando eram vítimas das deficiências de chuvas.

Estes resultados não são obras do acaso, mas produto de um grande esforço da Secretaria de Desenvolvimento Rural junto com a EMATERCE no sentido de dotar os agricultores de melhor tecnologia e condições para enfrentar o semi-árido.

É bom esclarecer que os comentários feitos são pertinentes apenas à produção de grãos. No caso do caju, o aumento de produção será de mais de 100% entre o ano de 2000 e 2001. A pecuária também apresentou um bom desenvolvimento.

ALGODÃO ENFRENTA A SECA

Os agricultores cearenses acreditaram nas vantagens de plantar algodão e aderiram ao Programa Hora do Algodão da Secretaria de Desenvolvimento Rural. São 30.000 hectares plantados no primeiro semestre do corrente ano e mais 15.000 hectares irrigados no próximo período de verão. O Governo do Estado está apoiando essa iniciativa com sementes subsidiadas, acompanhadas de assistência técnica e treinamento dos produtores no manejo das novas variedades de alta produtividade. São sementes básicas produzidas no Centro Nacional de Algodão da EMBRAPA, em Campina Grande (PB), e sementes fiscalizadas produzidas no Ceará.

O programa prevê o plantio de 187 mil hectares até o ano 2000, com produção a ser colhida semelhante ao que já aconteceu com variedades de baixa produtividade (mocó) e que careciam de 1,3 milhão de hectares para obter o mesmo resultado. Visando garantir o êxito desse empreendimento, tudo foi previsto com muito cuidado, desde o crédito para plantio até a colheita. Para completar o leque de providências faltava o elo da comercialização final da pluma, em face dos entraves representados pelas facilidades de importação do exterior.

Medidas adotadas agora pelo Governo Federal, entretanto, neutralizam os efeitos da abertura do comércio internacional do algodão em pluma. Neste particular, destaca-se a linha especial de crédito do BNDES para a indústria têxtil adquirir o produto brasileiro, em condições similares às praticadas no mercado internacional. O governo do Estado assinou protocolo com a indústria que garante a compra de todo o algodão produzido no Ceará.

Para a comercialização do algodão em caroço foram melhoradas as condições do Empréstimo do Governo Federal sem Opção de Venda (EGF), com prazos agora de 240 dias e taxas de juros de 9,5% ao ano. O EGF estende-se também à indústria consumidora para compras do beneficiador que comprovar pagamento do preço mínimo. Neste particular, o preço mínimo de algodão em caroço passa para R\$ 7,00 a arroba, contra R\$ 5,52 na safra de 1995, com um aumento portanto, de 26% no período.

O Ceará é um dos poucos estados do Nordeste que aumentou a produção dessa importante fibra, com o apoio do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil. São 45% a mais em 1998, mesmo com a seca, em comparação com o ano anterior, sem contar a produção irrigada do segundo semestre. Neste caso, poderá chegar a 50.000 toneladas de algodão em caroço em 1998. Uma vitória contra a seca.

OS RESULTADOS DAS SAFRAS 2000/2001

A renda agrícola do ano 2001 foi estimada em R\$ 1,2 bilhão, dos quais cerca de 50% são originários da produção das lavouras, 48% da produção de animais e derivados e o restante da extrativa vegetal com 2%. A queda da renda total em relação a 2000 deverá ser de 21% em termos reais, bem inferior aos 61% das perdas quantitativas de grãos motivadas pela severa estiagem que ocorreu em 137 municípios do semi-árido e do litoral cearense.

Segundo os últimos levantamentos do IBGE, a produção de grãos do Ceará, em 2001, foi de 403 mil toneladas. Mesmo assim, isso significou a maior produção de grãos de todas as secas anteriores. Com esse resultado, fica demonstrado que as políticas adotadas nos últimos anos criou maior sustentabilidade agrícola.

A grande meta perseguida pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, desde 1995, tem sido também a melhoria da produtividade da terra para aumentar a renda média do trabalhador, sem provocar a emigração rural pelo desemprego tecnológico. Neste particular, os resultados são bem animadores. Basta assinalar que, no ano de 2000, quando a quadra invernososa foi de normalidade pluviométrica, a produtividade média de grãos atingiu 764 kg/ha, mais de 25% em relação a 1999 e a maior de todos os tempos no Ceará. Mesmo em relação à produtividade média da safra recorde de 1996, o ano de 2000 foi superior em 11% ao obtido naquele ano.

O maior destaque da safra de grãos em 2000 foi a produção excepcional de milho. Foram 635 mil toneladas, com o aumento de 43% em confronto com 1999. A intro-

dução generalizada do milho híbrido no Cariri e a adoção de novas tecnologias nas melhores áreas de cultivo do produto responderam por esses resultados. O acréscimo de produtividade média do Estado foi de 37%, mas, isoladamente no Cariri, esses níveis alcançaram mais de 50%. A Revolução Verde de Milho no México necessitou de dez anos para conseguir essa “performance”.

Nos municípios de Porteiras, Brejo Santo e Missão Velha houve registro de muitos agricultores com produtividades mais elevadas do que a média dos maiores produtores do Brasil e mesmo de outros países, como a Argentina e o Paraguai. Vale destacar, aliás, que a produção de milho do Ceará, no ano 2000, foi maior do que a soma registrada no Paraguai e Uruguai. No Nordeste, o Ceará foi o segundo maior produtor, superado apenas pelas duas safras da Bahia, mas superior ao Piauí e ao Maranhão, reconhecidamente com áreas vocacionadas para a produção de grãos da região Nordeste.

No tocante ao algodão, o Ceará tem motivos para comemorar: o plantio de mais de 100 mil ha no ano 2000, com a produção de 74 mil toneladas de algodão em caroço. Em comparação com o ano anterior, representou um aumento de 85% na produção. Poderia ter sido maior se não fosse o ataque do bicudo, que está sendo combatido com todas as tecnologias conhecidas.

Mesmo assim, a produtividade de 2000 avançou 11% em relação ao ano anterior e 126% comparada a 1995. Os melhores resultados foram obtidos com a introdução de novas variedades de CNPA-7MH do Centro Nacional de Algodão de Campina Grande. No do algodão semiperene (em substituição ao arbóreo do tipo mocó), o acréscimo foi de 233% na produtividade. Convém registrar, entretanto, que até 2000 foram plantados dessa variedade apenas 7 mil ha.

Quanto às outras culturas, a produção de arroz teve um aumento de 14,5%, com a produção de 148,4 mil toneladas, destacando-se o produto de sequeiro com incremento de 40%. A produção de feijão alcançou 197 mil toneladas, com um aumento de 3,7%. Ainda na categoria de grãos, mesmo se tratando de produtos de pequena expressão, as maiores elevações de produção foram de sorgo granífero, com 591,7%, e de mamona, com 460%.

A apresentação dos dados de produção do ano 2000 serve para demonstrar a capacidade instalada para produzir grãos no Ceará. O que se está pretendendo para o ano 2002 é buscar repetir os feitos dos produtores cearenses e que, com boas sementes, assistência técnica e crédito, são capazes de feitos históricos de produção de grãos.

É oportuno também registrar que as metas estipuladas para 2002 estão baseadas na demanda potencial de grãos do Estado, considerando consumo nas fazendas, mercado interno e possível exportação de milho para os estados vizinhos.

Para o ano 2002, o programa da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará distribuirá sementes para 100 mil agricultores do Programa Hora de Plantar. São 2.336.000 quilos de milho híbrido, milho variedade, feijão, algodão e arroz. No caso do algodão, será dado apoio e proteção contra o bicudo e a semente será deslindada. A produção de grãos do Ceará, no corrente ano, poderá ultrapassar um milhão de toneladas, como ocorreu no ano 2000.

DA ENXADA À MATRACA *

O Estado quer elevar o crescimento da agricultura cearense, que, nas últimas duas décadas, foi de apenas 1% ao ano.

O Secretário de Desenvolvimento Rural, Pedro Sisnando, quer retirar a enxada da vida do produtor rural cearense. A partir do próximo ano, a SDR vai financiar a compra de matracas, um equipamento manual que permite que o agricultor escave o terreno e, ao mesmo tempo, coloque a semente com um mínimo de agressão ao solo. Com o uso da matraca e de outros programas estaduais, ele pretende fazer com que a agricultura cresça a uma taxa anual de 5%. Nos últimos 25 anos, o setor avançou apenas 1% ao ano. Nas próximas semanas, Sisnando vai entregar ao governador Tasso Jereissati o projeto “Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará”, com diretrizes para a agropecuária estadual até o ano 2002. A seguir, os principais trechos da entrevista que ele concedeu à Gazeta Mercantil Ceará.

Gazeta Mercantil – O senhor está com o governador Tasso Jereissati desde 1995. Como foi liderar a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) neste período de estiagem que começou em 1997 e se estendeu até o ano passado?

Pedro Sisnando – Durante o período entre 1995 e 1998 tivemos dois anos de normalidade climática (1995-1996) e dois anos de anormalidade e dificuldades para a

* Entrevista concedida pelo Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará, Pedro Sisnando Leite, ao jornalista Janary Júnior., da Gazeta Mercantil-Ceará, em 29/março/1999.

agricultura (1997-1998). Em 1995, quando estávamos iniciando o governo, identificamos a necessidade de começar a trabalhar em duas frentes. A primeira era planejar melhor as metas e intenções do governo. Muitos programas importantes e interessantes estavam sendo realizados, mas eram carentes de um melhor detalhamento e coerência. A segunda frente foi a identificação de uma iniciativa para institucionalização do aparelho do Estado, permitindo o desenvolvimento da agricultura. Idealizamos programas, projetos, metas, mobilizamos recursos, mas percebemos que a estrutura organizacional do governo para a agricultura estava defasada. Ela não tinha sido modernizada e aparelhada para atender os objetivos que estávamos querendo alcançar. O fato é que não tínhamos uma instituição de extensão rural adequada para modernizar e dar um novo papel à agricultura. A EMATERCE estava em um processo de exaustão, com muitos problemas trabalhistas acumulados ao longo dos anos, problemas de desestímulo do grupo, falta de reciclagem, etc.

Dessa forma, propusemos a mudança total da EMATERCE. Extinguimos todos os escritórios municipais e criamos centros regionais para atender os escritórios, os chamados Centros de Atendimento ao Cliente (CEAC). Transferimos pessoas para o interior e equipamos os CEACs com veículos. Hoje contamos, aproximadamente, com 150 carros novos nesses centros. Outro ponto onde avançamos muito foi quanto à comercialização. A nossa central de abastecimento estava bastante depauperada, sem condições de desempenhar um bom papel no novo programa de desenvolvimento agrícola do Ceará. Mudamos toda a administração da empresa, fizemos um trabalho agressivo e ela transformou-se rapidamente. Ainda

este mês vamos inaugurar um novo pavilhão de três mil metros quadrados destinado à fruticultura.

Gazeta Mercantil – A seca deve ter sido um teste duríssimo para a SDR. Como o senhor avalia o comportamento desta estrutura montada a partir de 1995 diante da estiagem? O que poderia ter sido melhor?

Pedro Sisnando – Cada seca tem as suas características próprias. A estiagem do ano passado revelou que o Estado não tinha ainda estruturado uma estratégia de convivência continuada com as irregularidades climáticas. O governador Tasso Jereissati compreendeu muito bem isso e, por volta de setembro de 1997, quando já tínhamos os primeiros indicativos de que poderia ser mais um ano de anormalidades climáticas, começou a nos cobrar as iniciativas e programas que nos preparassem para essa realidade. Em outubro de 1997, aproximadamente, nos reunimos para idealizar um plano alternativo. Dentro deste plano, visualizamos que atividades agrícolas poderiam ser menos suscetíveis à questão da seca como a ovinocaprinocultura, o plantio de algodão e feijão precoce. Arquitetamos toda uma nova estratégia deste programa. A nossa idéia era enfatizar os projetos relacionados com a resolução dos problemas de água, como poços profundos, adutoras e pequenos açudes para acumular água. Enfatizamos também a eletrificação. Muitas comunidades possuíam até cursos de água próximos, mas não podiam desenvolver nenhuma outra atividade, senão a agrícola, porque não tinham como bombear ou industrializar a água. Rapidamente chegamos talvez a 600 ou 700 comunidades com energia elétrica e em três ou quatro meses conseguimos inaugurar energia elétrica em 1,4 mil comunidades durante 1998.

Gazeta Mercantil – Antigamente falava-se muito em combate à seca. Hoje a palavra é convivência. O que mudou ao longo do tempo?

Pedro Sisnando – Por volta de outubro de 1997, o governador nos mandou para a Austrália, onde melhor se criou uma metodologia e uma política de convivência com a seca. Eles têm secas generalizadas. Em cada dez anos, são sete anos de estiagem, mas a produção agrícola aumenta continuamente há 30 anos. Uma equipe formada por mim, técnicos da Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) e EMATERCE foi à Austrália e participou de uma reunião internacional com os 30 maiores cientistas do mundo nessa área de convivência. O governo criou um grupo especial para desenvolver novas estratégias de como enfrentar a seca permanentemente. Ainda este mês (março), tive uma reunião com esse grupo que vai apresentar ao governador os estudos decorrentes dos entendimentos e visitas feitas à Austrália. Já enviamos equipes de volta àquele país; os australianos também estiveram aqui. O projeto considera todas as alternativas de aproveitamento dos recursos naturais que podem ser economicamente viabilizados quanto a irregularidades climáticas, do ponto de vista do desenvolvimento de agriculturas resistentes, do treinamento dos agricultores para administrar adequadamente os seus recursos e do desenvolvimento de técnicas que possibilitem manter ao máximo a umidade do solo. O primeiro passo para a modernização é substituir a enxada pela matraca, equipamento mais apropriado ao plantio porque não fragiliza o solo e controla a quantidade de sementes e fertilizantes. No próximo ano, vamos colocá-la como parte do programa “Hora de Plantar”. O agricultor só recebe a semente se tiver também a matraca.

Gazeta Mercantil – A Secretaria vai distribuir os equipamentos? Quanto custa cada unidade?

Pedro Sisnando – A partir do próximo ano, pretendemos elaborar um programa de venda e financiamento

dessas matracas. Uma matraca moderna, que controla o grau de sementes e fertilizantes, custa cerca de R\$ 22,00. O equipamento simples, que é a que mais prevalece no interior, custa somente R\$ 12,00.

Gazeta Mercantil – A ênfase dada às culturas do algodão e do milho faz parte da estratégia de aproveitar essas culturas mais resistentes à estiagem?

Pedro Sisnando – São componentes. Estamos trabalhando de acordo com a situação. Convivência com a seca é isso. Em ano de seca adota-se uma estratégia de inverno e em ano de inverno utiliza-se uma estratégia de seca. Foi o que os australianos nos ensinaram. Aproveitar ao máximo os anos de chuva para conviver bem com o período de estiagem. Estamos enfatizando muito o aproveitamento de todo o potencial agrícola que um ano de normalidade climática oferece. Um deles é plantar milho híbrido em todo o Ceará. Ele nunca tinha sido cultivado no Estado. Nos Estados Unidos já é produzido há 75 anos.

Gazeta Mercantil – Qual a previsão da safra de milho para este ano?

Pedro Sisnando – As previsões ainda não espelham o que vai acontecer com a produção de milho. Contudo, estamos plantando essas variedades de alta produtividade. A nossa estimativa é que, seguramente, vamos ultrapassar as 500 mil toneladas. Em fevereiro de 1999 já está prevista uma produção de 532 mil toneladas numa área de 575 mil hectares.

Gazeta Mercantil – Isso é mais do que a avicultura consome. O que vai acontecer com o excedente?

Pedro Sisnando – O excedente vai atender o consumo interno de milho da suinocultura e de outros animais em geral. A idéia é que teremos milho para exportação. O setor avícola estima que, para que ele possa se abaste-

cer adequadamente, é preciso produzir mais do que as necessidades.

Gazeta Mercantil – E o algodão?

Pedro Sisnando – A cultura do algodão é mais complexa porque exige cuidados especiais do ponto de vista do plantio e do combate às pragas. Hora do Algodão é o programa e por finalidade introduzir uma nova variedade e proporcionar treinamento para os agricultores. O agricultor que planta milho tem uma assistência técnica rápida e mais experiência. Não estamos recuperando a cultura do algodão mas desenvolvendo uma nova cultura. Todos os jovens agricultores estão sendo treinados para plantar as novas variedades. O Programa envolve vários estágios, oferece assistência técnica, crédito no banco através do PRONAF e comercialização. Há um acordo com as indústrias têxteis do Estado do Ceará para a aquisição do algodão na época da safra.

Gazeta Mercantil – Já foi definido um preço mínimo para os maquinistas e para as indústrias?

Pedro Sisnando – Reunimo-nos para tratar deste assunto e, dentro de alguns dias, estabeleceremos o preço. A idéia, em princípio, é ter preço e qualidade internacionais para que o nosso algodão possa ser competitivo. Existiam muitas dificuldades devido às facilidades de financiamento e prazo para as importações brasileiras. As indústrias locais preferiam importar o produto estrangeiro com qualidade inferior mas com preço melhor. Essa situação já começou a mudar. A Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura estabeleceu uma nova sistemática de ajuda à indústria para aquisição do algodão com prazos e taxas de juros competitivas. No entanto, a quantidade de algodão que estamos plantando ainda é pequena porque há limitações por natureza

para a cultura do algodão. O problema é convencer o agricultor de que o algodão é cultura rentável, com segurança para a comercialização e tecnologia para o combate das pragas.

Gazeta Mercantil – O Brasil já foi um dos maiores produtores de algodão e, hoje, é o segundo maior importador, só perdendo para a China. No Ceará, o programa de estímulo ao algodão vai ter continuidade mesmo na seca?

Pedro Sisnando – Vamos continuar pois é um programa que está dentro de nova estrutura e de nova política. Os governos anteriores se equivocaram na política de produção do algodão. Estabeleceram a diretriz de compreensão do preço do produto ao mesmo tempo que favoreceram a importação internacional. Todo o sistema de crédito também foi desfavorável ao algodão. A prova disso é que a diminuição da produção do algodão não ocorreu só por causa da seca e do bicudo. Isso aconteceu em todo o País. Sabemos que, para combater o bicudo, temos de gastar pelos menos uns 100 quilos de algodão com caroço. Como a produtividade é de 200 quilos por hectare, o agricultor não pode retirar 100 quilos para combater o bicudo. Os governos anteriores, até mesmo o primeiro governo do Tasso Jereissati e do Ciro Gomes, tinham uma SDR dirigida para a recuperação da cultura do algodão, principalmente o mocó, sem muita perspectiva econômica.

Gazeta Mercantil – O senhor disse que este é um bom ano para a agricultura devido à volta das chuvas e à desvalorização do real. No entanto, essa mesma desvalorização aumentou o preço dos insumos como os defensivos. Como isso pode atrapalhar os planos da SDR de produzir um milhão de toneladas de grãos?

Pedro Sisnando – A agricultura está vivendo um momento muito apropriado devido ao aumento dos pre-

ços agrícolas e à restrição das importações, acarretando dificuldades de competitividade do produto de fora. Os insumos não são, neste momento, significativos, porque tivemos aumento dos preços agrícolas antes da elevação dos insumos. Essa elevação só deve repercutir na safra de 2000 e até lá teremos nos organizado. Além disso, a agricultura do Ceará não utiliza muitos insumos importados, pois existe aqui uma tecnologia mais simples de convivência com as pragas.

Gazeta Mercantil – E quanto ao crédito federal do PRONAF?

Pedro Sisnando – O PRONAF está, atualmente, funcionando a partir do Banco do Nordeste. Para a safra de 1999, houve um acordo entre o governo do Estado e o BN no sentido de que teríamos recursos garantidos para o programa de R\$ 50 milhões a fim de atender o pequeno agricultor. Há um mês, o Banco liberou cerca de R\$ 20 milhões. O Banco do Brasil, o mais importante agente financeiro do crédito rural do País, tem-se revelado, nos últimos meses, muito cauteloso quanto à concessão de crédito para a agricultura de sequeiro, estando mais aberto para financiamento da agricultura irrigada. Isso é um equívoco estratégico, pois no momento em que o BB estabelece critérios mais rigorosos de avaliação de rentabilidade, o risco, passa a ser descartado como elemento do negócio agrícola.

Gazeta Mercantil – Estamos assistindo a uma disputa dos Estados Unidos e da União Européia em relação à banana. Pode-se fazer agricultura sem subsídio?

Pedro Sisnando – Alguns estudiosos vêm analisando os países subdesenvolvidos e proponho mais profissionalismo e menos subsídios. Na verdade, temos de analisar qual o significado de subsídio, que não é um

atributo só da União Européia. Não há programa mais subsidiado no mundo do que a agricultura irrigada que existe no Nordeste. O governo constrói grandes barragens e reservatórios, estabelece os projetos de irrigação, os canais, desapropria as terras, constrói residências e centros comunitários, fornece assistência técnica, organiza cooperativas, ajuda na comercialização e combate as pragas. O agricultor entra somente com a cara e a coragem. As pessoas muitas vezes se acostumam com o paternalismo, a proteção e fazem distorção do que realmente significa subsídio. Tem de haver uma parceria, um compartilhamento das responsabilidades dos que fazem agricultura e dos que apóiam as iniciativas. A agricultura é o setor mais privado de todo o sistema econômico porque o governo não tem nenhuma prioridade, não produz nada. Ela precisa de ajuda, de interferência e apoio do Estado. É bom, contudo, que não fiquemos subjugados com expectativas de uma manutenção acima dos limites da capacidade do governo.

Gazeta Mercantil – Há quanto tempo não se registra um caso de febre aftosa no Ceará?

Pedro Sisnando – Estamos com um programa juntamente com o Governo Federal, através da Secretaria de Defesa Agropecuária. O governo tem-nos ajudado a montar cinco barreiras fitossanitárias e as Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal. São ao todo 18 unidades montadas estrategicamente com veterinários, agrônomos, computadores e carros oriundos da Secretaria da Fazenda para acompanhar a saúde preventiva dos rebanhos. Nas barreiras, controlamos o fluxo de animais doentes. A EMATERCE está vacinando em vários municípios com a participação dos pecuaristas. Decorridos 18 meses, não temos um só caso de aftosa, um registro ou identificação

de um foco da doença. Quando entramos, existiam, pelo menos, uns 25 focos e cerca de 300 animais estavam doentes. Estamos com problemas porque os recursos do orçamento da União de 1999 para defesa agropecuária foram deslocados para outros destinos. Permanecemos, contudo, lutando junto ao Governo Federal. O Ceará tem recursos do seu orçamento, cerca de R\$ 1,5 milhão para a defesa.

Gazeta Mercantil – De vez em quando surgem algumas críticas afirmando que o Governo do Estado esqueceu a agricultura em prol da industrialização. Como o senhor avalia essa afirmação?

Pedro Sisnando – É uma questão de políticas de desenvolvimento econômico. Nos últimos 50 anos, os países identificaram que a industrialização poderia ser um setor de dinamismo, transformação e aceleração do crescimento econômico. A modernização das economias, pelo desenvolvimento industrial, serviria como meio de propagação do desenvolvimento nas atividades setoriais menos modernas. Essa foi uma doutrina muito divulgada no Brasil. A agricultura não tem capacidade de crescer rapidamente. Segundo estudos que realizei na Universidade, a agricultura, no longo prazo, nunca cresceu, em nenhum país do mundo, mais de 3,4% nos últimos 200 anos. No longo prazo, nos últimos 25 anos, a agricultura cearense não cresceu mais do que 1%, apesar de todos os esforços. Então, a industrialização foi a lógica do desenvolvimento econômico. Chegou o momento de priorizar a agricultura para fazer com que ela acompanhe os passos do desenvolvimento econômico, seja uma força motriz e não um freio. Estou trabalhando a todo vapor num projeto chamado “Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará”, que vai ser levado ao governador para ser implementado no período de 1999-2002. Um dos objetivos que pretende-

mos alcançar é fazer com que a agricultura passe a crescer 5% a longo prazo, continuamente. O foco da SDR saiu da produção agrícola e do homem para o espaço rural como um todo. Os estudos mais recentes indicam que, nos Estados Unidos, por exemplo, a renda não-agrícola do agricultor está crescendo rapidamente, sendo que 43% da renda dos agricultores familiares não provêm de atividades agrícolas. Depreende-se daí que o agricultor não pode ter uma renda muito elevada somente com o apoio da agricultura.

ENFRENTANDO A INCERTEZA

Nenhuma atividade econômica pode suportar flutuações anuais nos níveis de produção como ocorre na agricultura cearense. À existência de excedentes, com queda nos preços, segue-se a escassez que não atende sequer à sobrevivência dos produtores, numa saga de euforia e sofrimento.

A agricultura de sequeiro geralmente é pouco estável em decorrência de vários fatores que o agricultor tradicional não tem como controlar. No caso do Ceará, temporariamente afetado por irregularidades climáticas, esse fenômeno assume características dramáticas do ponto de vista econômico e humanitário.

A despeito de sua complexidade, esse problema não é inevitável. Em praticamente todos os países hoje desenvolvidos, ele foi superado ou reduzido a limites administráveis. A solução veio da decisão política de que tal situação era incompatível com o desenvolvimento geral da sociedade e em face dos meios técnicos disponíveis para superar esse obstáculo ao progresso socioeconômico da população afetada.

Dentre os instrumentos para obter estabilização da produção das lavouras podem ser citados: irrigação, culturas mais resistentes à escassez de água e de ciclo curto, manejo dos cultivos, zoneamento agrícola e tantas outras soluções já praticadas por alguns produtores inovadores.

Os estudos e alternativas que estão sendo realizados pelo Projeto Áridas certamente oferecerão a base para a formulação de uma política consistente sobre esse grande desafio para o novo governo do Ceará: mais estabili-

dade da produção agrícola para reduzir a pobreza rural e criar estímulos ao investimento do setor privado.

A problemática dos recursos hídricos do Ceará já é bem conhecida em vista dos estudos realizados pelo DNOCS, Secretaria de Recursos Hídricos e por inumeráveis pesquisadores regionais.

Na opinião de muitos, o Ceará poderá ser um celeiro do Brasil e fonte significativa de divisas para o país se o problema de suprimento de água para a agricultura for plenamente solucionado. Em contrapartida, a fome, a estagnação do desenvolvimento industrial e a dramática escassez de água para consumo humano e animal serão inevitáveis se não forem realizadas grandes obras de construção de represas, estruturas de desvio de correntes, sistemas de canais e desenvolvimento de novas tecnologias para a extração de água subterrânea do cristalino. A recuperação de solos salinos ou prejudicados pelo sódio no processo de irrigação e práticas corretas de irrigação são tantas outras preocupações que precisam de ação conjunta de todos os órgãos do Estado e do Governo Federal. Este é um problema de interesse nacional que precisa ser conduzido com muita ponderação e influência política. É imprescindível a participação da comunidade, ao lado do Estado, pois é ela a verdadeira beneficiária desse projeto.

O CONVÍVIO COM AS MÁS NOTÍCIAS

As pessoas usam a água de diferentes maneiras. Em conseqüência disso, não há um acordo universal sobre a definição de seca. Para o meteorologista, a seca é um período de pouca chuva. Para o fazendeiro, é um período sem chuvas suficientes para suportar o desenvolvimento das culturas ou para o gado. Para o hidrologista, são os efeitos da falta de chuvas para os rios, barragens e subsolo. Do mesmo modo, para o economista, o sociólogo e outras pessoas. As definições podem ser diferentes também em outras circunstâncias. Por exemplo: anos sucessivos de seca ou uma série de anos normais com um intercalado de seca.

No caso do Ceará, seca é sobretudo a redução da quantidade de chuvas, com distribuição desigual no tempo e no espaço, acarretando uma redução generalizada da produção agrícola.

Assim, quem está nas cidades não sofre porque os alimentos vêm de outros estados, bem como os agricultores que praticam agricultura diversificada ou com outras rendas não-agrícolas.

No Ceará, cerca de 50% da renda total desse setor provêm do item animais e derivados; outra importante parcela decorre da fruticultura, tubérculos (mandioca), cana-de-açúcar e tantas outras atividades irrigadas. Considerando os projetos públicos e a pequena irrigação, cerca de 100.000 hectares de terras ajudam a enfrentar a seca.

Os dados elaborados pelo IBGE, com base no mês de março, indicam que o Ceará terá um aumento de 10% na produção de grãos, em comparação com os resultados

reais do ano 2000. Serão 1.139.798 toneladas produzidas no corrente ano, contra 1.039.190 toneladas em 2000. Em termos de renda, o valor atingirá 1,66 bilhões, dos quais 60% serão apropriados pela agricultura familiar.

Desse modo, caso se concretizem os dados fornecidos pelo IBGE, o Ceará terá uma das maiores safras de grãos de todos os tempos e uma produção do setor animal favorecida pela pastagem que cobre atualmente o Estado.

O último Boletim de Análise Climático da FUNCEME, de 2 do corrente mês (março de 2001), informa que os prognósticos de clima indicam que, em abril e maio, continuarão ocorrendo chuvas, mesmo com veranicos de menor duração. Além disso, as chuvas não serão interrompidas “bruscamente” no mês de maio. Em síntese: conjuntura climática normal, desempenho na produção de grãos superior ao do ano passado, aumento de 16% na produtividade com a utilização de melhores tecnologias.

A quebra mais acentuada da produção de grãos se restringe a alguns distritos de poucos municípios.

CRÍTICAS INJUSTAS

Um dos valores fundamentais do regime democrático é a liberdade de crítica. Desde que sejam justas e comprovadas!

No Ceará tornou-se moda criticar a agricultura dizendo-se que o setor está estagnado e sem política por parte do governo do Estado. A mais recente dessas opiniões afirma: "A produção agrícola do Ceará decresceu em 6,55% de 1992 a 1999, decréscimo só superado, no Nordeste, pelo Rio Grande do Norte e Paraíba."

Por se tratar de uma comparação entre dois pontos extremos, não é boa técnica de análise. Para mostrar o equívoco do articulista sobre o assunto, é oportuno mencionar que, na verdade, a agricultura do Ceará foi uma recordista de crescimento, nesse período, em todo o Nordeste. Em outras palavras, a variação do valor bruto da produção agropecuária foi de 19,4% positivo, entre 1992 e 1999. No mesmo período, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba tiveram resultados negativos de até 43,6%. A média do Nordeste foi de menos 3,9%. Analisando melhor estes dados, observa-se que a produção de grãos, isoladamente aumentou de 93% no Ceará entre 1992 e 1999. A produção do principal produto, o milho, elevou-se em 168%.

Vale salientar que as condições climáticas de 1999 não foram tão boas, mesmo sabendo-se que em 1992 também ocorreram problemas. O importante a esclarecer é que, devido a ações estratégicas de modernização adotadas pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, no ano de 1999, foi possível aumentar a produtividade do

setor de grãos. Assim, enquanto a produção média por hectare de grãos atingiu 317 kg/ha, em 1992, esse quantitativo elevou-se, no período, para 614 kg/ha, ou seja, uma melhoria de 92% nos índices de eficiência no uso da terra do Ceará.

Ao contrário do que foi propagado na imprensa local, podemos dizer que a agricultura do Ceará teve um excelente desempenho entre 1992 e 1999 e não um fracasso, como apresentado no comentário mencionado.

É oportuno esclarecer que o governo do Ceará tem um projeto abrangente para a agricultura. A publicação “Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará” apresenta todos os programas em execução no Estado: combate à pobreza, modernização da agricultura e serviços de apoio ao setor. Este plano foi elaborado com a participação de praticamente todos os setores políticos, empresariais e científicos do Estado. Milhares de exemplares desse plano foram distribuídos com parlamentares, lideranças do Estado, sindicatos e empresários.

Assim, não se pode dizer que o Estado do Ceará não tenha um plano para a agricultura. Pode-se não concordar com as políticas propostas, mas é falta de justiça negar sua existência.

A CONJUNTURA DA SAFRA 2001

A produção de grãos é um dos parâmetros utilizados tradicionalmente no Brasil para medir o desempenho do setor agrícola. É o que mais diz respeito à garantia alimentar da população pobre. Do mesmo modo é a base da sustentabilidade do emprego e da manutenção das populações dependentes da agricultura de subsistência no Estado.

O segmento mais importante da economia rural é a pecuária. Esta representa, em média, 50% de toda a renda gerada no Ceará. As lavouras permanentes também ocupam uma posição relevante, especialmente a fruticultura e a cana-de-açúcar.

O Plano de Safra de Grãos do ano 2001, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, tem como objetivo orientar o setor produtivo empresarial e da agricultura familiar na obtenção de resultados positivos para aumentar a produção, a produtividade e o emprego na agricultura. O governo do Estado atua em várias frentes, das quais se destacam o Programa Hora de Plantar, Milho Híbrido e o Programa do Algodão.

Todas as iniciativas de apoio ao produtor cearense contam com a parceria do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o Programa de Apoio à Agricultura Familiar. A EMATERCE é a executora, em grande parte, dessas ações.

A principal estratégia da Secretaria de Desenvolvimento Rural nessa safra é produzir o máximo nas terras aptas e estimular práticas conservacionistas. Foi adotado o zoneamento agrícola para o plantio de milho híbrido

nas melhores terras e de maiores precipitações. Outra realização da EMATERCE tem sido a modernização da agricultura de subsistência com sementes mais produtivas para a produção de grãos de qualidade e competitivos. Deu-se continuidade à difusão de plantadeiras manuais (matracas), com mais 20.000 unidades este ano.

Atendendo às solicitações dos sindicatos rurais e das associações de produtores do Estado foi iniciada, antecipadamente, a distribuição de sementes. O período de fornecimento de sementes foi alongado do final de dezembro no Cariri, Baturité e Ibiapaba até março último, e de fevereiro a março na zona Jaguaribana, Sertão Central e Inhamuns. Até a semana passada, com a retomada das chuvas nessas áreas, os agricultores estavam confiantemente fazendo seus plantios.

A meta era distribuir 3.170.000 quilos de sementes de milho, feijão, arroz e algodão, com o investimento de R\$ 5 milhões. Com exceção de algodão, toda a semente foi plantada até a semana passada. A falta de chuvas adequadas de pré-estação na região do Cariri causou perdas aos agricultores que, desafiando a sorte, plantaram grãos nas primeiras chuvas.

O resultado é que, mesmo com veranicos em alguns municípios, a produção de grãos do Ceará, em 2001, será de 1.139 mil toneladas. Com estes dados do IBGE, a produção estimada com base no mês de março será 10% superior ao ano 2000. Em comparação com as primeiras expectativas de fevereiro, há uma redução em relação ao mês de março. Mesmo assim, a produção de grãos para 2001, no Ceará, será recorde, de acordo com dados estatísticos oficiais.

PIOR É O CLIENTELISMO

Muitos historiadores e romancistas registraram as conseqüências das secas no Ceará e no Nordeste. São leituras obrigatórias sobre o assunto: José do Patrocínio, nos “Retirantes”. “A seca é o inverno para muita gente”, segundo ele. José Américo de Oliveira, em “A Bagaceira”, concorda com esse pensamento, afirmando que “a seca do pobre é o inverno dos ricos”. Já Rachel de Queiroz, no seu romance “O Quinze”, forja a expressão “indústria da seca”, referindo-se ao uso clientelista dos recursos destinados pelo governo federal às frentes de serviços e aos programas de emergência na época de seca. Graciliano Ramos traça imagens dramáticas em “Vidas Secas”, assim como Gileno de Carli no seu livro de análise dos efeitos sociais da seca em “A Maior Seca do Século”. Deve ser citado também Joaquim Alves em, “Histórias das Secas”. Para não referenciar todas as obras, vale destacar Rodolfo Teófilo, em “A Fome”, onde, ao observar tão grave problema, conclui que “a emigração é a única saída”.

Praticamente todos os escritores são de opinião que o governo deve apoiar os produtores durante esses eventos de seca. Isso deve ter em vista uma gradativa mudança nas tecnologias e práticas agrícolas adaptadas ao fenômeno climático. Aponta-se também a necessidade da adoção de sistemas de administração da produção e estocagem de alimentos, inclusive para os animais.

Acham os analistas do fenômeno que a pobreza na Região não resulta das secas, mas revela apenas uma situação de pobreza preexistente e de caráter estrutural. A

pobreza, segundo os historiadores, ocorre por falta de acesso aos meios de produção; a estrutura agrária é deficiente, falta saúde e, principalmente, educação.

Outra constatação revelada é que grupos diversos da população são afetados diferentemente. A categoria mais prejudicada é a dos produtores de grãos de subsistência, com pequena área cultivada. Há também os que ganham, inclusive os governos dos estados ou dos municípios. Estes recebem recursos do governo federal e os aplicam em obras públicas que não seriam realizadas sem essas transferências financeiras. Enquanto, no Nordeste, a seca é uma ameaça à sobrevivência das populações afetadas, no Sul do País, na Austrália e nos Estados Unidos é um prejuízo econômico que pode até ser compensado pela melhoria dos preços dos produtos em escassez.

Em outras áreas do mundo de clima desértico, árido ou semi-árido em zonas temperadas, a ocupação das terras, para fins produtivos e moradia, foi sendo realizada de conformidade com a capacidade de irrigação ou adaptação de sistemas agrícolas que permitissem a geração de emprego e renda. Exemplo disso é o que ocorre em Israel, na região do Neguev, no Arizona, Texas e Nebraska, nos Estados Unidos, na Austrália e na Espanha.

No Ceará, a alternância de anos bons de inverno com anos de seca ou precipitações suficientes para manter alguma atividade produtiva levou a população a instalar-se no coração do semi-árido, sobre a plataforma cristalina com água subterrânea salobra, sem condições de uso.

Outro fator de atratividade do processo de ocupação do território foi a existência de vales úmidos, aluviões com água no subsolo, serras férteis e várzeas, com

potencial de aproveitamento agrícola e exploração animal. Na verdade, a colonização cearense se fez, em grande medida, no rastro do boi, que se adaptou às pastagens nativas e à criação extensiva no Sertão e Inhamuns para a produção de carne destinada aos engenhos de Pernambuco e do próprio Ceará.

A NOVA EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ

A grande maioria da população rural do Ceará trabalha para manter-se a um nível de subsistência. Esta situação decorre de muitos fatores estruturais e circunstanciais.

Não há dúvida de que uma das causas disso é a falta de orientação técnica eficaz sobre como superar esses obstáculos. Seria injusto não reconhecer que muitos esforços foram despendidos para mudar tal situação. As ações empreendidas até agora, entretanto, pouco alteraram as condições de vida da população rural cearense.

O grande problema a resolver é como chegar aos agricultores e mostrar-lhes como ajudar-se a si mesmos. Isto por que o elemento mais importante para as mudanças requeridas é o próprio agricultor. Os modos de gestão devem ser orientados para a criação de renda e emprego e não para servir as estruturas existentes da fazenda.

Os serviços de extensão existentes no Nordeste tiveram suas primeiras sementes importadas do modelo utilizado, na época, nos Estados Unidos. Estas experiências de extensão rural, contudo, não poderão ser plenamente transplantadas como prevaleciam na origem. Daí porque, desde o início, a metodologia de assistência técnica adotado no Brasil apresentava deficiências de adequação às realidades locais.

O objetivo metodológico de transferir uma tecnologia moderna de ponta existente naquela época contrastava com as necessidades dos pequenos produtores que viviam numa agricultura tradicional e simples.

Os resultados obtidos dessa experiência não foram plenamente satisfatórios.

Nos últimos anos tem havido um renovado interesse no sentido de reorganizar o sistema de extensão rural tornando-o mais eficaz e orientado para a solução dos problemas que realmente entravam a modernização do setor tradicional e de subsistência. O novo enfoque adotado na atual reorganização da extensão rural do Ceará busca ensinar o agricultor a ajudar-se a si mesmo. O cliente, e não os problemas corporativos, passam a ser o centro da ação do sistema. Para uma maior eficiência, cada Centro de Atendimento aos Clientes (CEACs) define claramente o plano de ação para a sua área de atuação, coordenando os órgãos envolvidos e o público-meta. Assim, respeitando as prioridades do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural, são concentrados os esforços por áreas, produtos específicos e por grupos determinados de agricultor.

A estratégia de mudanças se apóia nos programas de capacitação que abrangem todos os níveis do quadro técnico e administrativo do sistema e dos agricultores contemplados no âmbito de atuação da extensão rural. A finalidade desse programa é dar a conhecer a todas as partes interessadas os problemas existentes e as soluções possíveis para cada caso. Os resultados finais terão como base a avaliação das atividades do sistema. Em outras palavras, a preocupação deve ser executar o programado, o qual é tarefa do extensionista e do agricultor, com o contínuo apoio dos organismos governamentais pertinentes.

As metas, naturalmente, devem ser estabelecidas com base no que é efetivamente possível de executar em face dos recursos e capacidade do pessoal técnico.

Os CEACs deverão instalar unidades de demonstração e promover viagens de estudos a fazendas-modelos próximas para melhorar a instrução do agricultor.

Certamente, para a execução desse tipo de programa é necessário que a equipe do sistema de extensão esteja dotada de uma nova visão e muita dedicação a sua missão de agente da transformação rural. Todos os esforços dos extensionistas deverão ser orientados para o agricultor. É ele que vai ganhar ou perder a batalha e é por isso que se deve dar-lhe todo o apoio e ajuda necessário. Este é o objetivo da Nova EMATERCE.

CRESCIMENTO DA AGROPECUÁRIA E O INVERNO

O bom inverno fez com que a produção da agropecuária cearense apresentasse um crescimento de 23% em 2002.

O Povo – 24/4

A agropecuária cearense vem evoluindo e melhorando a sua produtividade nos últimos anos, superando um longo período de estagnação iniciado na década de 70. O ano de 2002 foi mais um ano de produção recorde de grãos. O crescimento do produto agropecuário em 2002, de 23%, em termos reais, é um exemplo dessa tendência. Apesar da baixa participação do setor na estrutura de renda do Estado, quase 50% da taxa global de 1,91% do Produto Interno Bruto do Estado, em 2002, originaram-se da agricultura.

Desempenho das Lavouras em 2002

A produção de grãos superior a de 900 mil toneladas representou um acréscimo de 130% da produção do ano anterior. Isso corresponde a uma das maiores safras de grãos dos últimos 30 anos, juntamente com os anos de 2000 e 1994. Com o bom desempenho da pecuária e das culturas permanentes, os agricultores cearenses geraram uma renda, a preços correntes, de R\$ 1,5 bilhão, com 50% desse valor apropriado pela pequena agricultura familiar. Como foi pequeno o aumento na área cultivada, os incrementos de produção estão associados ao crescimento da produtividade, decorrente da adoção de melhor tecnologia e organização da produção no Estado.

Pedro Sisnando Leite

No caso do milho, que é uma cultura fundamental para a alimentação humana e para a pecuária, especialmente a avicultura, o Ceará tornou-se, nos últimos anos, uma referência nacional. Em relação a 1987, a produção de 2002 desse cereal dobrou, tornando-se no Nordeste o maior produtor depois da Bahia. Isoladamente, o Ceará produziu, em 2002, mais de duas vezes a produção do Maranhão e superou a produção conjunta do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Alagoas. Em relação ao início do programa de modernização da agricultura, em 1995, a produtividade total do Estado aumentou 30%, mas, no Cariri, esse ganho foi de 200%. Em municípios como Porteiras, Missão Velha e Brejo Santo, a produtividade chegou a 4.000 quilos por hectare, em média, contra 800 quilos no passado.

Fato notório a observar é que a produção de 2002, mesmo com muitas chuvas nos primeiros meses da quadra de inverno, foi muito irregular em todo o Nordeste. A maioria dos estados declarou situação de calamidade pública. Maranhão, Bahia e Alagoas tiveram queda de produção de grãos. No Piauí, as perdas foram superiores a 60%. No Ceará, a situação também foi de anormalidade na distribuição das precipitações em muitos municípios. Basta registrar que 14 municípios tiveram perdas de safra superiores a 60% e, por isso, foram declarados em estado de calamidade pública. O Ministério da Integração Nacional chegou a distribuir quase 100 mil bolsas-alimentação somente no Ceará. Outros 40 municípios tiveram perdas entre 40 a 60% e também receberam ajuda para abastecimento d'água com carros-pipas.

Contribuição da Produção de Animais e Derivados

É oportuno lembrar que a estrutura da renda do setor agropecuário do Ceará é constituído de, aproximadamente, 50% da pecuária, 40% de lavouras e o restante de extrativa vegetal. O segmento de grãos mais afetado pelas irregularidades das chuvas corresponde apenas a uma parte da lavoura, pois a outra se refere a produtos permanentes (frutas e leguminosas). Exemplo disso aconteceu no ano de seca de 2001, quando a queda na produção de grãos atingiu 60%, mas o decréscimo na produção agropecuária foi de apenas 16%.

A pecuária, que está mais adaptada ao semi-árido, apresentou, na verdade, um crescimento de 6%. É preciso considerar que, enquanto o cultivo de áreas com grãos ocupa, mais ou menos, um milhão de hectares, as pastagens naturais se estendem por 2,4 milhões de hectares. As precipitações de 600 ou 700 mm de chuvas, que ocorrem em ano de anormalidade climática, são suficientes para manter a pastagem para o gado, mesmo que a produção de cereais seja afetada, como ocorreu em 2001 e 2002. Convém lembrar também que esse segmento foi muito beneficiado pelos programas de construção de açudes e interligação de bacias, aumentando a oferta de água para consumo animal. Além disso, com a perenização de quase 2.000 km de rios do semi-árido cearense foi possível aumentar a instalação de capineiras e a produção de forragens verdes. Nos últimos anos, não ocorreu a transferência de gado foi transferido para os estados do Maranhão ou do Piauí, como acontecia no passado, com grande perda de peso e produção de leite. A pequena irrigação de apoio à produção de alimentos para a pecuária também é outro fator de estabilização no desempe-

nho do setor. Com essa finalidade, existem hoje cerca de 50.000 hectares. Outra iniciativa para dar maior estabilidade ao crescimento do setor tem sido o programa de formação de silagem da EMATERCE, para alimentação do gado na entressafra.

O Ceará tornou-se o segundo maior produtor de leite do Nor-deste, em média 360 milhões de litros/ano, apesar de a produtividade por vaca em lactação ser baixa. Quanto ao rebanho bovino, caprino e ovino, o Ceará encontra-se em segundo ou terceiro lugar, perdendo apenas para a Bahia e o Maranhão. Outro aspecto importante a lembrar é que o parque avícola cearense é o segundo do Nordeste e representa 25% da renda pecuária. Como se sabe, a produção dessa atividade não depende do inverno. Assim, em ano de seca ou inverno, o ritmo de produção da avicultura depende do mercado e não das chuvas.

Em resumo, o que estamos tentando explicar é que, no Ceará, os efeitos das variações de renda do setor agropecuário estão associados a vários fatores e não às chuvas unicamente, como alguns críticos do governo fazem crer.

Monitoramento das Chuvas e da Umidade do Solo

A FUNCEME e a Secretaria de Desenvolvimento Rural estão realizando, desde 1998, um acompanhamento sistemático das chuvas e da umidade dos solos em praticamente todos os municípios do Ceará. Durante o período de plantio e desenvolvimento das culturas, diariamente é elaborado um quadro e um mapa da situação agroclimática do Estado. O programa de sementes da SDR, por exemplo, segue rigorosamente um calendário de modo que os agricultores são orientados a plantar no momento

mais adequado. Daí por que o programa é denominado de Hora de Plantar. Os técnicos da EMATERCE são treinados para, em linguagem apropriada, transmitirem as informações climáticas aos agricultores. Todos esses dados são repassados em tempo real pela melhor rede de microcomputadores do sistema de assistência técnica do Nordeste.

Planejamento das Atividade do Setor Agropecuário

Os resultados, como os de 2002, foram obtidos com muitos esforços, estratégias deliberadas e planejamento. Com esse objetivo, foi executada, em 1995, uma reestruturação organizacional e criado o Sistema Estadual da Agricultura, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Rural, trabalhando de acordo com um único plano de ação.

A EMATERCE, que mantinha até então 40% de seu pessoal em Fortaleza, foi totalmente interiorizada, com a criação de 80 centros regionais de atendimento aos clientes. A cobertura de assistência, que era de 2% dos agricultores, segundo o Censo Agropecuário de 1995, passou, em 2002, para 30%, correspondendo a uma das maiores proporções de todo o País. Anteriormente a assistência técnica era proporcionada, no passado, individualmente, com baixo nível de adoção tecnológica. Com a nova metodologia grupal ou comunitária e por programas, o grau de efetividade melhorou de maneira considerável. São cerca de 500 pessoas treinadas e capacitadas para ensinar o agricultor a produzir melhor. Atualmente, a empresa possui uma frota de 150 carros novos e um amplo parque de microcomputadores distribuídos no interior e interligados à SDR pela internet ou fibra ótica.

Um detalhado plano de ação foi preparado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, onde a EMATERCE

fundamentou seu plano de atividades. No caso da produção de grãos, por exemplo, as diretrizes são de produzir o máximo nas terras de sequeiro mais aptas e realizar a modernização da agricultura de subsistência por sementes mais produtivas. Somente esse programa atende mais de 100 mil agricultores anualmente. A CEASA, empresa de apoio à comercialização vinculada à SDR, foi modernizada e duplicada a sua área de pavilhões para a venda direta dos produtores, com a eliminação dos perversos esquemas de intermediação que desestimulavam os pequenos produtores. Em 2002, foram comercializadas, nessa Central, 350 mil toneladas de produtos hortigranjeiros.

Como apoio ao agricultor sem terra, foram adotadas várias iniciativas: a modernização do Instituto de Desenvolvimento Agrário e a criação de novos programas de reforma agrária solidária, em complemento ao programa clássico de responsabilidade do INCRA. O Governo do Estado liberou verba de US\$ 10 milhões para essa finalidade, com o apoio posterior do Governo Federal e do Banco Mundial para um amplo programa que se estendeu a outros estados do Nordeste. Os beneficiários desse programa receberam todas as condições para conviverem com o semi-árido e não dependerem das condições climáticas adversas.

Finalmente, não se pode ignorar a produção agrícola do Estado oriunda das áreas irrigadas e que, em 2002, estavam sob a orientação da Secretaria de Agricultura Irrigada. São 60.000 hectares dos setores público e privado que produzem até duas safras por ano, aumentando, assim, a estabilidade do processo produtivo agropecuário do Ceará.

MILHO É SUCESSO NO CEARÁ

A produção de milho no Ceará alcançará 942 mil toneladas em 2003, segundo cálculos do IBGE. Nos últimos anos, o Ceará tornou-se destacado produtor desse grão, essencial à pecuária, especialmente à avicultura que muito depende dessa ração. Em 2003, o Ceará bateu novo recorde de produção, apenas superado em 27%, no Nordeste, pela Bahia, que conta com duas safras anuais e cultivo irrigado no cerrado.

Para formar uma idéia melhor da importância atual do Ceará como produtor de milho, basta mencionar que a safra de 2003 será duas vezes e meia superior a do Maranhão, considerado o Estado de maior potencial para essa cultura no Nordeste. Mas o grande feito do Ceará é produzir mais do que o conjunto dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que esperam colher 781 mil toneladas. Outra comparação digna de registro é que a produção de milho na região do semi-árido cearense, em 2003, é superior à produção de toda a região Norte do país (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins).

Outro dado importante é que a produção do corrente ano (2003) será a maior de toda a história da agricultura do Ceará. Em comparação com o ano anterior, será superior em 49%, quando já aconteceu uma grande safra.

A produção média do período 1990-1994 foi de 236 mil toneladas, subindo nos anos de 1995-99 para 332, com o novo programa de milho como carro-chefe da produção de grãos do Estado. Em 2000-2002, mesmo com a seca em 2001, esse volume alcançou 612 mil toneladas. Ou seja,

o incremento entre a fase anterior e a do corrente ano atingiu 300%!

Com esses resultados, o Estado passou a ser auto-suficiente e gerou um saldo para exportar de 252 mil toneladas. A estimativa das necessidades internas do Estado são de 450 mil toneladas para ração, 130 mil para consumo animal nas fazendas, 90 para consumo humano e 20 para sementes e desperdícios.

Outro aspecto importante a assinalar quanto ao milho são os avanços na melhoria da produtividade de pequenos estabelecimentos, com elevada percentagem de plantios consorciados com feijão ou outras culturas. Atualmente, a produtividade do milho no Ceará ultrapassa a de todos os estados do Nordeste, com exceção da Bahia, pelos motivos já comentados. Estima o IBGE que a produção média do Ceará, por hectare, será de 1.324 quilos em 2003, com elevação de 47% em relação ao ano anterior. A produtividade média de 1980-1994 atingiu mais ou menos 400kg por hectare, passando para 630 no período de 1995-99, com o início da modernização da cultura. Nos anos de 2000-2002, mesmo com a seca de 2001, elevou-se para 772. Assim, ocorreu um salto de produtividade de três vezes ao obtido antes do referido programa.

Os dados comentados são, em média, para todo o Estado. Mas nas áreas de maior vocação para a cultura, como o Cariri, os resultados são impressionantes. A média atual dos principais municípios produtores como Porteiras, Barbalha, Missão Velha, Brejo Santo, Nova Olinda, a produtividade média é de 3.000 a 4.000 mil quilos por hectare. Mesmo com uma grande seca e perda de 50%, o agricultor ainda colherá cinco vezes mais do que obtinha em ano de precipitações normais. Isso poderá significar, em relação ao passado, uma estratégia de risco calculado no convívio com o semi-árido no Ceará.

Outra iniciativa importante foi a adoção do zoneamento agroclimático do milho e sorgo, definido pela EMBRAPA.

O zoneamento agroclimático dessa lavoura no trópico semi-árido é fundamental para evitar perdas dos agricultores. A determinação das áreas geográficas apropriadas para o cultivo do milho leva em conta a adaptabilidade climática e os fatores solo, declividade e uso atual da terra. O milho nos trópicos semi-áridos de clima úmido-seco produz o máximo dentro de uma faixa de 600 a 800mm de pluviosidade, durante o seu ciclo vital de aproximadamente 120 dias.

Um esquema de zoneamento geral dessa cultura foi elaborada pela EMBRAPA de Sete Lagoas (MG) em atendimento ao Convênio de Cooperação Técnica celebrado com a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ceará. O objetivo desse estudo é reduzir os riscos climáticos das diferentes regiões do Estado do Ceará e definir as melhores épocas de plantio de milho. Com essa finalidade, a EMBRAPA fez uma análise da distribuição frequencial da precipitação e o balanço hídrico para períodos de 5 dias.

Nesses modelos utilizaram-se os dados de precipitação diária de 15 anos em 257 estações e evapotranspiração de referência pelo método Pennam Monteith. Os coeficientes culturais foram determinados a partir de dados médios de um ciclo de 90 dias. As disponibilidades de água nos solos foram agrupadas em níveis de armazenamento de 20, 40, 60mm, de acordo com a textura e classe do solo. As simulações das épocas de plantio por regiões foram feitas a cada 10 dias entre 1º de dezembro e 31 de maio, que são os períodos extremos de semeadura de milho no Ceará.

Com esse zoneamento torna-se possível, pela primeira vez no Ceará, conhecer previamente as condições

de semeadura do milho levando em conta se as condições são favoráveis, intermediárias ou desfavoráveis.

No tocante ao apoio direto do governo do Estado, foram distribuídas com os produtores de milho mais de 1.000 toneladas de sementes de híbridos e 600 toneladas de variedades de alta produtividade, além da venda de muita semente pelas empresas do ramo. O Ceará, aliás, é pioneiro na produção de sementes de excelente qualidade de híbridos adaptados às condições locais e aprovados pela EMBRAPA.

Além disso, foram difundidos novos tratamentos culturais para a cultura, com definição de espaçamentos mais densos, com o uso da matraca e treinamento dos produtores nas novas tecnologias do milho. O Programa Hora de Plantar distribuiu, nos últimos anos, 60 mil plantadeiras manuais (matracas) que ajudaram no aumento da produtividade da mão-de-obra e no melhor aproveitamento das sementes.

No ano de 2003, foi também muito importante a adoção do Seguro Safra pelos 183 mil produtores. Estes se sentiram mais confiantes em plantar sem receio de uma seca, pois seriam indenizados pelas eventuais perdas.

A AGRICULTURA DEPENDE DAS CIDADES

O padrão de desenvolvimento econômico do mundo ocidental foi caracterizado por uma constante transferência de população do quadro rural para os centros urbanos. Países como Estados Unidos e Reino Unido têm atualmente apenas 2% do emprego rural, sendo que, mesmo assim, estes trabalhadores recebem apenas 60% de renda da agricultura. O restante da renda provém de atividades não agrícolas. Este fenômeno esteve associado ao progresso tecnológico da agricultura, que reduziu as necessidades de mão-de-obra. Por sua vez, a indústria que se localizou nas cidades oferecia novas oportunidades de emprego às populações provenientes da área rural. O equilíbrio desses dois fatores permitiu a existência de um fluxo migratório do campo para as zonas urbanas, com melhoria das condições de vida para toda a população.

Nos países atualmente em desenvolvimento, a história do êxodo rural e da urbanização está sendo diferente do passado. O esforço de desenvolvimento industrial urbano não tem sido suficiente para absorver a mão-de-obra que vem do campo para as cidades. Enquanto isso, as emigrações rurais se fizeram à custa da estagnação da agricultura. É paradoxal, mas estudos do Prof. M. Dotaro sobre o assunto mostram que a criação de mais empregos urbanos leva a níveis mais altos de desemprego urbano. Ou seja, para cada emprego criado, poderão se deslocar para a cidade dois ou três migrantes que estavam em áreas rurais. O êxodo, no entanto, é determinado por motivos econômicos, financeiros e psicológicos.

Os problemas fundamentais da pobreza e da crescente desigualdade, desse modo, têm origem na estagnação da vida econômica nas áreas rurais. Com o rápido progresso tecnológico no setor de manufatura e nos serviços, poderá ocorrer também redução das necessidades de mão-de-obra nessas atividades.

A despeito dos problemas e desafios, as cidades continuarão crescendo, razão por que fracassaram todos os esforços históricos para impedir que isto aconteça ao redor de todo o mundo. Agora, é generalizadamente aceito que a urbanização não só é inevitável, mas é um fenômeno positivo. As cidades existem porque oferecem oportunidades e promessas de uma vida melhor para seus habitantes. Nelas é possível integrar, com o máximo de resultado, os recursos humanos, econômicos e tecnológicos.

As cidades, funcionando bem, são uma pré-condição para o de-senvolvimento rural. Daí por que os demógrafos e planejadores do mundo menos desenvolvido estão convictos de que é uma urgente necessidade a adoção de um novo modelo de urbanização rural. Seria levar os povoados e as cidades para o campo, a fim de evitar o êxodo para as grandes metrópoles.

CRESCIMENTO DESIGUAL

O crescimento da renda do Nordeste do Brasil, em termos total e “per capita”, tem sido exemplar pelos padrões internacionais.

O desempenho do setor industrial, o aumento da geração de divisas e outros indicadores macroeconômicos seguiram idênticas tendências. Os resultados obtidos nesse processo de crescimento econômico não foram, entretanto, os mesmos no tocante à melhoria dos indicadores sociais, especialmente os dependentes das atividades agrícolas.

Na verdade, o que tem acontecido no Nordeste é um mal desenvolvimento, subsistindo os principais problemas de desigualdade e de pobreza absoluta. Dentre as características desse subdesenvolvimento industrializado, destacam-se a excessiva concentração da terra em mãos de poucos, baixa produtividade agrícola, excesso de gente nas micros propriedades, desnutrição e analfabetismo elevados. A falta de oportunidades de emprego no campo e nas cidades é outra disfunção da grave situação da economia nordestina. A crise agrária, além disso, tem motivado um processo de emigração descontrolado da população do campo para as cidades, com prejuízos econômicos e sociais para ambos.

Há necessidade, por isso, de reorientação do poder político e social com vistas a transformações estruturais de ordem econômica, social e institucional para a adoção de um novo estilo de desenvolvimento mais harmônico e mais eqüitativo do que atualmente em curso no Nordeste.

As diretrizes e princípios que devem orientar o desenvolvimento econômico precisam tomar por base a

melhoria individual e social do padrão de vida de toda a população, especialmente dos pobres e da zona rural, ou seja: conseguir a redução da mortalidade infantil, reduzir o analfabetismo, melhorar os padrões alimentares e as condições habitacionais, incrementar a produção e a produtividade do setor agrícola, melhorar os serviços de apoio à produção e modernizar toda a sociedade.

As medidas sugeridas objetivam gerar um processo econômico segundo um clima de interesses comuns de toda a população e uma melhor disseminação do desenvolvimento no território, com ênfase nas zonas rurais. Neste contexto, será necessária também uma reorientação do processo de industrialização para utilizar os recursos regionais e o aproveitamento dos mercados locais.

Finalmente, torna-se indispensável a reforma do Estado e a participação econômica, social e política do setor privado e dos diversos segmentos da sociedade no processo de desenvolvimento econômico em benefício de todos.

O PROJETO (SÃO JOSÉ) QUE AJUDA OS POBRES DO CEARÁ

E screvo este artigo estimulado pela recente publicação do estudo do Banco Mundial sobre “Estratégias de Redução da Pobreza no Ceará” e os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios do IBGE (PNAD). Com base nesses documentos, tornou-se possível comprovar que, na década de 1992-2002, ocorreram no Ceará avanços simultâneos de desconcentração da renda e melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano. Ou seja, crescimento da renda mais acelerado do que o Nordeste e o Brasil, mais educação dos analfabetos, melhor saúde e aumento na expectativa de vida devido à queda nas taxas de mortalidade. Esses resultados são animadores, pois as políticas com esses objetivos têm sido decepcionantes nas últimas décadas, tanto no Brasil como nos países subdesenvolvidos.

Mesmo assim, o Ceará continua entre os estados mais pobres do País, pois ao lado das conquistas comentadas subsistem regiões e setores da sociedade que ainda não foram contemplados pela rede de investimentos em infraestrutura e serviços sociais. A pobreza rural, por exemplo, tem sido o maior desafio, pois cerca de 70% dos seus habitantes ainda estavam abaixo da linha da pobreza. As ações estratégicas para o alívio da pobreza rural na última década foram centradas na questão do capital humano (saúde e educação), no aumento da produção e da produtividade e na redução da vulnerabilidade às secas, através dos recursos hídricos, irrigação e Seguro Safra. Segundo os estudos do Banco Mundial, citados antes, o projeto de maior sucesso nesse particular, contudo, foi o Projeto de Combate à Po-

breza, criado em 1995 com o nome de Projeto São José, pois desde 1987 já vinha funcionando com outra denominação, apoiado pela referida instituição financeira internacional.

Na verdade, esse Projeto tem sido notável e eficaz, segundo todas as avaliações técnicas externas; 90% da opinião pública cearense foi pesquisada! Vale registrar que, no período de 1995 a 2002, foram aplicados recursos de R\$ 235 milhões. Isto permitiu acesso dos pobres do quadro rural à infra-estrutura básica, atividades produtivas e sociais. Foram atendidas mais de 6.000 comunidades rigorosamente selecionadas, com 358 mil famílias. Isso significa 68% de toda a população residente no campo e em vilas até 1.500 famílias de 177 municípios do Estado.

Aspectos relevantes das avaliações levadas a efeito ao longo dos anos são de que os investimentos realizados pelo Projeto São José são eficientes e bem direcionados. Por essa razão, os serviços são executados a um custo bem mais baixo do que outros procedimentos tradicionais. O Projeto São José, de fato, adota um mecanismo de implementação ágil que leva rapidamente recursos para aos beneficiários. Um dos papéis importantes desse Projeto tem sido o estímulo à criação de associações e à geração de capital social, ou seja, melhoria na governança local. O referido Projeto adota um modelo de ação pública sem dependência e muito democrático. Ele possibilita a voz local, afirmam as lideranças comunitárias.

O Projeto São José, como se pode ver na prática, combate o clientelismo e o paternalismo sem reciprocidade. Para mim, trata-se de um embrião de uma nova estratégia de combate à pobreza e de desenvolvimento rural, com cidadania. Deveria ser estendido a todo o País, como foram os programas de Agricultura Familiar, Reforma Agrária Solidária e Seguro Safra, os quais tiveram o Ceará como berço.

A QUESTÃO REGIONAL REVISADA

A adoção de políticas de desenvolvimento regional nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos obteve importância na década de sessenta. Dentre a numerosa lista mais conhecida de programas com essa finalidade, destacam-se os planos de desenvolvimento para o Vale do Cauca, na Colômbia; vários projetos situados no Vale do Domar, na Índia; em Puebla, no México; no Mezzogiorno, na Itália; em Badajoz, na Espanha, e em Larisch, em Israel.

O debate técnico e o interesse político sobre desenvolvimento regional, no entanto, tem arrefecido nos últimos anos no Brasil, especialmente no âmbito acadêmico das universidades. Estão novamente em moda as idéias do professor Albert Hirschman de que “a desigualdade de crescimento é uma condição inevitável e concomitante ao próprio crescimento”. Roberto de Oliveira Campos e Delfim Netto retomam, por sua vez, o argumento de que se deve concentrar o maior volume possível de investimentos nas áreas mais adiantadas a fim de que esses “recursos se multipliquem rapidamente para permitir distribuição mais abundante no futuro”. O professor J.G. Williamson, em seu trabalho “Desigualdade Regional e Desenvolvimento Nacional” também ajuda a reforçar essa opinião. Acha ele, que em lugar de divergências nos níveis inter-regionais de desenvolvimento, a convergência torna-se a regra, com as regiões atrasadas fechando a brecha de desenvolvimento que há entre elas e as regiões já industrializadas.

Este argumento, entretanto, não tem respaldo consistente na experiência histórica do processo de desenvolvimento econômico mundial.

Em muitos países atualmente industrializados, por exemplo, ainda são registradas acentuadas disparidades entre áreas menos favorecidas e o resto da economia, especialmente quanto ao padrão de vida e às perspectivas de progresso tecnológico.

Segundo o Prêmio Nobel de Economia, Gunnar Myrdal, mesmo em países como os Estados Unidos da América e Suécia, onde diversas condições vantajosas para o crescimento econômico estiveram presentes, o desenvolvimento econômico não ocorreu de modo geral e simultâneo em todas as regiões. Na verdade, muitos estudos acadêmicos demonstram a subsistência de grandes problemas regionais durante o processo de crescimento econômico desses países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a região Sul esteve atrasada em relação a outras regiões até recentemente. O mesmo ocorreu com extensas áreas na Nova Inglaterra que, até o presente, não conseguiram emergir com a mesma plenitude de outras regiões do Norte.

Segundo estudos da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), todos os países dessa comunidade europeia possuem regiões que não têm participado integralmente do desenvolvimento nacional, subutilizando recursos, especialmente mão-de-obra.

Em vista disso, os países da OCDE, nas últimas décadas, passaram a reconsiderar o desenvolvimento regional como um dos elementos indispensáveis nas suas políticas de desenvolvimento econômico. A renovada atenção nesse problema objetiva neutralizar as forças centrípetas inerentes ao desenvolvimento econômico e

tecnológico que tendem a alargar as diferenças entre partes de um mesmo país. Entre cidades e o campo, entre as próprias cidades, criando tensões e distorções no processo de crescimento harmônico.

Muitos fatores negativos têm contribuído para que ocorra esse fenômeno de desenvolvimento desigual, valendo destacar a escassez de recursos naturais, climas desfavoráveis e outros elementos geográficos e históricos. Esses fatores adversos levam ao surgimento de outras condições negativas tais como a inadequação dos serviços sociais e de infra-estrutura.

As políticas setoriais no Brasil, afirma o Prof. Thompson Almeida, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais, “tem sido um impacto diferencial nas taxas de crescimento econômico das regiões”, um efeito acumulativo no Sudeste e Sul e empobrecimento relativo do Norte e Nordeste.

Em suma, este debate sugere que os políticos, governantes e planejadores do Brasil precisam estar conscientes de que as disparidades regionais poderão aumentar se não forem adotadas políticas diferenciadas para neutralizarem tais tendências. Não se trata de considerar o Nordeste isoladamente do seu contexto nacional, mas da adoção de estratégia de ação regional para fazer frente aos problemas das áreas subdesenvolvidas.

CORRER PARA ULTRAPASSAR O ATRASO

As propostas de criação de um melhor estado livre de toda tensão social e inquietude, idealizadas por alguns economistas e filósofos, têm sido consideradas como obras de exóticos intelectuais. São os chamados “utópicos”, ou seja, “irreais”.

As utopias, entretanto, como afirma François Perroux, têm sua função referencial e social. De fato, descobrir o que desejamos ser e como alcançar esse objetivo deveria se constituir na principal preocupação de nossos cientistas, políticos e intelectuais. Já no século XVII eram grandes as especulações sobre desarmonias sociais e as inovações tecnológicas. A questão do “para onde?” do desenvolvimento social dessa época segue-se nos séculos XVIII e XIX, quando a discussão passou a ser como realizar o progresso tecnológico e econômico. Esses dois períodos foram bastante semelhantes no tocante às lutas ideológicas.

Agora, no final do século XX e início do novo milênio, renova-se o desafio de busca de um novo estilo de progresso para a sociedade. Enquanto, no passado, pensava-se na introdução da máquina como força invisível do desenvolvimento, temos, agora, como alavanca o “chips” da eletrônica computacional.

No Brasil, com o novo governo, abre-se uma excelente oportunidade para a concretização de uma “utopia” almejada não por intelectuais, mas pelas massas populacionais marginalizadas: participação nos resultados da aplicação dos conhecimentos científicos e das conquistas tecnológicas da informática. Em outras palavras, a quebra

dos grilhões do desemprego e da pobreza abjeta a que foram levados pelo atual modelo de desenvolvimento desigualitário brasileiro. É o momento da opção, como muito bem diz o senador Sérgio Machado, entre o “atraso ou a ousadia de um novo projeto”. Espero também o impossível, comenta o jornalista Marcelo Pontes: “que Fernando Henrique promova revoluções por toda parte”.

“É a sua vez Brasil”, profetiza o futurólogo John Naisbitt. No seminário “O Futuro Chegou”, replica Peter Drucker, gênio da administração estratégica, o Brasil precisa trabalhar rápido para recuperar o atraso e alcançar os outros países já desenvolvidos. E o Ceará? Nem se fale...

Nosso Estado, onde já floresce um exemplo de desenvolvimento único num País em crise, vai certamente entrar na história como detentor de um novo modelo de desenvolvimento equilibrado. Comprometido com a real melhoria das condições de vida da população até agora excluída dos benefícios do progresso de uma sociedade mundial em transformação. Qual a garantia? Esperem... Confíem e participem dessa revolução que não é apenas do novo governo, mas nossa!

DIRETRIZES PARA REDUZIR A POBREZA RURAL

A experiência de crescimento econômico com elevado custo social do Nordeste indica que há necessidade da adoção de um novo estilo de desenvolvimento mais equilibrado. No caso específico do Nordeste, o problema da produção agrícola e da terra se agravaram de tal modo que se constitui hoje o mais sério obstáculo ao desenvolvimento econômico regional, juntamente com a educação básica, que precisa ser priorizada.

A reforma agrária parece ser a opção para prover a base das transformações econômicas e sociais reprimidas pelo modelo de subdesenvolvimento econômico concentrador. Mas uma reforma agrária integral, destinada à efetiva modificação das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, complementadas pelos serviços de apoio fundamentais, de modo que a terra se constitua, para o trabalhador rural, a fonte de sua estabilidade econômica, bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade. O minifúndio precisa ser contemplado nessa política.

Outra diretriz fundamental é a organização comunitária como instrumento apropriado para transformar a população pobre e analfabeta em colaboradora ativa da política de desenvolvimento do campo. Do mesmo modo, a industrialização rural é uma estratégia vital para atender o problema crítico da urbanização metropolitana e contrabalançar desequilíbrios sociais e econômicos gerados pelo processo de crescimento desequilibrado. O fortalecimento das cidades pequenas pode estimular também um desenvolvimento mais balanceado e também

para proporcionar às zonas rurais os mercados e serviços necessários, instalações de educação e atenção de saúde.

A construção de um novo modelo econômico mais equitativo e de satisfação das necessidades essenciais da população rural depende do progresso tecnológico para o aumento da produtividade dos lavradores pobres e tradicionais. O alcance desse objetivo não é fácil, nem rápido, conforme a própria experiência do Nordeste tem demonstrado. Em vista do crescimento da população e a grande margem de subemprego e desemprego, a solução compatível é a produção de tecnologia intermediária para a microindústria e a pequena produção agrícola, com a finalidade de criar emprego e utilizar melhor os recursos naturais locais. Neste contexto, a agricultura familiar, representa a opção capaz de oferecer um desenvolvimento rural com maior justiça social e eficiência produtiva. A grande propriedade tem um importante papel a cumprir no crescimento econômico, mas não tem solucionado as dificuldades da população rural pobre.

A diretriz básica do modelo de desenvolvimento rural, aqui sugerida, visa transformar a agricultura e resolver problemas econômico-sociais da comunidade do interior, segundo padrões de justiça social o mais equitativo possível. Este enfoque, como explica Raanan Weitz, fundamenta-se em três pressupostos: 1) crescimento agrícola como chave do desenvolvimento rural; 2) desenvolvimento da agricultura simultâneo com os setores industrial e dos serviços; 3) ênfase nas forças sociais como elemento do processo de desenvolvimento rural.

A chave desse enfoque é criar oportunidades produtivas nas próprias zonas rurais, inclusive nas pequenas cidades do interior, que devem funcionar como centros de serviços e de apoio à produção. Na prática, é oportuno

relembrar: a agricultura é parte do desenvolvimento mais abrangente de todo o espaço rural, o qual, por sua vez, se liga ao processo global de desenvolvimento econômico.

A presente estratégia de desenvolvimento rural destina-se a atacar o problema do subdesenvolvimento rural de modo multissetorial. A meta deve ser reduzir as emigrações rurais para as cidades metropolitanas através da melhoria e ampliação dos serviços que atendam às necessidades locais. Enfim, mobilizar os recursos humanos e aproveitar os recursos naturais e de infra-estrutura existentes, para viabilizar o desenvolvimento sustentável.

Pode-se resumir dizendo que a agricultura do Ceará, de baixa produtividade, carece de mudanças na estrutura social e na organização da exploração agrícola. Conforme M.Todaro: “O desenvolvimento agrícola jamais será iniciado ou, o que é mais possível, o já amplo hiato de renda entre os poucos e ricos grandes senhores de terra e a massa de empobrecidos arrendatários, pequenos proprietários e trabalhadores sem terra simplesmente aumentará.”

A AGRICULTURA DO CEARÁ NA VIRADA DO SÉCULO

O desenvolvimento rural depende de muitos fatores. Alguns elementos são estruturais. Bons solos, educação e tecnologia, energia elétrica e chuvas regulares ou outras fontes de água para irrigação. Quando há uso inadequado das terras, torna-se necessária a realização de reforma agrária.

No caso do Ceará, praticamente todas essas causas da pobreza rural estão determinando ações coordenadas por parte de várias secretarias. A questão climática está sendo enfrentada com mais estudos e políticas de convivência com as periódicas secas que desorganizam a produção e expõem problemas sociais seculares.

Um requisito essencial em qualquer programa de desenvolvimento rural é que haja crescimento agrícola. A produção precisa aumentar, preferencialmente com a elevação da produtividade e da competitividade. Com o aumento da renda tem início um processo de acumulação que leva a novos investimentos e melhoria das condições de vida das pessoas envolvidas. Na verdade, como explica o economista inglês Brian Gardner, ao falar da revolução agrícola do seu país “A fazenda agrícola somente pode ser rentável, como qualquer outro negócio, se a produção por trabalhador for maximizada.”

Não há dúvida de que a agricultura do Ceará, na virada do século, está passando por significativas mudanças, tanto do ponto de vista técnico como político. A decisão do governo em atacar as causas da pobreza rural é a mais animadora dessa nova atitude pública. O programa do Governo Federal e do Estado a favor dos traba-

lhadores no campo não tem precedentes. Em três ou quatro anos serão eletrificados todos os estabelecimentos agrícolas, com prioridade para as regiões de vocação produtiva ou de maior densidade demográfica. A contribuição do Projeto São José, nesse sentido, já se faz sentir: passam de 20 para 65% os domicílios rurais eletrificados.

A universalização da educação é outra força sem paralelo para o desenvolvimento econômico. Em primeira etapa, levou 97% das crianças de 7 a 14 anos para a escola, eliminando, portanto, o analfabetismo da próxima geração. Quanto aos adultos sem escolaridade, especialmente as pessoas de 15 a 39 anos, a Secretaria de Educação trabalha com um programa de maciça alfabetização, apoiada pela Secretaria de Desenvolvimento Rural e do Programa Educação Solidária. Serão cerca de 150 mil beneficiados este ano, principalmente no quadro rural, onde se encontra a maioria da população que nunca teve acesso à escola.

A questão da água para abastecimento humano, animal e a produção irrigada é outro condicionante a qualquer iniciativa para melhorar a vida da população no semi-árido. Com o programa Caminhos das Águas, o Governo do Estado pretende equacionar esse problema. A construção do grande reservatório do Castanhão e outros quarenta açudes de médio porte aliviarão muitas das atuais dificuldades hídricas. A interligação das bacias aproveitando os leitos naturais dos rios secos e canais de transposição mudam as restrições essenciais do fator de risco das irregularidades pluviométricas.

A supersafra de cereais do Ceará, no ano 2000, foi indicativo das novas políticas agrícolas para o Estado. As novas variedades de milho híbrido e algodão CNPA-7H do Centro de Pesquisa do Algodão da EMBRAPA são exem-

plos do sucesso da ação governamental nesse particular. Enquanto programas como o da “Revolução Verde”, lançado na década de 60, necessitou de 10 ou 15 anos para aumentar 50% na produtividade do milho, esta foi ultrapassada em apenas dois anos na região do Cariri cearense.

Quanto à reforma agrária, os avanços foram extraordinários com os novos programas iniciados em 1997 e o apoio do Projeto São José na denominada Reforma Agrária Solidária. Com base nessa experiência do Estado do Ceará, o Governo Federal criou os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, com recursos de quase R\$ 2 bilhões de reais.

CAUSAS HUMANAS E POLÍTICAS DO SUBDESENVOLVIMENTO

Acreditamos que não tenha sido possível mensurar convenientemente os aspectos humanos e políticos do subdesenvolvimento do Nordeste e os seus reais efeitos, mesmo sabendo-se que eles estão influenciando o atraso econômico e social da Região.

O subdesenvolvimento é um fenômeno morfológico com vinculações significativas entre os elementos econômicos e não-econômicos. O que tentamos explicar na introdução da referida aula, todavia, é que nenhuma das disciplinas das Ciências Sociais dispõe ainda de instrumento econométrico suficiente para permitir aos estudiosos compreender e medir a complexa interação de elementos políticos, sociais e econômicos, psicológicos, éticos e culturais do fenômeno do subdesenvolvimento e do processo de transição para o desenvolvimento econômico. Devido a essa limitação, não foi possível calcular as reais diferenças entre o grau de desenvolvimento rural do Nordeste e do Sudeste, a não ser quanto aos níveis de renda, utilização dos fatores, força de trabalho e diferenças tecnológicas e regionais, analisadas no texto.

A nossa análise geral dos problemas do subdesenvolvimento e do desenvolvimento rural, todavia, levou em conta os aspectos políticos e humanos a que o leitor se refere. De fato, a transformação da sociedade tradicional em sociedade moderna requer sejam simultaneamente alteradas a estrutura social, as instituições políticas e as atitudes da população agente e beneficiária do processo.

O desenvolvimento exige da classe política realismo, dedicação e uma franqueza inspiradora para transmitir ao povo a consciência do preço do desenvolvimento, para que ele possa desempenhar seu papel no que deve ser um esforço verdadeiramente de toda a população, como nos ensina o Prof. Louis Walinsky. O desenvolvimento econômico depende, também, da coerência dos planos, da eficiência com que são mobilizados os recursos, da organização e eficiência administrativa pública e privada. O sucesso depende, ainda, dos engenheiros, técnicos, economistas, professores, funcionários públicos, gerentes e operários, encarregados da execução dos programas e empresas. Também depende, fundamentalmente, dos governantes que tomam as decisões e determinam as políticas, identificando-se com os objetivos que se ajustem aos interesses do povo. Enfim, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação social, cultural e político e das estruturas econômicas em favor da melhoria dos padrões de vida e de respeito humano a toda a população.

O CONTROLE NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS

Uma parte essencial da estratégia do desenvolvimento rural integrado é a preparação formal do plano, com a finalidade de identificar e definir as políticas e os objetivos a serem perseguidos.

Seguem-se a esta etapa a execução e o controle do plano. Esta última fase corresponde à administração das metas e tem por finalidade medir e examinar os resultados obtidos para avaliar e adotar as medidas corretivas necessárias. O controle, naturalmente, é paralelo à execução.

A necessidade de controlar o plano se deve: a) imperfeição do mesmo como instrumento de prognóstico e decisão; b) distorções geradas na interpretação dos objetivos, metas e mecanismo de execução; c) incertezas decorrentes de fatores externos.

As deficiências na execução do plano decorrem, geralmente, da escassez e ausência de informações no momento da preparação dos estudos. O plano, na verdade, é um processo de aproximações sucessivas que depende de dados econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos, nem sempre disponíveis. A sua execução exige a participação do setor público e privado e da coordenação dos diversos organismos envolvidos nessa tarefa. A administração do plano, portanto, destina-se a vigiar o cumprimento dos objetivos nele estabelecidos, os meios disponíveis e as influências que atuam durante o processo de execução.

Os objetivos do plano são normalmente de médio e longo prazos, quando não de natureza permanente. As mudanças nesse tocante são de ordem política e o máxi-

mo que o sistema de controle pode fazer é suprir com informações, para auxiliar o governo na revisão de tais objetivos. Aqui se faz referência aos objetivos de caráter mais geral, tais como: distribuir melhor a renda, aumentar as oportunidades de emprego no quadro rural, etc.

As decisões relativas ao controle são mais pertinentes às medidas corretivas dos meios de execução, cujos efeitos são mais de curto prazo. Esta atividade, contudo, é uma fonte importante de informação para a revisão eventual ou para a preparação de outros planos nos anos seguintes.

A organização de um sistema de controle deverá basear-se nos seguintes requisitos: a) estabelecimento de critérios que permitam avaliar os resultados; b) adoção de um sistema administrativo que revisará e avaliará a execução.

Além disso, o plano deve ser suficientemente flexível de modo a permitir os ajustes requeridos, sem tornar-se susceptível de mudanças orientadas por outros interesses.

“WORKSHOP” INTERNACIONAL SOBRE ALGODÃO

O Programa de Cotonicultura do Governo do Ceará tem sido pioneiro entre os estados do Nordeste no aumento da produtividade do algodão de sequeiro pela introdução de novas variedades. Participa dessa iniciativa toda a cadeia produtiva, através de convênios com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, EMBRAPA Algodão, Sindicato da Indústria Têxtil e dos Beneficiadores, Federação da Agricultura, cooperativas e diversos outros segmentos. O programa tem como um dos objetivos suprir gradativamente a indústria têxtil do Estado, que é a segunda mais moderna e importante do país, e gerar renda e emprego no semi-árido cearense.

O programa trabalha em várias frentes que se interagem dentro do agronegócio algodão: 1) melhoria da tecnologia com aumento da produtividade e da qualidade do produto; 2) garantia da justa remuneração ao cotonicultor através da assinatura de protocolos de intenção entre beneficiadores, indústrias e governo; 3) apoio à pesquisa através da EMBRAPA; 4) incentivo às prefeituras de municípios que tenham potencial para aumentar a área plantada; 5) realização de seminários nos pólos algodoeiros; 6) difusão de tecnologia através da instalação de campos de demonstração; 7) promoção de treinamentos sobre controle de qualidade na colheita e manejo integrado de pragas (bicudo e mosca branca); 8) distribuição de tubos mata-bicudo, visando a redução da população de bicudos na entressafra e 9) distribuição de sementes de cultivares geneticamente adequados às nossas condições edafoclimáticas.

Nos últimos dois anos, a Secretaria de Desenvolvimento Rural distribuiu mais de 1.600 toneladas de sementes selecionadas de algodão CNPA 7H, a maior parte produzida no próprio Estado. A área plantada em sequeiro, no ano 2000, foi de 100 mil hectares, representando um acréscimo de 84% em relação à 1998. A ameaça do bicudo, em 1999, provocou um recuo no plantio de algodão no ano 2001, mesmo que a produtividade tenha avançado nesse período.

Para tratar do manejo integrado do bicudo, será realizado, em Fortaleza, um “workshop” sobre o Algodão no Cone Sul, de 26 a 28 deste mês. Mais de 300 técnicos do Brasil e do exterior estarão tratando das pesquisas realizadas nos últimos cinco anos para combater essa praga. Os resultados desse encontro serão muito úteis ao Ceará.

A ARTE DA AGRICULTURA

Não há dúvida de que a agricultura é um problema de “sistemas”. Cada país apresenta condições diferenciadas de recursos naturais que precisam de soluções específicas. O problema rural, enfim, como analisa Max F. Millikan, diz respeito a técnicos de várias especialidades.

Embora muito conhecidas as razões por que o desenvolvimento agrícola depende tanto da contribuição de políticos, economistas, nutricionistas, entomologistas, é justo destacar, nesse particular, o papel especial desempenhado pelos engenheiros-agrônomo. Este argumento do progresso da agricultura, com base essencialmente nas ciências agrárias, é confirmado pela história dos países desenvolvidos. Do mesmo modo, na maior parte das nações, o problema agrícola tem sido o do aumento da produtividade da terra.

Na verdade, o primeiro ímpeto dado à revolução agrícola partiu da invenção de melhores ferramentas. Foi a permuta da força humana pela força animal na agricultura.

Foi, no entanto, do espírito de mudança difundido pelos agrônomo, extensionistas e pela experimentação conduzida por esses especialistas que resultou o espetacular progresso alcançado pela agricultura nos últimos cem anos, em todo o mundo. Algum dos nomes mais famosos da história do desenvolvimento econômico da agricultura estão ligados a esforços no sentido de aperfeiçoar os métodos agrícolas.

A importância relevante do estudo das novas idéias na agricultura começou a se estender verdadeiramente a partir da criação dos colégios agrícolas dos Estados Unidos e das Faculdades de Ciências Agrárias, espalhadas

em todo o mundo. Os profissionais formados nesses centros universitários passaram a ser os maiores responsáveis pela execução dos programas de desenvolvimento da agricultura. Outros especialistas, naturalmente, emprestam uma contribuição também com esse propósito, numa ação interdisciplinar.

O ponto importante a considerar é que a agricultura necessita tornar-se significativamente mais produtiva para que não haja uma paralisação do desenvolvimento do setor e da economia em geral. O fato é que os países precisam melhorar os padrões alimentares, produzir matérias-primas para a indústria e produtos para exportação, além da geração de renda e emprego para a família rural.

A respeito de sua diversidade, enfim, os profissionais das ciências agrárias têm de trabalhar com uma multiplicidade de fatores responsáveis pela produção e produtividade agrícola. Constitui área de trabalho para os profissionais das ciências agrônômicas tanto a utilização dos insumos físicos, não-humanos, como fatores econômicos, organizacionais e de alimentação, como fatores culturais e motivacionais.

No caso específico do Ceará, os engenheiros-agrônomos estão diante do desafio de realizar uma verdadeira revolução agrícola. É preciso acelerar a taxa de crescimento do setor agropecuário, melhorar a produtividade do setor e realizar um desenvolvimento integrado com a agroindústria. Enfim, realizar um desenvolvimento rural sustentável, valorizando o trabalhador agrícola e melhorando os padrões de vida de toda a população.

Por todos esses motivos e no dia do agrônomo, é justo e oportuno formular votos de apreço e reconhecimento a todos esses profissionais de nosso Estado que trabalham em prol do nosso desenvolvimento econômico rural. Parabéns !

AVANÇOS DA AGRICULTURA CEARENSE

O principal problema econômico das áreas em desenvolvimento é o atraso da agricultura. Especialmente as regiões que são pobres em recursos naturais estão enfrentando dificuldades incomuns para a realização do desenvolvimento equilibrado e sem pobreza. O desenvolvimento da agricultura necessita de tecnologia e conhecimento, terras boas, água, apoio do crédito e extensão rural. Não podemos esquecer também que a agricultura precisa da indústria. Este setor gera a modernização, acelera o crescimento e transforma a economia. A agricultura é a base, os alicerces do crescimento econômico. Sem uma agricultura forte não é possível eliminar a pobreza e as desigualdades, que são os mais graves e complexos problemas do final desse século.

Uma nova história da agricultura está sendo, entretanto, desenhada no desenvolvimento econômico do Ceará. Os elementos estratégicos do novo modelo, já em execução, interiorizam o desenvolvimento e buscam industrializar o campo, assim como universalizam a educação e o treinamento dos agricultores rurais.

Os resultados alcançados em 1999 são um exemplo do produto dos esforços do governo do Estado em melhorar as condições do setor rural. É R\$ 1,2 bilhão de renda do setor agropecuário, com aumento de 48% em relação ao ano de 1998.

Embora ainda exista desequilíbrio entre o crescimento da agricultura e dos demais setores da economia cearense, substancial progresso tem sido obtido em reduzir a pobreza nos últimos anos, especialmente a partir

de 1995, período inclusive não considerado nos estudos do Banco Mundial, que vão apenas até esse ano.

O Projeto São José, que se destina a ajudar as comunidades na solução dos problemas de auto-desenvolvimento, é outro exemplo de ação eficaz do Estado do Ceará na redução das disparidades de renda entre as grandes cidades e o campo. Apoiado pelo Banco Mundial, mas de inteira responsabilidade do Estado, esse programa favoreceu a 5.000 comunidades em 176 municípios, no período de 1995-1999. Foram cerca de 300 mil famílias, ou a metade das pessoas que vivem no campo e vilarejos. Os recursos contratados atingem mais de 122 milhões de dólares. Os resultados se mostraram excelentes, conforme as avaliações de consultores independentes e missões de acompanhamento do Banco Mundial.

O Programa de Reforma Agrária Solidária é outra iniciativa pioneira e inovadora de combate à pobreza rural do Ceará. São cerca de R\$ 50 milhões aplicados desde 1997 até o corrente ano, também com o apoio do Banco Mundial e do Governo Federal, através do Ministério de Política Fundiária. Mais de três mil famílias sem terra se tornaram agricultores produtivos, livres e autônomos nas suas decisões de auto-suficiência econômica e progresso social. O sucesso desse programa tem-se revelado significativo que já foi estendido a outros quatro estados do Nordeste. No momento, torna-se espelho para o Banco da Terra que, a partir do próximo ano, passa a abranger todo o País. São previstos 2 bilhões de dólares para um programa de cinco anos, com a participação do Banco Mundial.

As visitas e missões de estudo de todo o mundo ao Ceará, nos últimos anos, são unânimes em confirmar tratar-se de estratégia consistente e válida para o Estado e para outros países.

GUERRA À POBREZA

Até recentemente, a grande meta dos países atrasados era obter aceleradas taxas de crescimento da renda total. Essa mentalidade também prevalecia no Brasil. No entanto, tudo isso mudou quando a brecha entre riqueza e pobreza nas regiões e classes sociais passou a se tornar um fosso e um problema de indignação humanitária e social.

Agora a pobreza é o maior problema das nações subdesenvolvidas e o único remédio consiste na eliminação de suas causas. Com isso, além de se obter a vantagem do desenvolvimento equilibrado e justo, um amplo campo de novas oportunidades se abrirá.

As principais dificuldades para enfrentar a pobreza derivam de deficiências dos recursos naturais, baixos níveis educacionais, tradições paternalistas e falta de parceria da iniciativa privada com o governo para juntos atuarem, de modo organizado, com esse propósito. É necessária uma reviravolta para poder criar um novo modelo em que a qualidade e a eqüidade substituam as disparidades na distribuição dos benefícios do desenvolvimento.

Nenhum problema é mais grave, inclusive no Ceará, do que a pobreza, especialmente no quadro rural. A diferença entre a cidade e o campo é enorme, e as desigualdades, dentro da própria zona rural, são consideráveis. Sem solucionar essa questão, que tem desafiado os últimos governos do nosso Estado, não se poderá falar em desenvolvimento econômico real.

O meio mais eficaz para minimizar a pobreza secular consiste na mobilização e na ação concentrada a fim

de aliviar suas causas fundamentais (doenças, falta de instrução e moradia), com o envolvimento de todos os recursos financeiros e técnicos.

Vários programas estão sendo executados pelo Governo Tasso Jereissati com a finalidade de promover uma guerra à pobreza no quadro rural do Ceará. Destacase, nesse particular, o Projeto São José, destinado a assistir as comunidades rurais em múltiplos aspectos das necessidades comunitárias. O Programa Hora de Plantar, outra iniciativa de ampla abrangência, atende cerca de 120 mil pequenos agricultores, muitos deles sem terra.

O Projeto de Reforma Agrária Solidária é outra iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado do Ceará e o Ministério do Desenvolvimento Agrário com esse propósito. Do mesmo modo, terá grande impacto na melhoria das condições econômicas e sociais do homem do campo o Programa Luz no Campo, em execução com o patrocínio do Governo Federal.

A POBREZA É RURAL

A pobreza continua sendo um problema sério no mundo desenvolvido. Mesmo que a miséria absoluta mais grave tenha sido reduzida ao mínimo, subsistem ainda, em todas as partes, a pobreza relativa. Embora cada país tenha suas peculiaridades, as causas motivadoras dessa situação são muito similares.

Nos países subdesenvolvidos, os problemas fundamentais da pobreza, desigualdade e desemprego têm origem na vida econômica das áreas rurais. No caso do Ceará, cerca de 70% das populações mais pobres estão no quadro rural ou em pequenos povoados. Essas pessoas são dedicadas, principalmente, às atividades agropecuárias de subsistência, quer de sequeiro ou de pequena irrigação.

A característica da pobreza rural é que a maioria das pessoas residentes no campo está concentrada em terras de baixo potencial, dependendo para viver de terras marginais de microfúndios. Os pobres das zonas rurais não têm outra chance a não ser superexplorar os recursos disponíveis. Assim, a produção de alimentos tem prioridade sobre a conservação do meio ambiente dessas terras vulneráveis. Outro motivo da pobreza rural é que a maior parte da produção é de qualidade inferior e destinada ao consumo dos próprios estabelecimentos e das famílias dos produtores. A produção por trabalhador e por hectare é também baixa, devido aos poucos investimentos no setor. O maior obstáculo, entretanto, vem do hiato da educação no meio rural, em todos os níveis. As políticas federais de preços agrícolas baixos são ótimas para as populações urbanas, mas fatais para os produtores de alimentos e matérias-primas.

Outros fatores não-econômicos, contudo, têm sido determinantes para a manutenção da pobreza no campo. Muitos estudiosos desse fenômeno estão de acordo em que a mais fundamental das razões do atraso da agricultura é a existência de preconceitos das instituições e das pessoas influentes das cidades contra a agricultura. Muitas vezes, esse setor é considerado de segunda classe. Nas universidades, os assuntos rurais são negligenciados e não despertam interesse dos estudantes de mentalidade urbana. O moderno é associado à industrialização e aos serviços, enquanto o atraso é obsoleto e ligado às atividades agrícolas.

A causa do desempenho fraco da agricultura do Nordeste, além disso, decorre da ênfase mal colocada na industrialização rápida, baseada na grande empresa localizada nos maiores centros urbanos. Sabe-se que não há verdadeiro desenvolvimento sem as manufaturas e serviços de apoio a essas atividades. O desenvolvimento industrial permite dar velocidade às taxas de crescimento econômico e acelera a modernização. Onde ela surge, provoca as transformações estruturais indispensáveis ao desenvolvimento econômico moderno. É verdade, também, que o desenvolvimento industrial sem desenvolvimento agrícola paralelo e complementar resulta em concentração da renda, geração da pobreza no quadro rural e caos social em toda a sociedade, como está ocorrendo em todo o mundo subdesenvolvido onde a agricultura foi negligenciada.

No caso do Ceará, o Governo do Estado orientou suas prioridades para resolver as causas originais da pobreza no campo. São exemplos dessa política os programas de construção de barragens e interligação de bacias hidrográficas, programas de educação de crianças de 7 a

14 anos, programas de melhoramento de padrões de saúde e de eletrificação rural e abastecimento d'água, afora um vasto programa de infra-estrutura viária.

Programas de combate direto à pobreza também estão em execução no Ceará, como é o caso do Projeto São José, que, nos últimos cinco anos, aplicou nas comunidades pobres cerca de US\$ 100 milhões, a fundo perdido; o programa Hora de Plantar, que beneficia cerca de 100 mil famílias com sementes de alta qualidade e assistência técnica; os programas de difusão do milho híbrido nas áreas apropriadas, do algodão de alta produtividade e de produção de sementes em comunidades, com o apoio da EMBRAPA, são comprovantes dessas iniciativas de apoio às populações das zonas rurais.

O governo tem encontrado dificuldades em aumentar a produção e a produtividade da agricultura de subsistência em benefício dos pequenos produtores. Os incentivos oferecidos até agora não estão sendo suficientes para superar o subdesenvolvimento do campo. Será que os agricultores tradicionais resistem às mudanças ou estão agindo racionalmente no contexto da situação existente? A reforma agrária é apontada como a política adequada para retirar da estagnação milhares de famílias que hoje vivem no semi-árido, sem terra suficiente para a sobrevivência de suas famílias e de seus pequenos rebanhos. Há consenso também de que o analfabetismo rural deve ser eliminado, para permitir melhor capacitação do produtor.

A questão da redução da pobreza, portanto, carece de maior atenção e de novas políticas que ataquem essas causas primárias e promovam um desenvolvimento econômico verdadeiramente equilibrado entre as zonas urbana e rural e mais justo do que o atualmente vigente.

PECUÁRIA DE LEITE NO CEARÁ

A produção do segmento animal e derivados participa com mais ou menos 50% da renda agrícola cearense. São aproximadamente R\$ 500 milhões em ano de normalidade climática, e o setor mostra-se bastante estável ao longo dos anos. Esta atividade é a que menos apresenta queda de produção nos anos de irregularidade de chuvas.

A bovinocultura tem posição especial nesse tocante, seguida da avicultura. A produção de aves e ovos chega a R\$ 100 milhões anualmente, com padrão tecnológico de vanguarda. É a produção de leite “in natura”, no entanto, que tem o maior destaque, gerando atualmente cerca de R\$ 160 milhões, com tendência crescente nos últimos 15 anos.

O rebanho bovino do Estado monta em 2,4 milhões de cabeças, das quais 875 mil são vacas. Há 279 mil novilhas com mais de 2 anos. São 908 mil animais de corte, ou 38% do rebanho.

A produção de leite “in natura” do Ceará foi, segundo o último censo agropecuário, de 385 milhões de litros por ano. Este volume corresponde à soma da produção dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte e Paraíba e coloca o Ceará na segunda ou terceira posição do Nordeste, perdendo apenas para a Bahia, que tem uma área de pastagem três vezes superior à do Ceará. Comparativamente com o Nordeste, o Ceará participava com 11% da produção de leite “in natura”, em 1989, subindo no ano seguinte para 14 e 17%, em 1996.

Os índices técnicos e zootécnicos da produção leiteira no Ceará deixam muito a desejar, se comparados

com os dos centros nacionais mais desenvolvidos. Padrões genéticos, manejo de animais, disponibilidade de alimentação, inclusive na entressafra, sanidade animal e controle dos custos de produção explicam as referidas diferenças de racionalidade produtiva.

No caso específico dos resultados de produtividade do rebanho, de modo geral, verifica-se que Pernambuco apresenta uma produtividade média anual por vaca em lactação de 39% maior em relação ao Ceará. No caso da Bahia, porém, não se registra muita diferença, tendo mesmo o Ceará um índice pouco superior ao desse Estado.

A pecuária é um bom negócio para quem se mostra eficiente e busca produtividade e rentabilidade. Estudos e experiências indicam que isto se consegue com controle de custo, manejo da alimentação, especialmente com a silagem para as entressafras. Mais da metade do custo de um litro de leite deriva da alimentação. Outro ponto-chave é a qualidade do leite. A contagem de células somáticas por mililitro na Europa atinge 400 mil, nos Estados Unidos 750 mil e, no Brasil, 2-5 milhões, mais ou menos semelhante ao que ocorre no Ceará. Neste particular, a ordenha mecânica e o resfriamento constituem práticas essenciais.

Para alcance de maior eficiência não pode ser esquecida a melhoria genética e mais profissionalismo e capacitação gerencial do produtor. Em resumo: quebrar tradições que, no Ceará, são muito fortes e desafiadoras.

Todas as observações formuladas, como estão evidentes, referem-se à produção de leite "in natura". Em termos de tecnologia industrial, o Ceará equipara-se aos melhores centros nacionais de processamento. Neste caso está a fabricação de iogurtes, leite longa-vida e pasteurizado. Na preparação de queijos finos, entretanto, há

muita defasagem de qualidade em relação aos estados mais desenvolvidos na exploração leiteira.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1996 do IBGE, no Ceará, apenas 50% da produção de leite “in natura” são comercializados. Isto é, 191 milhões de litros de uma produção de 385 milhões de litros. Foram produzidas 224 toneladas de manteiga e 8.200 toneladas de queijo, em 1996, provavelmente fabricadas nas próprias fazendas. Explicando melhor: dos 97 mil estabelecimentos que produzem leite “in natura”, apenas 30 mil vendem seu excedente para outros consumidores ou unidades de beneficiamento do produto.

O consumo nas fazendas é realizado, principalmente, no aleitamento das crias ou para consumo pelos próprios produtores e seus familiares. É a produção de subsistência ou de fazendas situadas em lugares isolados que, pelos custos de transporte do leite fresco, não se justificaria comercializar pelos preços obtidos na venda. Convém registrar, no entanto, que em Fortaleza o consumo de leite fresco de vaca, sem pasteurização, é de 3,4 kg “per capita”, duas vezes o observado em Salvador e mais de dez vezes o de Recife.

O mercado consumidor de leite do Ceará é bem maior do que o comentado. Até agora as informações se referem ao produto “in natura”, originário do rebanho do próprio Estado. De acordo com relatório do Sindicato das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados, o Ceará importa de outros estados 750 mil litros/dia (convertidos em leite “in natura”) na forma de leite fluido, em pó, queijos, bebidas lácteas, iogurtes e outros produtos. Como a indústria beneficia 175 mil litros/dia de produção local, chega-se a um total, em termos de leite “in natura”, de 925 mil litros/dia. Ou seja, um mercado de 338 milhões de litros por ano, em média.

A produção de leite no Ceará é muito dispersa em pequenas propriedades. Das 466 mil vacas ordenhadas em 1996, cerca de 80% estavam nos estabelecimentos de menos de 100 ha. Nas fazendas de 100 a 1.000 hectares se encontravam 161 mil cabeças. Nos estabelecimentos grandes, havia, apenas, 30 mil animais em lactação, ou seja, 6,4% do rebanho em produção.

O processo de autoconsumo ou comercialização do leite também está associado ao tamanho da área utilizada pelo produtor. Dos 39 mil estabelecimentos pecuaristas com menos de 10 hectares e 91 mil cabeças em lactação, apenas 10 mil propriedades vendiam leite. Nos 13 mil estabelecimentos de 100 a 1.000 ha, com 161 mil cabeças e produção de 139 milhões de litros/ano, apenas 5 mil vendiam 75 milhões de litros. Nesta categoria, portanto, 62% das fazendas não comercializam a sua produção do líquido. Mesmo nas grandes fazendas, com 1.000 a 10.000 ha, que produziram 31 milhões de litros, somente venderam em 1996, 20 milhões, ou seja, 10 milhões de litros foram utilizados nas próprias fazendas.

AGRICULTORES ALFABETIZADOS

O mais importante recurso de um país é o seu povo. Sem o de-senvolvimento dos recursos humanos não será possível reduzir as desigualdades entre ricos e pobres. Um dos mais importantes economistas do século XX dizia que desenvolvimento econômico era igual ao nível de educação e cultura científica. François Perroux defendia que, para ocorrer desenvolvimento, era preciso uma transformação cultural e aumento dos conhecimentos.

O clima, as chuvas, os solos agrícolas são importantes para o progresso econômico, mas não são suficientes para a prosperidade e a riqueza de uma nação. Há países ricos de poucos recursos naturais, como Israel, Japão, Austrália e tantos outros. Contrariamente ocorre com muitos países subdesenvolvidos como a Birmânia e mesmo o Brasil com dramáticas situações de desigualdades e pobreza. É fácil ver que, nesses casos, a diferença está nas qualificações de sua gente. Outro aspecto pouco conhecido no Brasil é o papel da educação como um patrimônio intransferível e que ninguém pode se apropriar ou roubar. A educação, desse modo, é uma riqueza pessoal e tem uma função prática e também social, como nenhum outro bem. Individualmente, ela significa cidadania, ou como disse uma senhora de idade, recém-alfabetizada: “Mesmo tendo uma boa vista eu não via e, agora, eu tenho também a liberdade e uma nova vida.”

Como patrono da primeira turma do Programa do ABC do Sertão, diplomada no município de Canindé, no último dia 12 de junho de 2002, senti-me feliz e orgulhoso em ver que o governo do Ceará está embutido no sentimento da relevância da educação como instrumento de

desenvolvimento do Ceará rural. Com o apoio do Programa de Educação Solidária do Governo Federal, com contrapartida do Estado, o Ceará está executando pioneiramente o programa de educação básica para os trabalhadores agrícolas afetados pela seca de 2001, registrada em 137 municípios.

No momento, 100 mil trabalhadores beneficiados pelo Programa Bolsa-Renda, dos 212 mil considerados pelo Programa de Convívio com o Semi-Árido e Inclusão Social, afetados pelas perdas da safra do ano passado, estão freqüentando o curso de alfabetização de adultos. São 4.000 salas de aulas com alunos assistidos por monitores treinados por várias universidades do Ceará e de outros estados que dão apoio a esse programa. O Estado do Ceará, através das secretarias de Educação e Desenvolvimento Rural está despendendo, nos seis meses de duração dos cursos, cerca de R\$ 10 milhões, afora a parte do Governo Federal, de valor semelhante. Os municípios participam também desse mutirão pela alfabetização com apoio de transporte, salas de aulas e merenda escolar. Todo o material para a contextualização do ensino foi produzido com o apoio do Projeto São José e tem por finalidade a preparação do trabalhador agrícola cearense no convívio com o semi-árido e a preservação ambiental.

Com esse programa de educação, completam-se as grandes mudanças para enfrentar as calamidades advindas da seca: eliminação das frentes de serviços (exploração da mão-de-obra), com a adoção da bolsa-renda e bolsa-alimentação para mais de 300 mil produtores. A criação para todo o Nordeste, pelo Governo Federal, do Seguro Safra para vigorar a partir do ano 2002/2003 e, finalmente, o programa de educação para os agricultores pobres, como parte da exigência para participar do programa de segurança da renda e emprego na ocorrência de seca no Nordeste.

A URGÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA

Tinha a esperança de que o governo do Partido dos Trabalhadores enfrentaria o desafio de melhorar a distribuição da terra para os agricultores pobres do Nordeste, secularmente suplicante por justiça social no campo. As centenas de agricultores que ocuparam a sede do INCRA deixou-me muito triste e angustiado. Será que esses nossos irmãos terão de esperar novas promessas de novos governos? Graças a Deus, são pessoas pacíficas e de fé inabalável na Divina Providência.

A falta de terra para quem quer trabalhar atinge, de fato, a dignidade de milhares de famílias no Nordeste. São os escravos da miséria que aguardam uma libertação a cada novo ano, mas protelada indefinidamente! Como ilustração, basta lembrar que os estudos do Banco do Nordeste e da Universidade Federal do Ceará determinaram que, para uma família viver dignamente no semi-árido, necessita de, pelo menos, 50 ha de terra razoável. Somente no Ceará, cerca de 100 mil estabelecimentos contam com menos de cinco hectares, geralmente utilizados em ocupações irregulares ou em forma de parcerias aviltantes. São problemas antigos e ligados a uma história de exploração da terra herdada desde a colonização. Não importa. Os agricultores não são responsáveis por isso. Foram políticas injustas de ocupação do território que precisam ser corrigidas, desde que o combate à pobreza hoje é uma prioridade com a qual todos estamos comprometidos.

O governo do Ceará, consciente dessa problemática para um desenvolvimento sustentável, idealizou um

novo programa de reforma agrária, em 1997, com base em recursos do Projeto São José, administrados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural. Era a denominada Reforma Agrária Solidária. Um modelo democrático, participativo, eficaz, rápido na implementação e com financiamento compartilhado pelo governo e pela própria comunidade através de financiamento de um fundo de terra criado especialmente para essa finalidade junto ao Banco do Nordeste, com a participação do Banco Mundial.

O sucesso dessa experiência foi tal que chamou atenção de muitos países que aqui estiveram para conhecê-la, bem como do Governo Federal que se apressou em adotá-la em outros cinco estados do Nordeste, com igual êxito. O atual prêmio Nobel de Economia, Joseph Stiglitz, então diretor do Banco Mundial, preconizou, em certa ocasião, que esse novo modelo de reforma agrária seria a solução para o problema agrário do século XXI dos países subdesenvolvidos. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 1993, examinou esse programa e resolveu conservá-lo com poucas modificações, mudando o nome para Crédito Fundiário.

Minha impressão, contudo, é que o Governo Lula não tem dado a devida prioridade a esse programa, ao tempo em que colocou em água fria o programa de reforma agrária clássico, isto é, com a desapropriação por interesse social. Assim, enquanto o programa de Crédito Fundiário é executado, corretamente, pelos estados, o programa do INCRA não dispõe de recursos. Aliás, o Presidente, durante a sua campanha eleitoral, afirmou várias vezes que não acreditava nesta modalidade de reestruturação agrária e que iria implantar uma nova lei agrária em substituição ao Estatuto da Terra, de 1964.

Creio que é chegado o momento das mudanças anunciadas. Mas, como será impossível obter uma alte-

ração na lei existente até 2006, tomo a liberdade de sugerir uma estratégia que funcionou bem na região do Sul da Itália, com problemas semelhantes de pobreza do Nordeste. Estive visitando esse programa por duas vezes, como técnico do Banco do Nordeste. A reforma agrária, conforme essa experiência, tem de ser planejada, selecionando regiões prioritárias e realizando a desapropriação e compra de terras no intuito de organizá-las para a utilização produtiva. Neste caso, há necessidade de construir as infra-estruturas indispensáveis, assim como planejar os serviços sociais de apoio à produção. A seleção dos agricultores deveria ser realizada por processos de inscrição voluntária e contratos de compromissos com o novo empreendimento. Antecedendo o início das atividades de exploração deve ser realizada a capacitação dos beneficiados, assim como a organização de associações ou cooperativas que ajudarão a gestão da nova empresa comunitária ou familiar a ser escolhida pelos produtores. Em outras palavras, seria como o DNOCS já faz atualmente com os novos programas de irrigação para permitir sua viabilidade. Em se tratando de áreas de reforma agrária, provavelmente no semi-árido, essas providências ainda seriam mais necessárias.

Acredito que com essas duas frentes de atuação (Reforma Agrária Solidária – Crédito Fundiário/Projetos previamente planejados), o Governo Federal faria um grande avanço na solução desse grave problema agrário e daria um salto na contribuição do setor agrícola na redução da pobreza rural, especialmente do Nordeste. Tenho certeza de que os movimentos sociais estariam de acordo com essa estratégia e colaborariam para o seu êxito.

TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA NO MEIO RURAL

Os desafios a serem considerados doravante, no processo de desenvolvimento do Estado, podem ser observados na estrutura produtiva e nas tendências das transformações econômicas em andamento. No caso específico da agricultura, verifica-se que sua participação na formação setorial da renda é muito baixa para o nível de renda “per capita” do Ceará: apenas cerca de 7 a 8% do produto interno bruto. Essa proporção já foi bastante elevada décadas atrás.

Em contrapartida, a proporção do emprego agrícola é hoje bastante elevada: mais ou menos 40% de todas as ocupações da economia. Essa participação também era mais expressiva anos antes, mas o seu declínio tem sido muito lento. Desse modo, estão ocupadas em atividades diretamente agrícolas 1,2 milhão de pessoas.

A meta de crescimento mais acelerado do setor, para os próximos anos, certamente representará uma chance para a manutenção de níveis ainda elevados de emprego no setor. Com os esforços que estão sendo empreendidos de melhoria da produtividade do trabalho, haverá necessidade da criação de empregos alternativos não-agrícolas para os que tiverem de sair da atividade agrícola, e que não querem e não devem emigrar para as grandes cidades, que já têm problemas de geração de novos empregos.

Tradicionalmente se pensa que as atividades agrícolas serão realizadas no campo e as atividades industriais e dos serviços, nas cidades.

A experiência do processo de crescimento, entretanto, mostra que as rendas não-agrícolas representam

uma parte importante do total da renda auferida nas áreas agrícolas e na renda de agricultores assalariados e sem terra. Segundo estudos da FAO, a parte da renda não-agrícola, no quadro rural, é de 42% na África e 32% na Ásia. Nos países desenvolvidos, como nos Estados Unidos, a proporção chega a ser tão elevada que o Departamento de Agricultura está estabelecendo critérios para definir quem é agricultor familiar e quem é trabalhador urbano dentre aqueles que vivem no campo.

Para alcançar o objetivo de criação de emprego não-agrícola no setor rural é necessário o apoio a todo o processo de desenvolvimento da zona rural. A obtenção de maiores taxas de crescimento o mais rápido possível, no próprio setor agrícola, será a primeira preocupação. A adoção de processos de exploração mais intensivos é outro elemento, pois a economia de subsistência emprega muita gente, mas em situação de subocupação e com baixo nível de rendimentos, com pequena demanda por bens não-agrícolas. Projetos de irrigação e controle do uso da água, por exemplo, não somente aumentam a produtividade, mas podem permitir a realização de mais de uma safra por ano. Assim, a mão-de-obra fica ocupada mais meses por ano, obtendo acréscimo de renda por pessoa. A opção por culturas de mão-de-obra mais intensiva também será considerada nos planos alternativos de produção.

É preciso não dar saltos de uma tecnologia tradicional para outra muito sofisticada, sem que o agricultor esteja apropriadamente preparado para administrá-la. Em outras palavras, a adoção de tecnologias mais modernas deve ser efetivada com muito cuidado para não suprimir oportunidades de trabalho sem benefícios para todo o sistema.

A lista de possibilidades de outras atividades não-agrícolas geradoras de emprego é imensa e pode ser

ampliada pela própria capacidade da comunidade em identificar tais opções. O uso de materiais das próprias áreas rurais e as demandas locais da população são muito importantes para a internalização dos efeitos propulsores do crescimento econômico.

Uma das mais promissoras frentes de criação de emprego e de desenvolvimento integrado da zona rural é a industrialização rural. Isto inclui beneficiamento de produtos agrícolas, em vários estágios. São exemplos: industrialização de frutas e vegetais, fabricação de farinha, doces e produtos derivados do leite e da cana, fabricação de calçados e roupas, etc.

Outra linha de oportunidades são as indústrias de insumos agrícolas, inclusive equipamentos e materiais de apoio à produção. Há também lugar para indústrias neutras de bens de consumo destinados à população rural. Matérias-primas locais, como as de argilas e outros insumos minerais, podem ser aproveitadas na produção de materiais utilizados em reparos e construção de habitações, inclusive aquelas inseridas em programas governamentais.

Neste particular, o projeto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a instalação de 100 minidistritos industriais no interior do Estado pode ser uma estratégia de grande oportunidade para a conscientização dessa política de criação de emprego não-agrícola na área rural.

O objetivo principal deve ser o desenvolvimento do potencial humano. Agricultores analfabetos, despreparados, conformados com o estilo de vida que levam com sua família, dificilmente tomarão a iniciativa de correr riscos e recomeçarem suas vidas em novo contexto de organização de trabalho.

APÊNDICE

FUNDAMENTOS
PARA UM PROGRAMA
DE SEGURO SAFRA

FORTALEZA – CEARÁ – 2002

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	221
1. Justificativas.	222
2. Objeto de Seguro	226
3. Área Segurada e Caracterização dos Beneficiários	226
4. Riscos Cobertos	226
5. Riscos Não-Cobertos	227
6. Proposta de Pagamento do Prêmio	227
7. Vigência do Seguro	227
8. Ocorrência do Sinistro	227
9. Inspeção e Reinspeção	228
10. Pagamento da Indenização	228
11. Obrigações do Segurado	229
12. Perdas de Direitos do Segurado	230
13. Certificado do Seguro	230

INTRODUÇÃO

Em muitos países onde ocorrem secas e estiagens são adotados programas de contingência e alívio dos problemas criados com as irregularidades climáticas.

Em todos esses países, as exigências do governo para a declaração de situações de emergência ou calamidade são muito rigorosas e de extrema excepcionalidade. Para essa finalidade, são usados indicadores meteorológicos, condições agronômicas e da pecuária, adequação do suprimento de água e situação da renda dos fazendeiros e produtores. Durante o período de ocorrência do fenômeno de irregularidade de chuvas, são realizados estudos para atestar a necessidade da manutenção do programa ou para suspender as ações especiais.

Nos casos de crises climáticas com prejuízos econômicos para os fazendeiros e famílias dependentes da agricultura, o Governo Federal, em colaboração com os governos estaduais, adotam vários programas de financiamento, preparação da nova geração de agricultores, subsídios de crédito para as situações de dificuldades do processo produtivo e ajuda financeira a famílias com problemas de manter-se em condições condignas de vida.

Uma política que vem sendo adotada com muito sucesso em alguns países são os planos de seguro agrícola ou Seguro Safra. Eles foram preparados com antecedência pelos governos, com o objetivo de reduzirem o sofrimento das pessoas e aumentarem a eficiência econômica na aplicação dos recursos de assistência aos agricultores. As iniciativas governamentais com essa finalidade objetivam encorajar os produtores a terem autoconfiança na administração e manejo das culturas,

nos momentos de crise climática, de modo a assegurar as condições de vida aos produtores.

No caso do Nordeste, conforme proposta do Governo do Ceará¹ ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2001, a nova política do Seguro Safra seria direcionada para garantir uma renda mínima aos agricultores mais pobres e que são mais gravemente afetados pelas perdas de safra. Outra meta prevista no programa é oferecer oportunidades de educação (alfabetização) e capacitação contextualizada de convívio com o semi-árido.

1. Justificativas

A vulnerabilidade econômica, social e ambiental da região semi-árida, agrupadas em condições climáticas adversas, requer dos governos federais, estaduais e municipais ações estruturantes que possam acelerar o desenvolvimento econômico da região, tendo como consequência à melhoria das condições de vida da população local.

Daí a necessidade de ações inovadoras que possam ser desenvolvidas por ocasião das irregularidades climáticas e que permitam à população atingida condições de sobrevivência com a seca, de forma digna. Essas ações devem, por princípio, eliminar toda e qualquer forma de clientelismo político e adotar critérios de transparência e procedimentos que permitam a fiscalização, pela sociedade através dos conselhos municipais e/ou grupos de ação comunitária.

¹ Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002 – Criou o Fundo Seguro Safra e instituiu o benefício Seguro Safra para os agricultores familiares da região Nordeste, do semi-árido do Estado de Minas Gerais (norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha) e da região norte do Estado do Espírito Santo.

O objetivo é eliminar as diversas modalidades de paternalismo e formas de trabalho humilhantes e por vezes inócuas, em que geralmente se transformam as “frentes de serviços” com apontadores de tarefas. Além da questão fundamental da liberdade e da cidadania, buscam-se com essas ações adotar princípios de solidariedade, respeito e justiça social.

No Nordeste, existe sempre a possibilidade de seca e, para isso, o governo deveria estar continuamente preparado. Embora sejam recorrentes, o deflagrar de uma nova seca sempre significa alguma surpresa, pegando o governo e a sociedade despreparados. Em geral, as ações emergenciais só começaram depois que os impactos iniciais já foram sentidos e que a população atingida começou a reagir, inclusive invadindo e saqueando feiras e armazéns, ou migrando para os grandes centros urbanos e marginalizando-se. É isso o que se busca evitar.

A longa tradição de “alívio da seca” que existe no Nordeste prioriza ações de construção de obras, frentes de serviços, transferências de alimentos e créditos de emergências, envolvendo volumosos recursos do governo federal. Todavia, existe um descontentamento geral com esses programas, especialmente com relação às construções de obras, as quais têm beneficiado desde os “industriais da seca”, que obtém os contratos, aos grandes proprietários, que direcionam as obras para suas terras, deixando fora dos benefícios grande parte dos necessitados.

A preocupação com a insatisfação das “frentes de serviços” com relação aos recursos e aos desvios para grupos não alvos, além dos impactos sociais negativos, são as principais razões pela qual o Governo do Ceará decidiu eliminar, na seca de 2001, essas “frentes de serviços” como foram praticadas no passado.

O grupo mais pobre do Nordeste é o das famílias de agricultores com pouca ou nenhuma terra, muitos dos quais a cultivam através das modalidades de meeiros, parceiros ou de arrendamento. Essas pessoas são basicamente dependentes da agricultura de sequeiro e, em grande parte, de subsistência, e vivem na pobreza ou na indigência, sendo altamente vulneráveis nos anos de seca, quando perdem praticamente todos os seus meios de subsistência.

O problema central de uma seca geralmente não é apenas a falta de alimento, mais a perda da renda real desses agricultores, como ressalta o Dr. Celso Furtado.

É fundamental que todo programa em época de seca tenha como objetivo central alcançar os que são vulneráveis ao fenômeno e restituir seu poder aquisitivo. Os mais pobres vivem em regiões onde tradicionalmente os que são politicamente influentes têm sido capazes de controlar, desviar e se beneficiar dos recursos públicos destinados a evitar a seca e/ou minorar suas conseqüências – a chamada “indústria da seca”. Esta é, precisamente, a preocupação maior que o governo tem ao direcionar recursos da sociedade para o atendimento desses nordestinos privados das condições de subsistência em face da perda de suas safras. Os mecanismos administrativos de identificação dos mais afetados tipicamente falham tanto por causa das capacidades institucionais deficientes, quanto, e mais importante ainda, por causa das estruturas de poder locais.

É necessária a utilização de novos mecanismos que dirijam os recursos aos mais necessitados, dentro das áreas mais afetadas, pelo menor custo e com o menor valor de perdas e incentivos negativos.

O Programa de Seguro Safra, idealizado pelo Governo do Ceará, propõe uma abordagem distinta que depen-

de principalmente de informação cadastral antecipada sobre o uso da terra, de modo a identificar previamente os agricultores pobres que estão em maior risco potencial e a posterior evidência sobre o fracasso da safra. Busca-se, dessa forma, beneficiar apenas os pequenos agricultores mais atingidos pelas secas, restituindo-lhes o poder aquisitivo necessário à subsistência de suas famílias.

Poderão usufruir o benefício apenas os pequenos agricultores familiares do Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais que tenham renda familiar de até um e meio salários mínimos, que explorem área não superior a quatro módulos fiscais e cuja área plantada com as culturas abrigadas pelo Programa não exceda a dez hectares, que participem de programas de educação/capacitação rural e que adotem tecnologias de conservação ambiental e de convívio com o semi-árido.

Essas condições visam a impedir as influências de grupos políticos, a possibilitar a redução das tensões sociais, a proporcionar maior segurança aos agricultores e, ao mesmo tempo, a estimulá-los a buscar orientações técnicas adaptadas ao semi-árido, induzindo-os à adoção de novas tecnologias. Pretende-se, pois, viabilizar a estabilidade da renda e do emprego, reduzir o risco e tornar mais fácil a vida dos agricultores pobres, dando-lhes reais condições de cidadania.

O Seguro Safra, além de servir como uma rede de segurança para os mais vulneráveis, possibilita o incentivo às famílias pobres a se capacitarem para adotar novas tecnologias e melhor gerenciar o risco climático, de forma a melhorar suas rendas.

O Governo busca, com a implantação do Programa Seguro Safra, a inclusão social e o fim definitivo das “frentes de serviços” e do clientelismo paternalista, iniciando

uma nova agricultura sustentável no semi-árido e que resulte no fim do “clientelismo da seca”.

2. Objeto do Seguro

O Seguro Safra tem o objetivo de garantir renda mínima para os agricultores familiares da região Nordeste, do norte do Estado de Minas Gerais e da região semi-árida do Espírito Santo que registrarem frustração de safra em decorrência do fenômeno da estiagem.

Os benefícios decorrentes do Seguro Safra serão efetivados nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, homologados pelos estados e reconhecidos em ato do Governo Federal.

3. Área Segurada e Caracterização dos Beneficiários

Poderão usufruir o benefício apenas os pequenos agricultores familiares do Nordeste, do norte do Estado de Minas Gerais e da região semi-árida do Espírito Santo que tenham renda familiar mensal de até um e meio salário mínimo, que explorem área não superior a quatro módulos fiscais, cuja área plantada com as culturas abrigadas pelo Programa não exceda a dez hectares, que participem de programas de educação/capacitação rural e que adotem tecnologias de conservação ambiental e de convívio com o semi-árido.

4. Riscos Cobertos

As culturas de feijão, milho, arroz e algodão plantados em até 10 (dez) hectares pelos agricultores familiares, que tenham perdas de, pelo menos, 60% dessas

culturas em decorrência da estiagem, comprovadas por levantamentos e declarações reconhecidas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável.

5. Riscos não Cobertos

- Atividades agrícolas ou pecuárias diferentes das culturas seguradas (feijão, milho, arroz e algodão)
- Perdas nas culturas seguradas menores que 60%
- Perdas em municípios onde não foi reconhecido o estado de calamidade ou situação de emergência.

6. Proposta de Pagamento do Prêmio

Para participar do Programa, os agricultores deverão a ele aderir antes do período de plantio, oportunidade em que informarão a área a ser plantada e pagarão como prêmio, a ser recolhido para o Fundo do Programa, a quantia de R\$ 6,00, correspondente a 1% do valor do benefício de R\$ 600,00, que receberá, em caso de frustração, no mínimo 60% de sua safra. Os municípios participam com até 3% e os estados com 6%. Ao Governo Federal cabe a contribuição dos 90% restantes.

7. Vigência do Seguro

O Seguro Safra terá a vigência de um ano agrícola, correspondendo ao período de safra de cada região dos beneficiários.

8. Ocorrência do Sinistro

Quando ocorrer uma frustração de safra em decorrência de uma estiagem, onde o agricultor tenha perdas, devidamente comprovadas, de, pelo menos, 60% de sua área plantada.

Os benefícios só serão efetivados nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, homologado pelo Governo Estadual e reconhecidos em ato do Governo Federal.

9. Inspeção e Reinspeção

Na hipótese de ocorrer uma frustração de safra, todo o monitoramento será realizado pelos governos estaduais, sob a supervisão do Governo Federal.

Nos distritos, a cada ano agrícola serão selecionados, aleatoriamente, 5% (cinco por cento) dos agricultores familiares inscritos no Programa para constituírem os “Grupos Padrão Distrital”. Estes grupos serão acompanhados pela assistência técnica oficial que, além dos aspectos técnicos inerentes à atividade agrícola, observarão os aspectos climáticos – pluviosidade, umidade do solo, intervalo entre chuvas e outras observações meteorológicas necessárias à condução do Programa. Estas observações serão repassadas quinzenalmente à coordenação do Programa, na forma de relatórios, os quais serão sistematizados e utilizados para avaliação da situação do distrito.

Analisadas as informações, a Coordenação encaminhará, quando for o caso, equipes de supervisão às áreas mais críticas, a fim de que, se confirmadas essas observações, seja deflagrado o processo (Disparo do Gatilho).

10. Pagamento da Indenização

Estima-se, para toda a região-alvo do Programa, um universo de um milhão e cem mil pequenos agricultores familiares que plantam até 10 (dez) hectares com as culturas de feijão, milho, arroz e algodão a serem beneficia-

dos. Ser-lhes-ão transferidos recursos no valor de R\$ 660 milhões, o título de indenização das perdas de, pelo menos, 60% dessas culturas.

Como ocorrem historicamente de 2 a 3 secas numa década, os desembolsos do Programa em dez anos poderão atingir o montante de 1 bilhão e 320 milhões a 1 bilhão e 980 milhões de reais.

Considerando que basicamente dois terços do Programa serão cobertos com recursos federais, se todos os estados e municípios da região-alvo a ele aderirem, prevê-se uma contribuição anual da União de 168 milhões de reais, durante 10 anos, podendo ser superior em caso de maior número de estiagens.

Na hipótese de ocorrer uma frustração de safra sem que o fundo disponha de recursos suficientes, a União antecipará os recursos necessários para o pagamento dos benefícios e descontará essa antecipação de suas contribuições anuais futuras, até o limite de 50% de seu valor.

11. Obrigações do Segurado

- Inscrever-se no Programa antes do plantio, declarando a área e as culturas a serem plantadas.
- Pagar a parte que lhe couber do prêmio (R\$ 6,00).
- Plantar, efetivamente, a área declarada na inscrição do Programa.
- Observar o zoneamento agroecológico.
- Adotar as tecnologias recomendadas pela assistência técnica.
- Fornecer, quando procurado, as informações necessárias aos dirigentes do Programa.
- Participar dos programas de capacitação/educação rural, quando ofertados.

12. Perdas de Direitos do Segurado

- Não plantar as áreas declaradas com as respectivas culturas.
- Não pagar a parte que lhe couber do prêmio.
- Plantar culturas diferentes das cobertas pelo Programa.
- Ignorar as instruções técnicas recomendadas.
- Desobedecer ao zoneamento agroecológico.
- Prestar falsas informações às equipes de acompanhamento ou negar-se a fazê-lo.
- Obter frequência menor que 75% (setenta e cinco por cento) na participação dos programas de capacitação/educação rural.

13. Certificado do Seguro

A Proposta/Certificado do Seguro, as Condições Gerais para o Seguro Safra, as Condições Especiais e a Tarifa constituem parte integrante e complementar da Apólice e obrigam o segurado como se nela estivessem transcritas.

O Governo Estadual do Ceará manterá na Secretaria de Desenvolvimento Rural um grupo força-tarefa para execução do Programa.